



**COPPE/UFRJ**

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTONOMIA: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES SOCIAIS  
DE PRODUÇÃO EM DOIS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DE  
BENEFICIAMENTO DE PESCADO**

Fernanda Santos Araujo

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção.

Orientador: Michel Jean-Marie Thiollent

Rio de Janeiro  
Agosto de 2009

ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTONOMIA: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES SOCIAIS  
DE PRODUÇÃO EM DOIS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DE  
BENEFICIAMENTO DE PESCADO

Fernanda Santos Araujo

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DO INSTITUTO ALBERTO  
LUIZ COIMBRA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA DE ENGENHARIA (COPPE)  
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO COMO PARTE DOS  
REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM  
CIÊNCIAS EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO.

Aprovada por:

---

Prof. Michel Jean-Marie Thiollent, D.Sc.

---

Prof. Fábio Luiz Zamberlan, D.Sc.

---

Prof. Sidney Lianza, D.Sc.

---

Prof. João Roberto Lopes Pinto, D.Sc.

RIO DE JANEIRO, RJ - BRASIL

AGOSTO DE 2009

Araujo, Fernanda Santos

Economia Solidária e Autonomia: uma análise das relações sociais de produção em dois empreendimentos econômicos solidários de beneficiamento de pescado. – Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2009.

VII, 89 p.: 29,7 cm.

Orientador: Michel Jean-Marie Thiollent

Dissertação (mestrado) – UFRJ/ COPPE/ Programa de Engenharia de Produção, 2009.

Referencias Bibliográficas: p. 83-85.

1. Economia Solidária; 2. Autonomia; 3. Relações Sociais de Produção; 4. Beneficiamento de Pescado. I. Thiollent, Michel Jean-Marie. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE, Programa de Engenharia de Produção. III. Título.

## Agradecimentos

Se cheguei até aqui, certamente foi por que jamais estive sozinha nessa caminhada. Diversas pessoas participaram e contribuíram de diferentes maneiras para que eu alcançasse esse resultado. Citarei aqui algumas colaborações, mas não seria capaz de listar todas. Também não seria capaz de definir um critério que justificasse uma ordenação de acordo com alguma lógica. Portanto, a ordem dos agradecimentos é absolutamente aleatória.

Começo por agradecer as mulheres da BENESCA e da COOPERATIVA ARTE PEIXE, empreendimentos econômicos solidários que serviram de “objeto” de estudo para essa dissertação. A cada uma delas, que participou ou não das entrevistas realizadas, meus sinceros agradecimentos e parabéns pela linda história que estão construindo.

Agradeço ao mestre Michel Thiollent por me acompanhar pacientemente a cada passo dessa caminhada, contribuindo com sua sabedoria, coerência e serenidade. Aproveito para agradecer também aos amigos do CEO (círculo de estudos e orientação), que certamente poderão identificar nessa dissertação algumas ou muitas de suas contribuições.

Agradeço aos companheiros do SOLTEC/UFRJ (Núcleo de Solidariedade Técnica) por proporcionar um conjunto de experiências que não só influenciaram as reflexões que deram origem a esse trabalho, como influenciam determinadamente na minha maneira de ver o mundo e de pensar minha atuação nele como engenheira de produção e como cidadã.

Agradeço aos amigos sempre presentes, quase família, a família que a gente pôde escolher, que está ao lado nos piores e melhores momentos, para alegrar, descontrair, consolar, desabafar... E aos não tão presentes assim.

Agradeço ao meu namorado, marido, amante, companheiro de todas as horas. Obrigada por estar ao meu lado, me apoiar, me motivar e me inspirar.

Por fim, agradeço à minha grande e especial família. Aos meus pais (Sérgio e Adelina), irmãos (Felipe, Fabiana e Gustavo), primos e primas, tios e tias, agregados e agregadas etc. Ela é minha principal referência pessoal, profissional, ética, afetiva e espiritual.

Resumo da Dissertação apresentada à COPPE/UFRJ como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Ciências (M.Sc.).

ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTONOMIA: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO EM DOIS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DE BENEFICIAMENTO DE PESCADO

Fernanda Santos Araujo

Agosto/2009

Orientador: Michel Jean-Marie Thiollent

Programa: Engenharia de Produção

Esta dissertação apresenta um estudo da organização do trabalho em dois empreendimentos econômicos solidários (EES) de beneficiamento de pescado a partir da perspectiva da autonomia.

Entendendo que o sentido sócio-histórico da Economia Solidária está na construção de um percurso político-pedagógico que, a partir da experimentação de novas relações sociais de produção, pode contribuir com a formação de indivíduos e coletividades autônomas, buscamos, em primeiro lugar, classificar o que chamamos de autonomia, recorrendo, para isso, à leitura da obra de Cornelius Castoriadis. Em seguida identificamos o contexto do surgimento da Economia Solidária no Brasil e diagnosticamos seu atual estado da arte, observando nesse quadro possibilidades que convergem para o que João Roberto Lopes Pinto chamou de *associação autonomista*.

Essa bagagem teórica e conceitual, somada a uma abordagem metodológica com influências da teoria fundamentada (*grounded theory*) e da estratégia de estudo de caso e, ainda, a um entendimento da organização social da pesca artesanal e do papel da mulher nesse cenário, nos permitiu realizar uma análise das relações sociais de produção em construção no bojo dos EES estudados. Essa análise mostra, por um lado, reais possibilidades de ganho de autonomia e, por outro, a necessidade de ampliação dos espaços e de intensificação da experimentação da auto-organização.

Abstract of Dissertation presented to COPPE/UFRJ as a partial fulfillment of the requirements for the degree of Master of Science (M.Sc.)

SOLIDARITY ECONOMY AND AUTONOMY: AN ANALYSIS OF PRODUCTION  
SOCIAL RELATIONS IN TWO SOLIDARITY ECONOMIC ENTERPRISES OF FISH  
PROCESSING

Fernanda Santos Araújo

August/2009

Advisor: Michel Jean-Marie Thiollent

Department: Production Engineering

This dissertation presents a study of the work organization in two solidarity economic enterprises of fish processing from the perspective of autonomy.

Understanding that the socio-historical sense of solidarity economy remains in building a political and pedagogical course that, through the experimentation of new production social relations, may contribute to education of autonomous individuals and collectivities, we have tried at first, to classify what we call autonomy, using, for this, the work of Cornelius Castoriadis. Then we have identified the context of the emergence of solidarity economy in Brazil and diagnosed its current state of art, noting in this context possibilities that converge to what João Roberto Lopes Pinto called *autonomist association*.

This theoretical and conceptual baggage, supplemented by a methodological approach with influences of the grounded theory and of case study strategy and, also, through the understanding of the artisanal fishery social organization and the woman's role in this scenario, enabled us to analyse the production social relations that are being built in the two enterprises studied. This analysis showed, on the one hand, real possibilities of autonomy gain and, on the other hand, the need of expansion in spaces and of intensification of auto-organization experimentation.

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 1</b>	<b>6</b>
<b>CAPÍTULO 2</b>	<b>15</b>
2.1. O CONTEXTO DO SURGIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL	15
2.2. EM BUSCA DE UM CONCEITO	18
2.3. O ESTADO DA ARTE	23
2.4. ASSOCIAÇÃO AUTONOMISTA	29
<b>CAPÍTULO 3</b>	<b>32</b>
3.1. A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA PESCA ARTESANAL	32
3.2. METODOLOGIA DE PESQUISA	37
<b>CAPÍTULO 4</b>	<b>42</b>
4.1. CARACTERIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS	42
4.2. PERFIL DAS TRABALHADORAS	46
4.3. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	48
4.3.1. A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO EM SÃO JOÃO DA BARRA	50
4.3.2. A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO EM MACAÉ	57
4.4. PROCESSOS DE DECISÃO	59
4.5. RELAÇÕES INTERPESSOAIS	66
4.6. FAMÍLIA E GÊNERO	70
4.7. MOTIVAÇÕES PARA O TRABALHO	71
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>79</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>83</b>
<b>ANEXO 1</b>	<b>86</b>
<b>ANEXO 2</b>	<b>88</b>

## Introdução

A motivação para o desenvolvimento deste trabalho é oriunda da minha atuação no Núcleo de Solidariedade Técnica (SOLTEC/UFRJ), nomeadamente em um projeto de extensão e pesquisa que tem como objetivo incubar um empreendimento econômico solidário de beneficiamento de pescado no município de Macaé/RJ. Acompanhando o processo de incubagem do empreendimento desde 2007, venho refletindo a respeito da consistência da proposta da Economia Solidária e de suas possibilidades de transformação efetiva, especificamente no tange ao trabalho de grupos de mulheres no contexto da cadeia produtiva da pesca artesanal. Acreditando que a comparação dessa experiência com outras propostas similares poderia ampliar as possibilidades de entendimento da realidade estudada, encontrei no município de São João da Barra um empreendimento com características semelhantes ao de Macaé. Buscava compreender o sentido dessas experiências sócio-históricas, e assim formulei uma primeira questão de pesquisa, ainda ampla e flexível, de sorte a permitir a emersão de outros conceitos a serem relacionados com o fenômeno estudado.

### **Questão 1: Qual o sentido sócio-histórico da Economia Solidária?**

A temática da Economia Solidária (ES) ganhou importância no cenário brasileiro a partir da década de 80, quando a reestruturação do sistema produtivo mundial trouxe a tona o problema do desemprego estrutural. A partir daí uma série de iniciativas associativas já em curso, seja no bojo da economia popular, seja nas fábricas recuperadas por trabalhadores, passaram a ocupar espaço na pauta de movimentos sociais, instituições governamentais, grupos acadêmicos e intelectuais, organizações do terceiro setor e até mesmo de programas de responsabilidade social corporativa.

Um movimento que teve origem nas bases do Partido dos Trabalhadores (PT) e da organização sindical fez surgir, na ocasião da eleição do presidente Lula, em 2003, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE) e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)<sup>1</sup>. Mais tarde foram criadas ainda outras secretarias ministeriais, estaduais e municipais específicas para a temática, assim como fóruns de debate e construção de políticas nessas outras esferas. Além disso, a proposta desperta o interesse de outros movimentos sociais como os movimentos ecológicos e ambientalistas, movimentos de gênero e etnia, movimentos de luta pela terra e moradia etc. Também desempenham papel de destaque na recente história da

---

<sup>1</sup> Para mais informações sobre o movimento da Economia Solidária no país ver NASCIMENTO (2000).

Economia Solidária organizações do terceiro setor como PACS<sup>2</sup>, Cáritas, IBASE<sup>3</sup>, FASE<sup>4</sup>, CEDAC<sup>5</sup> e CAPINA<sup>6</sup>. No campo acadêmico já são mais de trinta Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's) vinculadas a universidades e institutos de formação técnica, além de outros grupos de pesquisa e extensão nas mais diversas áreas do conhecimento, facilitando a organização dos trabalhadores, promovendo atividades de formação profissional e assistência técnica para grupos populares e contribuindo com a acumulação de conhecimento sistematizado sobre o tema.

Mas o que esse conjunto tão heterogêneo de atores busca com esse movimento? As respostas variam girando em torno de algumas questões-chave como: geração de trabalho e renda, inclusão social, desenvolvimento local sustentável, melhoria da qualidade de vida, justiça social e ambiental, direitos humanos, comércio justo, consumo ético, cidadania, emancipação do trabalhador e autonomia – sem falar de fins eleitorais muitas vezes vinculados a projetos dessa natureza, além de programas de “responsabilidade social” corporativa, que estão mais preocupados com o marketing da empresa.

Essa diversidade de formas e objetivos tomados pelos atores que se intitulam como pertencentes a ES gera uma confusão em torno do termo que permite sua apropriação indevida por aqueles que pretendem utilizá-lo para “tapar o buraco” de pobreza e miséria que o sistema de produção capitalista está constante e progressivamente cavando para a massa de trabalhadores rurais e urbanos, sem questionar as bases do sistema e sem, portanto, chegar às raízes do problema. Sendo assim, em primeiro lugar, se faz mister buscar maior clareza, tanto no que tange à compreensão sócio-histórica do fenômeno, quanto com relação à formulação de um conceito que reflita uma proposta viável e, de fato, transformadora.

Inspirada em princípios metodológicos da teoria fundamentada (*grounded theory*), nossa busca teve dois pontos de partida, simultâneos e inter-relacionados. De um lado, realizamos uma revisão bibliográfica a partir de autores consagrados nesse campo. De outro, realizamos duas entrevistas iniciais, uma em cada um dos empreendimentos econômicos solidários (EES) estudados, que, somadas a um acumulado de percepções oriundas da observação participante ao longo do processo

---

<sup>2</sup> Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul.

<sup>3</sup> Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.

<sup>4</sup> Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.

<sup>5</sup> Centro de Educação e Documentação para Ação Comunitária.

<sup>6</sup> Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa.

de incubagem do empreendimento de Macaé, puderam gerar informações relevantes sobre a realidade pesquisada.

Essas referências proporcionaram a compreensão de que o sentido sócio-histórico da ES não está na proposição de soluções imediatas para a situação de pobreza e miséria da população diante do problema crônico do desemprego estrutural. Vimos que uma solução efetiva para esta situação só é possível se pensada em um projeto de longo prazo, que tenha como requisito fundamental a contestação de verdades – relativas à forma de organização da sociedade e da produção – instituídas pelas sociedades passadas e tomadas pela sociedade atual como universais e imutáveis, e o reconhecimento do caráter historicamente criado do homem e de suas leis.

A Economia Solidária não deve ser entendida como uma proposta concreta e acabada, como uma cartilha que orienta a população a organizar o trabalho e a produção desta ou daquela maneira. Mas sim, como **um percurso político-pedagógico que, a partir da experimentação de novas relações sociais de produção, pode contribuir com a formação de indivíduos e coletividades autônomas; capazes de construir suas formas de vida próprias na interação com o mundo ao seu redor.**

Essa definição traz esclarecimentos a respeito da primeira questão de pesquisa, levantando outros conceitos fundamentais para o entendimento do fenômeno sócio-histórico da Economia Solidária. A relação entre esses novos conceitos originou uma segunda questão de pesquisa:

**Questão 2: Como a experimentação de novas relações sociais de produção pode (ou não) contribuir para a formação de indivíduos e coletivos autônomos?**

Para responder a essa indagação precisamos primeiro explorar a idéia de autonomia. Apesar de muito utilizada no contexto da Economia Solidária, observa-se que poucos autores mostram preocupação em compreender a complexidade do seu significado e as condições que tornariam viável a sua produção. Por isso, nos propomos a leitura da obra de Cornelius Castoriadis, que se dedicou à profunda análise do termo ao longo da segunda metade do século XX. Essa leitura nos ajudou a pensar a respeito da autonomia individual e coletiva e, ainda, da sua extrapolação no sentido de uma organização da sociedade e da produção autônomas, além de permitir uma reflexão acerca da sua possível interação com os princípios, valores e práticas da Economia Solidária.

Entretanto, essa não seria a primeira vez que alguém esboçaria uma relação entre esses conceitos. Encontramos na leitura de João Roberto Lopes Pinto (2006) a idéia

de “*associação autonomista*”, por ele formulada para caracterizar uma forma associativa ideal correspondente às possibilidades vislumbradas no momento sócio-histórico vivido. A partir dessa definição, o autor buscou verificar como se configuram a institucionalidade e a cultura (ou, as relações sociais de produção) na *associação autonomista*, nos dando pistas para a reformulação das questões iniciais, chegando enfim à questão central dessa dissertação.

**Questão Central: Como se caracterizam as relações sociais de produção nos EES de beneficiamento de pescado estudados?**

Certamente, a complexidade das questões, bem como a abrangência limitada da pesquisa, não nos permite ousar oferecer respostas definitivas e generalizáveis. Buscaremos, no entanto, levantar elementos relativos à institucionalidade e à cultura em construção no bojo dos empreendimentos econômicos solidários de beneficiamento de pescado estudados e assim alimentar o debate acerca da Economia Solidária e de suas possibilidades de transformação efetiva.

Para dar conta dessa tarefa a dissertação se inicia com um capítulo teórico que trata da conceituação de autonomia e de suas implicações para a definição de indivíduo e coletivo autônomo, assim como apontamentos visando à idealização de uma organização da sociedade e da produção segundo os princípios da autonomia.

O segundo capítulo trata de resgatar o contexto do surgimento da Economia Solidária no Brasil e em seguida apresenta uma revisão bibliográfica na tentativa de formular um conceito que reflita uma proposta viável e transformadora. Ainda nesse capítulo buscamos expor o atual estado da arte da ES no país, mostrando que apesar do crescimento vertiginoso da temática nesses últimos anos, ainda carecemos de informações que indiquem o avanço (ou não) no sentido da auto-organização da produção e de suas implicações para formação de sujeitos autônomos. Fechando o capítulo, trazemos ainda as reflexões de Pinto (2006) a respeito da *associação autonomista*, que contribuirão para análise das relações sociais de produção nos EES de beneficiamento de pescado.

O terceiro capítulo é destinado à contextualização dos casos estudados, abordando duas questões chaves para a avaliação dessas iniciativas e de seus limites e possibilidades de transformação. Primeiro, elaboramos uma breve exposição sobre a organização social da pesca artesanal, mostrando um cenário marcado pelo abandono do poder público e pela fragilidade das organizações de base, dando lugar a uma situação de extrema pobreza e precariedade. Em seguida, destacamos o papel exercido pela mulher na manutenção da dinâmica do sistema de produção pesqueira

artesanal e ressaltamos o caráter invisível do trabalho por ela desempenhado, apontando algumas possibilidades de contribuição das iniciativas de EES de beneficiamento de pescado diante deste contexto. Em uma segunda parte desse capítulo esclarecemos ainda as opções metodológicas que orientaram o desenvolvimento dessa pesquisa, bem como suas conseqüentes limitações.

No quarto, e último, capítulo deste trabalho expomos a análise das relações sociais de produção em construção no bojo dos EES estudados. Buscando maior clareza e coerência, essa análise se pautou em sete categorias, quais sejam: caracterização dos empreendimentos; perfil das trabalhadoras; organização do trabalho; processos de decisão; relações interpessoais; família e gênero; e motivações para o trabalho.

Por fim, não deixamos de apresentar nossas conclusões a respeito da pesquisa desenvolvida, buscando, de um lado, responder às questões levantadas e, de outro, sugerir outras investigações com potencial contribuição para a compreensão do sentido sócio-histórico da Economia Solidária.

## Capítulo 1

### **Autonomia**

*“As diferenças físicas, intelectuais e morais não passam, para Descartes, de ‘acidentes’ de uma essência comum. Tal essência, Descartes deduziu-a da qualidade que possui todo homem de querer sem medida; em outros termos, [...] o homem sente no fundo de si uma ‘vontade infinita’. Quando experimentamos frequentemente os limites de nossa força, de nossa memória ou de nossa inteligência, ‘não resta’ – escreveu Descartes [...] – ‘senão a vontade única que sinto, em mim, tão grande, a tal ponto que não admito a idéia de haver outra maior e mais extensa’. Esse infinito, não certamente na ação, mas no pensamento, é característica de todo homem; é a razão profunda da igualdade das pessoas, pois nenhum infinito pode ser maior que outro.” (GUILLERM & BOURDET, 1976, p. 48-49)*

Autonomia é uma expressão de uso corrente, que pode ser utilizada para definir uma relação, um indivíduo, uma organização ou uma sociedade. Sua aplicação em situações variadas, com significados distintos, gera confusões em torno do conceito que nos trazem a preocupação de defini-lo com precisão antes de iniciar uma reflexão sobre as possibilidades de formação de sujeitos autônomos a partir de novas relações sociais de produção. Para isso, se faz mister uma leitura cuidadosa da obra de Cornelius Castoriadis e é isso a que nos propomos neste primeiro capítulo.

A palavra autonomia tem origem grega: *autós*, significando “o próprio”; *nómos*, significando “lei”. Ou seja, a análise etimológica do termo leva a sua definição como “dar-se a lei a si próprio” ou “guiar-se por suas próprias leis”. Há que se diferenciar, no entanto, a autonomia individual da autonomia em sua dimensão social, para, a partir daí, pensar nas possibilidades de construção de relações de produção autônomas.

Para traçar uma definição de autonomia individual, Castoriadis (1982) opõe o consciente ao inconsciente e diz que a autonomia consiste no domínio do primeiro sobre o segundo. Assim, se a autonomia é a legislação por si mesmo, seu oposto, a heteronomia, é a legislação pelo outro, onde o outro é “um outro em mim”.

Para ele, “o inconsciente é o discurso do Outro” e “a autonomia torna-se então: meu discurso deve tomar o lugar do discurso do Outro” (CASTORIADIS, 1982). O que não implica na eliminação pura e simples desse outro e seu discurso, mas sim na

elaboração de um discurso próprio a partir de uma instância ativa e lúcida que reorganiza constantemente as idéias com base na entrada de novos conteúdos. Trata-se de uma situação permanentemente ativa, e não de um estado concluído. Não se vislumbra uma tomada de consciência efetuada para sempre, mas sim uma outra relação entre o consciente e o inconsciente, ou, uma outra atitude do sujeito em relação a si mesmo e a outros.

Marilena Chauí resume brilhantemente essa definição quando diferencia o sujeito passivo do sujeito ativo:

“Passivo é aquele que se deixa governar e arrastar por seus impulsos, inclinações e paixões, pelas circunstâncias, pela boa ou má sorte, pela opinião alheia, pelo medo dos outros, pela vontade de um outro, não exercendo sua própria consciência, vontade, liberdade e responsabilidade.

Ao contrário, é ativo ou virtuoso aquele que controla interiormente seus impulsos, suas inclinações e suas paixões, discute consigo mesmo e com os outros o sentido dos valores e dos fins estabelecidos, indaga se devem e como devem ser respeitados ou transgredidos por outros valores e fins superiores aos existentes, avalia sua capacidade para dar a si mesmo as regras de conduta, consulta sua razão e sua vontade antes de agir, tem consideração pelos outros sem submeter-se cegamente a eles, responde pelo que faz, julga suas próprias intenções e recusa a violência contra si e contra os outros. Numa palavra, é autônomo.” (CHAUI, 2002, p. 338)

Essa conceituação implica na afirmação de que “não podemos desejar a autonomia sem desejá-la para todos, [...] sua realização só pode conceber-se plenamente como empreitada coletiva”, pois a autonomia individual requer uma relação na qual o outro está sempre presente como alteridade e como ipseidade do sujeito. Dito de outro modo, o outro aparece “como constitutivo do sujeito, de seu problema e da sua possível solução” (CASTORIADIS, 1982).

No plano coletivo, ou na dimensão social, a autonomia diz respeito à presença de instituições sociais que permitam a existência de indivíduos autônomos. Souza (2006) diz que a autonomia coletiva pode ser entendida ainda “como um sinônimo de *democracia radical*, também expressável como *autogestão*<sup>7</sup>”.

Essa coletividade autônoma seria então capaz de construir uma sociedade autônoma. Mas essa construção jamais pode dar-se por concluída, pois uma vez estabelecidas suas instituições (suas leis), estas tendem a autonomizarem-se. Elas possuem suas lógicas próprias, que ultrapassam suas funções, suas finalidades e suas razões de ser. Como assinala Castoriadis (1982), “as evidências se invertem; o que podia ser

---

<sup>7</sup> Grifo do original.

visto 'no início' como um conjunto de instituições a serviço da sociedade, transforma-se numa sociedade a serviço das instituições”.

Trata-se, portanto, da auto-instituição permanente da sociedade por meio da atividade autônoma e lúcida dos homens. A supressão da heteronomia é, segundo este autor, “a modificação da relação da sociedade instituída com sua instituição, a ruptura da submissão da sociedade em relação a sua instituição” (CASTORIADIS, 1979).

Acrescente-se ainda que a instituição da sociedade é, ao mesmo tempo e inseparavelmente, instituição real-material e instituição de uma significação imaginária social. O conjunto articulado dessas significações imaginárias sociais é aquilo que confere sentido ao mundo. Ele forma o imaginário da sociedade, no interior do qual os indivíduos são socializados e modelados enquanto seres sociais. Esse conjunto “fabrica” os indivíduos como membros desta sociedade particular.

Em virtude do imaginário da sociedade heterônoma,

“as pessoas são definidas, concebidas e ‘tratadas’, reciprocamente e por si mesmas como, ‘superiores’ e ‘inferiores’ segundo uma ou várias relações de ordem socialmente instituídas. A interiorização por cada um e por todos deste dispositivo hierárquico, mais ainda: a impossibilidade, quase, para cada indivíduo de pensar em si mesmo e nos outros, isto é, de existir social e psiquicamente sem se situar num ponto qualquer desta hierarquia, foi e continua sendo uma pedra angular das sociedades ‘históricas’”. (CASTORIADIS, 1976, p. 279)

A auto-instituição permanente da sociedade passa, portanto, pela contestação das significações sociais imaginárias instituídas – pela “destruição das significações sociais tradicionais, herdadas e instituídas, do *poder político*, de um lado, e da *produção* e do *trabalho*, de outro”<sup>8</sup> (CASTORIADIS, 1976) – e pelo reconhecimento do caráter historicamente criado da instituição.

“Políticos” e intelectuais, supostamente buscando construir uma sociedade livre e justa, porém frequentemente raciocinando de acordo com a velha lógica, vacilam ao propor regras universais e abstratas, acreditando em uma única forma possível de solução para os problemas. Castoriadis (1955) lembra que, seja qual for o problema, sua solução só é possível se “for uma solução concreta que implique a participação permanente do conjunto organizado dos trabalhadores” – aqui está uma primeira pista para análise das experiências de Economia Solidária em curso.

Para o autor, a classe trabalhadora só pode se libertar exercendo seu próprio poder. Ela deve “encontrar em si mesma, ao mesmo tempo, a vontade e a consciência da transformação necessária da sociedade” (CASTORIADIS, 1955). Castoriadis acredita

---

<sup>8</sup> Grifos do original.

na transformação social a partir do agir espontâneo das massas, ou seja, do agir baseado na sua experiência social e histórica. A espontaneidade aqui não se opõe à consciência. Também não é contrária à organização. Ela questiona sobre *qual* organização e a organização *de quem*. A ação espontânea visa justamente à organização, mas não a organização baseada em uma teoria abstrata. Ela é a auto-organização, como processo, e não como um estado acabado (CASTORIADIS, 1976).

“Não que o povo tenha enfim descoberto ‘a’ forma apropriada de organização social; mas ele se dá conta de que esta ‘forma’ é a sua atividade de auto-organização, de acordo com a sua compreensão da situação e dos fins que ela se fixa a si mesma. [...] A ‘espontaneidade’ não designa aqui nenhuma outra coisa senão a atividade criadora social-histórica na sua expressão mais elevada, aquela que tem por objeto a própria instituição da sociedade.” (CASTORIADIS, 1976, p. 268)

A proposição de soluções prontas, de formas acabadas de organização da sociedade, estaria reproduzindo o que para Castoriadis é o aspecto fundamental do conflito da sociedade de classe. Ou seja,

“a limitação e, no final das contas, a tentativa de supressão do papel humano do homem no domínio da produção. E o fato de o homem ser expropriado do comando de sua própria atividade, tanto individual quanto coletivamente. Pela sua submissão à máquina e, através dela, a uma vontade abstrata, estranha e hostil, o homem é privado do verdadeiro conteúdo de sua atividade humana, a transformação consciente do mundo natural”. (CASTORIADIS, 1955, p. 58)

Para ele, o que de fato fundamenta a divisão da sociedade em classes são as relações efetivas de produção, e não as formas jurídicas de propriedade ou os métodos de gestão da economia global adotados pela classe dominante. Sua superação impõe a necessidade de construção de relações sociais de produção autônomas, ou seja, onde o conjunto de produtores decide sobre o que produzir e como organizar a produção – o que Guillerme e Bourdet (1976) chamaram de autogestão, e que não se limita à esfera da produção, implicando em uma transformação radical da sociedade em todos os planos dialeticamente ligados; política, economia e vida social. Nesse sentido, entendemos que, se a Economia Solidária pretende avançar rumo à construção de uma sociedade de sujeitos autônomos, seus empreendimentos devem extrapolar sua função produtiva e assumir o caráter de integração política, social e cultural.

A formação de indivíduos, coletivos e sociedades autônomas requer a abolição da “*divisão* estabelecida da sociedade e [d]a *separação essencial* entre os principais

campos da atividade coletiva”<sup>9</sup> (CASTORIADIS, 1976). Busca-se não somente a abolição da divisão e da separação entre dirigentes e dirigidos e entre especialistas e não-especialistas, mas também da divisão e da separação entre uma estreita esfera política e o resto da vida social, principalmente o trabalho e a produção.

Evidentemente, a abolição da divisão e da separação essencial não significa “o advento de uma ‘identidade’ indiferenciada de cada um e de todos, de uma sociedade ‘homogênea’” (CASTORIADIS, 1976), pois se a afirmação de universais abstratos – “cidadão”, “proletário”, “consumidor” – implica na explicitação “negativa” das diferenças e na reafirmação da separação entre os indivíduos, a abolição da divisão e da separação essencial deve implicar no reconhecimento positivo das diferenças.

Desde que tenham sentido uma competência e um saber especializado, estes não devem ser eliminados, uma vez que técnicos, engenheiros, advogados, contadores, médicos, jornalistas, etc. pertencem ao coletivo. Eles podem e devem manifestar suas opiniões como membros desse coletivo e em sua capacidade técnica específica, afinal “a autogestão exige a cooperação entre aqueles que possuem um saber ou uma competência particulares e aqueles que assumem o trabalho produtivo no sentido estrito” (CASTORIADIS, 1974), porém eles não se tornam dirigentes. Cabe à totalidade do coletivo decidir sobre o quê e como fazer, pois nenhum saber e nenhuma competência podem ser colocados acima da opinião dos trabalhadores, baseada nas suas experiências, necessidades e desejos.

Portanto, quando se trata da igualdade, não significa a homogeneização total da sociedade, não significa suprimir suas diferenças ou alteridades. Mas sim suprimir a hierarquia política, a divisão da sociedade como divisão do poder e do não-poder. É a igualdade efetiva concebida em sentido social, instituído: igualdade de direitos, de deveres e de participação no poder instituído.

A igualdade, neste sentido, implica na liberdade – e reciprocamente. A liberdade aqui está ligada à capacidade de ação, é liberdade “efetiva, social, concreta: [...] do espaço de movimento e atividade o mais amplo possível assegurado ao indivíduo pela instituição da sociedade” (CASTORIADIS, 1979). Como propõe Souza (2006), a liberdade não se resume a uma “liberdade” privada – “como um mero atributo da vontade individual, sobre a base do individualismo egoísta e ensimesmado”.

“A liberdade é, também, liberdade para estar com outros e fazer com os outros, levando em consideração as necessidades coletivas, que não se reduzem a um simples agregado de vontades e preferências

---

<sup>9</sup> Grifo do original.

individuais. [É] liberdade para se informar confiavelmente, atuar e decidir sobre os negócios de interesse coletivo”. (SOUZA, 2006)

Esse entendimento sobre igualdade e liberdade efetiva será de fundamental importância para análise das experiências em curso nos empreendimentos econômicos solidários de beneficiamento de pescado estudados. Assim entendidas, liberdade e igualdade são indissociáveis, pois, se poder é a capacidade de levar alguém a fazer aquilo que, de outro modo, com conhecimento de causa, não teria desejado fazer, como se pode ser livre sem igualdade de poder?

“Somente homens iguais podem ser livres e somente homens livres podem ser iguais. Uma vez que na sociedade necessariamente existe poder, aqueles que não participam desse poder em pé de igualdade estão sob a dominação daqueles que participam e o exercem, e portanto não são livres.” (CASTORIADIS, 1979)

Assim, o autor define uma sociedade livre como aquela onde o poder se exerce efetivamente pelo conjunto de todos os indivíduos adultos, ou, “por uma coletividade da qual todos efetivamente participam na igualdade” (CASTORIADIS, 1979).

Mas participar não é somente decidir sobre questões triviais, é participar do poder instituinte. É a participação ativa em todas as esferas da vida. E decidir, é decidir por si mesmo, com conhecimento de causa, com disponibilidade de informações, e não delegar (alienar) seu poder de decisão a outro, ao “especialista”, ao “profissional da política”, como acontece nas “democracias” atuais.

“[...] a representação ‘política’ tende a ‘educar’ – isto é, a deseducar – as pessoas na convicção de que elas não poderiam gerir os problemas da sociedade, que existe uma categoria especial de homens dotados de capacidade específica de ‘governar’. [...] Ela contribui, portanto, para a apatia política, o que, por sua vez, alarga na mente das pessoas o fosso entre a extensão e a complexidade dos problemas sociais e sua própria aptidão a enfrentá-los.” (CASTORIADIS, 1976, p. 275)

Portanto, após algumas décadas de “democracia” representativa (sem falar dos longos períodos ditatoriais) é preciso resgatar a capacidade de intervenção do ser humano. E para isso, deve-se propiciar uma ambiência onde o indivíduo possa pensar livremente, o que exige “a instituição de um espaço público de pensamento aberto à interrogação; [e] exclui imediatamente, com toda certeza, o estabelecimento da lei – da instituição – como imutável” (CASTORIADIS, 1974). Nesse sentido, entendemos que os empreendimentos econômicos solidários devem representar tal espaço público permanentemente aberto a interrogação, onde os trabalhadores encontrem a possibilidade de fazer valer suas opiniões baseadas nos saberes acumulados pela prática, assim dando sentido ao trabalho e à vida.

Se concebermos o enfrentamento dos problemas da sociedade como tarefa de todos, entenderemos que os indivíduos devem ser educados para participar das suas soluções. Porém, na construção desse percurso educativo devemos considerar que sejam quais forem as formas institucionais da sociedade, elas jamais poderão garantir (obrigar) a participação efetiva das pessoas. Elas podem, no máximo, torná-la possível. O desenvolvimento da atividade autônoma do povo depende “da relação entre as questões discutidas e a existência concreta das pessoas e da diferença que as decisões tomadas trazem ou não às suas vidas” (CASTORIADIS, 1976). A participação efetiva no exercício do poder requer o reconhecimento, por cada um, a partir de suas experiências concretas, de que sua existência cotidiana depende dessa esfera de ação e decisão. Essa constatação levaria à responsabilização coletiva pelos atos públicos.

Decorrem dessa leitura algumas pistas sobre a auto-organização da produção segundo os princípios da autonomia que podem ser úteis para a análise das experiências em curso nos empreendimentos econômicos solidários estudados. Evidentemente, não se pretende com isso propor uma forma de auto-organização da produção ideal e de validade universal a ser confrontada com as experiências concretas – isso estaria em completo desacordo com tudo que foi dito até aqui.

A primeira delas diz respeito à organização das condições prévias (herdadas social e historicamente) do processo produtivo. A afirmação da autogestão da produção demanda uma transformação consciente da tecnologia para adaptá-la às necessidades e aspirações dos homens, tanto como produtores quanto como consumidores. Mas demanda transformações também, e, sobretudo, dos “indivíduos presentes e futuros, [d]os seres humanos, [da] sua formação social, sua educação no sentido mais profundo do termo” (CASTORIADIS, 1979).

Um segundo aspecto da autonomia que se reflete na auto-organização da produção faz referência à questão da disciplina.

“A questão não é a de saber se é necessária a disciplina ou às vezes mesmo a coerção, mas qual disciplina, decidida por quem, controlada por quem, sob que formas e para quais fins. Quanto mais os fins a que serve uma disciplina forem estranhos às necessidades e aos desejos daqueles que devem realizá-los, mais as decisões que dizem respeito a estes fins e às formas da disciplina lhe serão exteriores e mais haverá a necessidade de coerção para fazê-los respeitar.” (CASTORIADIS, 1974, p. 216)

Dito de outro modo, quando nem o trabalho nem o seu produto pertencem ao trabalhador, quando ele se sente alienado e explorado, quando ele próprio não decide nem o quê, nem como, nem para quê trabalha, o trabalhador não manifesta interesse

espontâneo pelo trabalho. Por isso existe o aparelho hierárquico, com a função de hetero-organizar a coerção, impondo uma determinada forma de disciplina e igualmente uma forma de execução “correta” das atividades. Aliás, a hierarquia e a coerção co-existem de forma dialética: “é preciso que haja hierarquia para organizar a coerção – e é preciso que haja coerção porque existe a divisão e o conflito, isto é, também, porque existe hierarquia” (CASTORIADIS, 1974).

Mas a disciplina não vem apenas como imposição do aparelho hierárquico. Já nos sistemas de produção heterogeridos, ela surge no interior dos grupos de trabalhadores, muito mais discreta, porém não menos forte do que a imposta externamente. Os grupos envolvidos em uma tarefa comum sempre estabelecem (implícita ou explicitamente) normas de comportamento e uma pressão coletiva que os faz respeitar. Portanto, uma coletividade autogerida nunca vai ser uma coletividade sem disciplina. Na autogestão o coletivo vai decidir sobre suas formas de disciplina e cada um deve desempenhar seu papel no exercício do controle mútuo.

Um terceiro e último aspecto a ser observado se refere à origem das motivações na organização da produção autônoma. Se, como dissemos há pouco, alienado o trabalhador não manifesta interesse espontâneo pelo trabalho, as motivações desse trabalhador tendem a ser oriundas, por um lado, da oferta de vantagens materiais, sobretudo financeiras, e, por outro lado, da perspectiva de alcance de degraus superiores na estrutura hierárquica, o que os confere maior poder (em uma sociedade onde o poder não é compartilhado igualmente por todos). Em situação oposta, como protagonista da sua atividade, o trabalhador não precisaria de sanções para motivar-se a trabalhar, “então outras motivações, que por sua vez possuam um valor social verdadeiro, poderão aparecer ou de preferência desabrochar: o interesse pelo próprio trabalho, o prazer de bem fazer o que se escolheu fazer, a invenção, a criatividade, a estima, e o reconhecimento dos outros” (CASTORIADIS, 1974).

Por fim, antes de partirmos para uma análise da Economia Solidária, gostaríamos de resgatar uma ressalva feita por Marcelo de Souza (2006) a respeito da obra de Castoriadis. Este autor fala da conveniência de uma diferenciação entre autonomia “em sentido forte” e autonomia “em sentido fraco”.

“Em ‘sentido forte’ a referência à autonomia equivaleria a ater-se a um horizonte de pensamento e ação: o projeto de construção de uma sociedade basicamente autônoma. Já o ‘sentido fraco’ refere-se à necessidade de valorizar conquistas táticas e conjunturais em meio a uma navegação de longo curso, durante a qual, mesmo sem superar os marcos gerais heterônomos, avanços menores, localizados, para além do significado positivo que possam ter em si mesmo (redistributivo, político ou outro), podem colaborar, político-pedagógicamente, para

abrir caminho para conquistas mais ambiciosas no futuro.” (SOUZA, 2006, p. 82)

Para ele, a conquista da autonomia não é uma questão de tudo ou nada, poder-se-ia falar de “graus de autonomia”. Diante de certa ambigüidade na obra de Castoriadis a esse respeito, Souza (2006) afirma que “vitórias e conquistas táticas podem significar muito mais que oportunidades para ganhos ‘materiais’: podem carregar, em seu bojo, uma dimensão *político-pedagógica* de valor potencialmente *estratégico*, por colaborar para organizar a sociedade”<sup>10</sup>. Afinal, no momento atual, não é possível vislumbrar uma ruptura sem que se invista em um projeto de longo prazo na base de experiências alternativas de organização da produção e da sociedade.

“[...] é preciso começar a construir o ‘depois de amanhã’ já ‘hoje’ e [...] é necessário investir, o máximo possível, no despertar maciço de uma consciência crítica e construtiva/propositiva, de uma consciência de direitos.” (SOUZA, 2006, p. 86)

Nesse sentido, queremos acreditar que as experiências desenvolvidas no bojo de empreendimentos econômicos solidários, pautadas pelos princípios da autogestão, podem estar gerando uma contribuição político-pedagógica para a transformação social por meio da organização dos trabalhadores em busca da construção de relações sociais de produção autônomas, “em sentido fraco” – é neste sentido que utilizaremos esse conceito daqui por diante. Porém, para melhor avaliar essa possibilidade nos propomos, no capítulo seguinte, a contextualizar e conceituar o que chamamos de Economia Solidária.

---

<sup>10</sup> Grifos do original.

## Capítulo 2

### **A Economia Solidária no Brasil**

#### **2.1. O contexto do surgimento da Economia Solidária no Brasil**

A Economia Solidária surge no Brasil como resposta à situação de desemprego estrutural, fruto da reestruturação do sistema produtivo mundial a partir da década de 80, agravada ainda pela intensificação da automatização da produção.

A desregulamentação financeira do final dos anos 70 deu início ao fenômeno que ficou conhecido como globalização. Facilitada pelo avanço das tecnologias de informação, a flexibilização produtiva levou à desindustrialização dos países centrais, e mesmo dos ditos *em desenvolvimento* como o Brasil e outros da América Latina, e à transferência das fábricas principalmente para países asiáticos, seja por vantagens logísticas ou, principalmente, pela oferta de força de trabalho mais barata (FURTADO, 2000; ANTUNES, 1999).

A consequência mais imediata desse processo é a redução dos postos de trabalho formais nesses países, além do aumento da precarização do trabalho. Porém, outro importante efeito dessa reestruturação é a combinação de diferentes formas de organização da produção na composição do grande sistema de produção capitalista. Observa-se uma tendência de transferência das atividades menos qualificadas e com menor incorporação tecnológica para regimes de produção menos formais, com condições de trabalho cada vez mais precárias. As grandes empresas ficam com as atividades mais especializadas e com maior aporte de capital, mantendo um pequeno número de trabalhadores no regime formal, enquanto a grande massa de trabalhadores expulsa das fábricas constitui um mercado informal (PINTO, 2006; ANTUNES, 1999). Como mostra Tiriba (2006), a reestruturação produtiva demanda trabalho *por conta própria* na composição da cadeia produtiva toyotista, que produz cerca de 75% dos seus bens e serviços do lado de fora das grandes empresas.

É importante reafirmar que esses dois pólos compõem o sistema de produção capitalista em uma relação de interdependência mútua. Ou seja, as grandes empresas se aproveitam da situação de vulnerabilidade dos empreendimentos e empreendedores do mercado informal para cada vez mais explorá-los e assim reduzir seus custos e aumentar seus lucros. A maior vulnerabilidade econômica e a falta de uma estrutura de proteção social levam ao agravamento desses efeitos nos países *em desenvolvimento*.

A relevância desse mercado informal fica explícita nos dados do IBGE-PNAD de 2004, que mostram que no Brasil, do total de 92,8 milhões de pessoas classificadas como economicamente ativas, 84,5 milhões (91%) estavam ocupadas e 8,2 milhões (9%) desempregadas. Entretanto, do total da população ocupada destaca-se 48 milhões (57%) de pessoas no chamado trabalho precário, onde se consideram os empregados sem carteira assinada, os trabalhadores *por conta própria*, os não remunerados e os que produzem para o auto-consumo (KRAYCHETE, 2007).

Ressalta-se que, contrariando o discurso de prosperidade do empreendedorismo, esses trabalhadores *por conta própria* encontram-se em situação marcada pela precariedade. A renda média auferida neste setor é inferior à gerada pelo trabalho assalariado. Cerca de 44% deles têm rendimentos de até um salário mínimo (KRAYCHETE, 2007).

Por um lado, esse mercado informal representa a possibilidade de maior exploração do trabalhador, que desprotegido dos direitos conquistados por lutas históricas, vivem em condições cada vez mais precárias. A alienação e desumanização do trabalho são progressivas. A quebra dos vínculos empregatícios também cumpre a função de dificultar a organização da classe. A identidade conferida pelos vínculos permitia a constituição de uma coletividade com anseios e lutas comuns, fazendo frente à organização burguesa e garantindo condições de trabalho minimamente dignas.

Por outro lado, o campo da informalidade é também menos submisso a lógica formal que orienta as relações sociais de produção no seio das grandes empresas. Observa-se, portanto, que esse espaço pode estar mais aberto à experimentação de novas formas sociais de produção. E é nesse cenário, em meio as contradições do sistema de produção hegemônico, que (re)surge a idéia da associação de pessoas que buscam construir seus meios de vida por intermédio do trabalho.

Partindo da perspectiva processual e dialética da história, não se pode identificar uma única origem datada e registrada para esse fenômeno social. Em geral, são

“[...] fenômenos antigos reinterpretados, modificados pelas novas condições sócio-históricas e que, em determinado momento, começam a tornar-se significativos para um grande número de pessoas, sendo objeto de uma ação consciente articulada e atraindo financiamentos, pesquisa e divulgação através da mídia. Tudo isto concorrendo para o reconhecimento público, político e, finalmente, às vezes, legal, da problemática em questão” (LECHAT, 2002, p. 4).

O retorno à associação que observamos hoje encontra referências em momentos históricos anteriores, sempre coincidindo com situações de crise do sistema econômico hegemônico. Foi assim com o movimento do cooperativismo operário da

Inglaterra do início do século XIX, após a aceleração do processo de industrialização da produção, reconhecido por Singer e outros autores como a origem dos princípios e valores da Economia Solidária atual. Foi assim também que as cooperativas agrícolas e de poupança ganharam destaque na Europa após a crise dos anos 1873-1895, e que as cooperativas de consumo e habitação ressurgiram nos Estado Unidos após da depressão de 1929 (LECHAT, 2002).

Entretanto, a natureza diferente das crises e as novas condições sócio-históricas (locais e regionais) definem particularidades em seus movimentos de resistência. Importa-nos observar que o momento da crise da década de 80, que deu origem a Economia Solidária atual, é marcado ainda por pelo menos três importantes aspectos.

O primeiro deles refere-se à queda do muro de Berlim, representando o fim de uma utopia socialista e abrindo espaço para formulação de novas utopias, que considerem o diálogo entre saberes, a valorização do local e do comunitário e o respeito à diversidade cultural e à natureza. As idéias de Castoriadis sobre a autonomia também foram fortemente influenciadas pelo fim dessa utopia.

O segundo diz respeito à existência de movimentos sociais e entidades de mediação que reforçam a idéia de indissociabilidade entre o social, o econômico e o ambiental e que asseguram a interlocução com agentes públicos, além de auxiliar na organização dos trabalhadores e contribuir com a geração e sistematização de conhecimento sobre a temática. Deve-se, no entanto, atentar para que esses movimentos e entidades não se descolem dos anseios dos trabalhadores, assim, mais uma vez, suprimindo a perspectiva de autonomia.

Além disso, na América Latina, o fim de longos períodos ditatoriais, freqüentemente truculentos, recoloca as questões dos direitos humanos e da democracia nas mais diversas esferas, inclusive na econômica. Observa-se a ascensão de diversos governos de esquerda que buscam o alargamento da participação popular, o fortalecimento da organização comunitária e o reconhecimento e a valorização de uma diversidade cultural e étnica em seus programas.

A favor da organização de uma economia solidária, Gaiger destaca ainda a

“[...] presença de setores populares com experiências em práticas associativas, comunitárias ou de classe, quer trata-se de uma experiência legada a memória, um sentido ainda que difuso a evocar uma tradição e um estilo de comportamento arraigados no tempo, quer trate-se de uma experiência viva, de mobilizações e lutas vivenciadas pelos protagonistas da economia solidária, nas quais forjaram uma identidade comum, criaram laços de confiança e desenvolveram competências para sua organização e para defesa de seus interesses.” (GAIGER, 2004, p.374)

É nesse contexto sócio-histórico-cultura-econômico que surge o atual movimento da Economia Solidária, para o qual pretendemos a seguir esboçar um conceito.

## **2.2. Em busca de um conceito**

Segundo Lechat (2002), o termo Economia Solidária aparece pela primeira vez no Brasil em 1993, em publicação organizada por Gadotti e Gutiérrez, onde Razeto a concebe como

“[...] uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de um conjunto significativo de experiências econômicas – no campo da produção, comércio, financiamento de serviços etc. –, que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas” (RAZETO, 1993, p. 40).

A partir daí, uma variedade de experiências de trabalho associado já em curso, até então identificadas como “economia informal”, “estratégias de subsistência”, “economia subterrânea”, “cooperativismo”, entre outros (GADOTTI, 2009), passaram a ganhar espaço gradativamente na pauta de movimentos sociais, universidades, governos, instituições religiosas e outras organizações do terceiro setor. Desde então esse conjunto heterogêneo de experiências é identificado por um emaranhado de conceitos, dentre eles: economia solidária, socioeconomia solidária, economia social e solidária, economia popular solidária, entre outros.

É certo que cada um desses termos apresenta especificidades, mas não se pretende aqui realizar a profunda análise destas, pois isto fugiria aos objetivos deste trabalho. Faz-se a opção pela utilização do conceito de Economia Solidária, pelo alcance por ele conquistado no contexto brasileiro, inclusive dando nome à Secretaria Nacional de Economia Solidária criada em 2003, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE). Vale ressaltar que não há consenso sobre a formulação deste conceito; ele é disputado por diversas concepções político-ideológicas, o que reforça a opção anteriormente assinalada.

Dessa forma, procuramos caracterizar o que chamamos de Economia Solidária (ES) e identificar suas potencialidades e limitações dentro do sistema de produção capitalista global. Essa tarefa é complexa não só pela já citada falta de consenso quanto à definição do conceito e à própria compreensão sócio-histórica do fenômeno, como pela diversidade de formas e objetivos tomados pelos atos e atores que se intitulam como pertencentes à ES.

A ES é formada por um conjunto de experiências com origens e formas variadas que tem em comum o trabalho associado como forma de produção e reprodução dos meios de vida, em torno das quais se aglomeram ainda entidades, instituições e pessoas com perspectivas diversas. Esse conjunto constrói identidade enquanto movimento social na medida em que compartilha de um processo de construção coletiva de uma cultura que irá orientar a prática de uma ES que se pretende transformadora.

Mas qual a transformação pretendida pela Economia Solidária?

Gaiger (2002) analisa o modo de produção capitalista mostrando, como vimos anteriormente, que ele não é monolítico, comportando contradições no seu interior. Assim, ele permite a criação de novas formas sociais de produção que podem inclusive representar a base de uma sociedade futura. A partir dessa análise, o autor entende os empreendimentos da Economia Solidária como expressão de uma outra forma social de produção, que convive com a forma tipicamente capitalista, para subsistir em formações históricas ditadas pelo modo de produção hegemônico. Entendendo dessa forma, a Economia Solidária pode representar uma forma de luta contra o capitalismo que germina no seu interior e como parte dele. Ela é uma prática necessária para a formulação de um *novo* ainda indefinido. Buscando qualificar o sentido histórico da ES, este mesmo autor a define como uma experiência humana de “emancipação do trabalho desumanizado e desprovido de sentido, na restituição do trabalhador à condição de sujeito de sua existência” (GAIGER, 2004).

Arruda (2003) afirma ser a ES “uma luta cultural contra uma ideologia baseada no paradigma da dominação e da mera acumulação material”. Ela busca a re-qualificação do trabalho humano no sentido da reprodução ampliada da vida, criando as condições para o desenvolvimento integral e efetivo do ser humano e da coletividade.

Tiriba (2006) entende a ES como um movimento que busca fortalecer a organização de trabalhadores em torno da criação de uma nova cultura de trabalho, vislumbrando a criação das bases culturais para uma sociedade de produtores livremente associados. Ela diz que a economia se torna solidária quando o trabalho humano e a comunidade ganham o lugar de principais fatores de produção, e que isso só é possível diante de

“[...] uma organização do trabalho na qual se garante espaços de socialização e de articulação de saberes **para que os trabalhadores, efetivamente, possam dar os rumos da produção**, criando e recriando uma cultura do trabalho que possa materializar um outro sentido para o próprio trabalho, para economia, para as relações de convivência, **não apenas no interior da unidade produtiva, mas também na comunidade local, no território mais amplo das**

**relações sociais**, criando redes de produção e de socialização de saberes e de novas práticas sociais.” (TIRIBA, 2006, p. 10-11)<sup>11</sup>

Estas são para nós as características fundamentais dessa outra economia. Mais do que propor soluções imediatas para situação de pobreza e miséria da população diante do problema crônico do desemprego estrutural, a ES exerce um papel político-pedagógico essencial para o exercício da participação ativa, se distinguindo de outras lutas e movimentos sociais contemporâneos por questionar justamente a dimensão do trabalho e da produção. Sua grande potencialidade está em juntar uma estreita esfera política com o resto da vida social – em particular o trabalho e a produção. Poderíamos ainda afirmar, de acordo com a leitura de Castoriadis, que **a ES busca a formação de indivíduos e coletividades autônomas por meio da experimentação de novas formas de auto-organização da produção, ou, de novas relações sociais de produção.**

Nessa empreitada, o movimento da Economia Solidária encontra um conjunto de fábricas abandonadas por seus patrões, falidos no contexto da reestruturação produtiva, e recuperadas pelos trabalhadores que buscam construir uma alternativa para sobrevivência diante das remotas possibilidades de recolocação no mercado de trabalho.

O movimento encontra e valoriza também, e principalmente, em especial no contexto brasileiro, a riqueza representada por séculos de práticas de economia popular comunitária, organizadas de diferentes formas em comunidades excluídas do acesso aos bens e serviços produzidos pelo sistema capitalista hegemônico (RUTKOWSKI, 2008). Entretanto, é necessário reconhecer que essas experiências nem sempre contribuem para a emancipação do trabalhador, muitas vezes reforçando critérios não equânimes de divisão do poder, do trabalho e da renda, assim reproduzindo a velha lógica de organização da produção e da sociedade. Deve-se observar que as organizações populares e comunitárias, apesar de constituírem um importante ponto de partida para auto-organização dos trabalhadores, não necessariamente implicam em “uma luta cultural contra uma ideologia baseada no paradigma da dominação e da mera acumulação material” (ARRUDA, 2003).

Não se trata, portanto, apenas de dar visibilidade àquelas iniciativas. Pretende-se ir além do reconhecimento e da valorização de uma pluralidade no agir econômico; pluralidade esta permitida e necessária para o desenvolvimento da economia capitalista. O campo das práticas econômicas populares e comunitárias pode ser propício para o desenvolvimento de uma nova cultura de trabalho, de uma nova forma

---

<sup>11</sup> Grifo nosso.

de fazer economia, de produzir e distribuir recursos e bens, pois ele está menos submetido à lógica formal de organização da produção. Nele as formas instituídas podem se abrir ao questionamento e à mudança. Porém, para isso ele precisa se sujeitar a um processo reflexivo, que pense estas iniciativas como alternativa para a transformação social efetiva. Como propõe José Luis Coraggio:

“Necessitamos de uma utopia. [...] Se for uma utopia de trabalhadores livremente associados, mas que com isso resolvam apenas as suas necessidades, sem, além disso, tomando consciência, chegarem a reconhecer que sua vida não faz sentido se os outros todos não tem também o mesmo direito a ‘viver bem’, não é suficiente. Agora, se, ganhando esta consciência, passarem a lutar não apenas por um lugarzinho no qual se vejam bem acomodados neste sistema, mas passem a lutar e participar de um movimento coletivo que tenha como finalidade que todos possam ‘viver bem’; então, sim, aí é onde se dá a ruptura fundamental, entre uma economia solidária associativa – mas em última instância capitalista – e uma economia que, realmente, quer transformar a realidade social.” (CORAGGIO, 2007, p. 86)

Cabe então questionar sobre o que de fato caracteriza um empreendimento econômico solidário. O que nos leva a crer que essa nova forma social de produção poderia contribuir com o ganho de autonomia dos trabalhadores?

Razeto (1993) o diferencia de outras práticas de economia popular dizendo que nessa nova forma social de produção estaria presente de maneira determinante o que ele denomina de “fator C”, que tem expressões variadas manifestando-se

“na cooperação no trabalho, que acrescenta a eficiência da força de trabalho; no uso compartilhado de conhecimentos e informações, que dá lugar a um importante elemento de criatividade social; na adoção coletiva das decisões; na melhor integração funcional dos diferentes componentes sociais da empresa [...]; na satisfação de necessidades de convivência e participação, que implicam que a operação da empresa proporcione a seus integrantes uma série de benefícios adicionais não contabilizados monetariamente, mas reais e efetivos; no desenvolvimento pessoal dos sujeitos envolvidos nas empresas, derivados da comunicação e mudança entre personalidades diferentes etc”. (RAZETO, 1993, p.41)

Ora, esses elementos podem definir uma forma de organização da produção autônoma, conforme sugerido pela leitura de Castoriadis. Como vimos, a abolição da “divisão estabelecida da sociedade e [d]a *separação essencial* entre os principais campos da atividade coletiva” (CASTORIADIS, 1976) deve implicar na cooperação no trabalho, no compartilhamento de conhecimentos e informações, na adoção da decisão coletiva e na integração entre a esfera econômica e as demais esferas da vida social. Ou, na igualdade e liberdade efetivas, ou ainda, na autonomia individual e coletiva.

Esses fatores, em parte já presentes em iniciativas populares e comunitárias, constituiriam a base das novas relações sociais de produção em construção no bojo das experiências da ES. Entretanto, eles não podem ser produzidos em um vazio, e, mesmo se o fossem, não poderiam se sustentar sem uma ambiência favorável a sua existência. Como coloca Rutkowski (2008), os empreendimentos econômicos solidários hoje sofrem por serem levados a uma dupla subordinação à economia capitalista, estando, de um lado, compelidos a adotar a base técnica do capitalismo e, de outro, sujeitos aos efeitos da lógica da acumulação e às regras de intercâmbio impostas ao conjunto dos agentes econômicos.

Castoriadis (1979) ressaltou a necessidade de organização das condições prévias do processo produtivo. A criação e a manutenção de uma nova forma de organização social da produção preconizam, de um lado, a formulação de novas tecnologias produtivas, adequadas às necessidades, aspirações e desejos do coletivo de trabalhadores. E, de outro lado, a construção de mercados solidários, cadeias produtivas solidárias e redes solidárias, que propiciem a sua relação com uma nova forma de distribuição de bens e serviços.

Ainda assim, a transformação das condições materiais não seria suficiente para garantir a sobrevivência dos EES, tais como aqui concebidos. Como vimos, formas institucionais que garantem espaço para participação dos indivíduos, não podem, no entanto, garantir o exercício da participação efetiva. Com variações entre os diferentes grupos e comunidades, os valores que orientam a prática nessas experiências são próprios de uma mesma cultura basicamente impregnada pela civilização capitalista, competitiva e individualista. Frequentemente se observa entre os atores da Economia Solidária a predominância de uma cultura passiva ou, quando muito, reivindicatória de seus direitos, que pode, em parte, ser explicada pela falta de auto-confiança e a baixa auto-estima das classes populares. Por meio de um processo histórico de exclusão e subordinação, essas pessoas foram convencidas de que, por não terem percorrido os caminhos da educação formal, não são capazes de gerir suas atividades produtivas. Ou, retomando as idéias de Castoriadis, elas estão submetidas ao imaginário social instituído pela sociedade heterônoma.

Adotando o imaginário capitalista, a ES não tem futuro senão o próprio capitalismo, ou, como afirma Coraggio (2007), o futuro da Economia Solidária depende de profundas mudanças subjetivas, “requer a auto-percepção e a subjetividade de que estamos fazendo história e, não, que estejamos apenas sobrevivendo”. Para isso, as experiências em curso devem ser entendidas como uma práxis político-pedagógica, no sentido de que servem a uma transformação cultural pretendida, desejando despertar

uma consciência crítica e construtiva/propositiva, influenciando diretamente na instituição imaginária social.

Uma vez explicitado o que entendemos por Economia Solidária, a seguir expõe-se um breve quadro de como ela se configura hoje no Brasil.

### **2.3. O estado da arte**

Nos últimos anos pôde-se observar algum avanço no campo das políticas públicas para Economia Solidária. A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE) em 2003 e, mais recente, de secretarias estaduais e municipais específicas para a temática tem permitido, mais do que o financiamento de projetos, a discussão mais ampla da questão.

Nos seus primeiros três anos de atuação, a SENAES, em parceria com atores de diversas naturezas (ministérios, governos estaduais, prefeituras, universidades, ONG's):

- ✓ promoveu a formação de “agentes de desenvolvimento solidário”, oriundos de comunidades carentes<sup>12</sup>, com o papel de disseminar a proposta da ES e fomentar a criação de empreendimentos com esse caráter;
- ✓ criou 16 Centros Públicos de Economia Solidária e promoveu a formação de gestores públicos estaduais e municipais para atuarem na temática nessas esferas;
- ✓ implantou um Conselho Nacional de Economia Solidária;
- ✓ em parceria com bancos públicos, criou linhas de crédito específicas para os EES, bem como para articulação de redes de empreendimentos;
- ✓ buscou a constituição de canais para comercialização dos produtos da ES, com vista à implementação de um Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário;
- ✓ apoiou a recuperação de empresas por trabalhadores organizados de forma autogestionária;
- ✓ realizou o mapeamento nacional da Economia Solidária – de que falaremos mais a frente. (ITCP/USP, 2007)

---

<sup>12</sup> Ciente da polêmica em torno do termo, aqui o utilizamos para fazer jus ao original (ITCP/USP, 2007).

Estas políticas estão voltadas para públicos distintos. Nas zonas rurais elas buscam articulação com políticas para a agricultura familiar, atendendo ainda à pesca artesanal e a outras comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas). Nas periferias das grandes metrópoles elas incentivam a organização de um grande contingente de trabalhadores desempregados ou subempregados para produção associada e apóia a recuperação de empresas falidas por trabalhadores.

Muitas vezes a ES vem como política para “re-inserção social” de pessoas com necessidades especiais, ex-presidiários, jovens moradores de áreas de risco e outras em situação de vulnerabilidade social. Quanto a isso, Coraggio alerta:

“A economia solidária, quando mal entendida, pode se pôr como um programa de integração social que trata de minimizar e reduzir a falta de coesão da sociedade. Mas, assim, estaríamos querendo integrar os excluídos na mesma sociedade capitalista que os excluiu; agora, como micro empreendedores, mas com as mesmas regras de jogo do sistema, que vai continuar reproduzindo essa exclusão e reproduzindo, sobretudo, a desigualdade externa.” (CORAGGIO, 2007, p. 76)

Pochmann (2004) complementa dizendo que a reprodução de um assistencialismo improdutivo não é suficiente para um projeto emancipatório e denota a necessidade de “políticas públicas articuladas e integradas a uma estratégia de inclusão soberana e de caminhos associados à autonomia social, política e econômica coletiva”.

Essa crítica ganha relevância na medida em que observamos uma ambigüidade na atuação, seja do Estado, seja de diversos grupos e entidades da sociedade civil organizada que buscam o fortalecimento da ES. Se, de um lado, eles assumem a função de fomento dessa outra economia, proporcionando a formação de diversos grupos de trabalhadores e as condições necessárias para a organização e gestão da produção, de outro lado, contraditoriamente, ao assumirem essa função, eles criam uma relação de dependência que muitas vezes impede a real emancipação dos trabalhadores.

Como apoiar, fortalecer e difundir esse conjunto de experiências de auto-organização da produção sem criar relações de dependência com o poder estatal ou com grupos exógenos? Essa e outras questões que perpassam o processo de construção de uma outra economia têm mobilizado o debate crítico e propositivo que ganha destaque no campo acadêmico como tema de pesquisa e extensão em diversas áreas – engenharias, sociologia, geografia, serviço social, psicologia, etc.

Um movimento social, formalizado em 2003 através da criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), e posteriormente ampliado com a criação de fóruns estaduais e municipais, reúne a articula os EES, as entidades de apoio e o poder

estatal em suas diversas esferas, buscando contribuir com o debate e, a partir dele, elaborar e acompanhar as políticas públicas voltadas para a temática.

Para melhor entender a realidade dos empreendimentos, a SENAES, em parceria com o FBES, realizou um Mapeamento dos Empreendimentos Econômicos Solidários. O estudo identificou 21.859 EES, com a participação de mais de 1,6 milhões de trabalhadores, movimentando cerca de R\$ 6 bilhões no Brasil no ano de 2007<sup>13</sup>. A partir deste levantamento é possível observar algumas características do quadro atual da Economia Solidária.

Antes de apresentarmos alguns resultados, vale explicitar a definição de Empreendimentos Econômicos Solidários considerada para a pesquisa. Segundo esta, os EES são organizações:

- a) coletivas, supra-familiares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de troca, redes e centrais etc;
- b) cujos participantes ou sócios(as) são trabalhadores(as) do meio rural e urbano que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados;
- c) permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas;
- d) com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real sob o registro legal e;
- e) que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário.” (SENAES, 2007)

Avalia-se que a pesquisa foi pouco rigorosa com relação à classificação dos empreendimentos como econômicos solidários, tendo como dificuldade a heterogeneidade de experiências que assim se intitulam (informação verbal)<sup>14</sup>. Apesar de defini-las como organizações “cujos participantes ou sócios(as) são trabalhadores(as) [...] que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação de resultados”, as ferramentas utilizadas, bem como o tempo e os recursos disponíveis para a execução da pesquisa, não foram capazes de gerar respostas conclusivas quanto à questão da participação e da autogestão. Além disso, os organizadores da pesquisa apontam como limitação para o mapeamento (não só

---

<sup>13</sup> O estudo foi realizado em duas fases complementares. A primeira em 2005 e a segunda em 2007. A publicação aqui referida apresenta os resultados agregados das duas fases.

<sup>14</sup> Informação fornecida por Eugênia Motta, integrante comissão de mapeamento, em palestra proferida na Procuradoria Geral do Trabalho sobre o Mapeamento dos Empreendimentos Econômicos Solidários, no Rio de Janeiro, em 11 de março de 2009.

como ação pontual, mas também como processo contínuo de monitoramento e acompanhamentos dessas experiências) a dificuldade de acesso a uma parte significativa de empreendimentos.

Dito isto, a primeira revelação do levantamento é que o número de empreendimentos econômicos solidários cresceu significativamente a partir da década de 90.

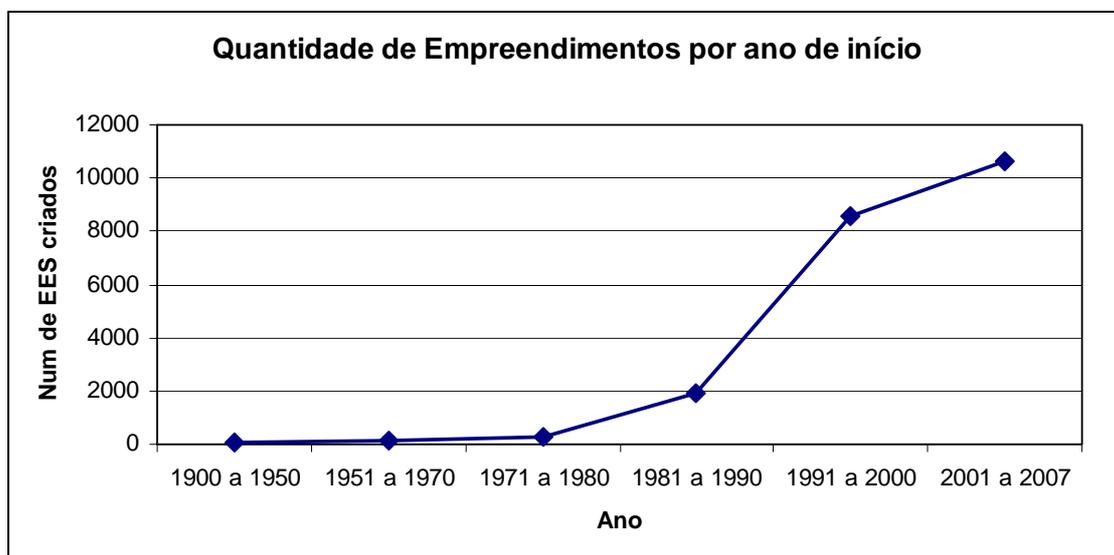


Gráfico 1 – Empreendimentos Econômicos Solidários no Brasil (elaborado a partir de dados da SENAES, 2007)

Ressalta-se, entretanto, que por ser esta a primeira pesquisa realizada com esse caráter no Brasil não se tem dados sobre a mortalidade dos empreendimentos. Ou seja, não se sabe se no passado outros EES foram criados e já fecharam sem serem assim identificados. Para uma re-edição do mapeamento prevista para 2009 há expectativa de identificação de cerca de 30.000 EES, o que pode significar o aumento no número de iniciativas, mas também o aumento da capacidade de mapeamento. Por fim, é importante destacar que apesar do crescimento do número de empreendimentos, o número de trabalhadores envolvidos equivale a apenas 3% do total da população que compõe o chamado mercado informal, demonstrando a incipiência da proposta.

Outro aspecto importante sobre os EES diz respeito à forma de organização destes: 52% são associações, 36% grupos informais e apenas 10% cooperativas. Destaca-se que apenas 50% destes têm CNPJ, mostrando o caráter informal da Economia Solidária (SENAES, 2007). Os custos relativos à legalização da atividade ainda são extremamente altos considerando a realidade das iniciativas produtivas populares.

Dentre as principais motivações para a criação dos empreendimentos estão a alternativa ao desemprego (21%) e a busca por uma fonte complementar de renda

(20%), seguida da expectativa de obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo (17%). Esses dados denotam que o sentido da ES para os trabalhadores se difere (sem se opor) do discurso dos acadêmicos e políticos entusiastas da idéia. Enquanto os primeiros buscam uma resposta imediata para a situação de pobreza e miséria, os segundos acreditam na construção de outras relações sociais de produção.

Dos empreendimentos que informaram sobre a remuneração de seus sócios, 16% afirmam não haver remuneração, 32% remuneram em até ½ salário mínimo e 20% em até 1 salário, enquanto apenas 10% têm remuneração superior a 2 salários (SENAES, 2007). Em que pese a falta de alternativas e a importância que um rendimento aparentemente insignificante pode ter para pessoas em situação de pobreza extrema, esses números indicam uma capacidade baixa de geração de renda nos EES. Apesar de não se ter dados sobre a evasão de trabalhadores e a mortalidade dos EES, se considerarmos que a expectativa está voltada principalmente para os resultados financeiros e esses não vem sendo alcançados em boa parte das iniciativas, pode-se supor a dificuldade de sustentação dos EES no médio-longo prazo.

Dos cerca de 1,6 milhões de trabalhadores, 1.057.114 (63%) são homens e 630.382 (37%) mulheres. Apesar da maioria absoluta de homens em relação a mulheres no quadro geral da Economia Solidária, observa-se que nos pequenos empreendimentos a maioria é composta por mulheres – nos empreendimentos com até 20 participantes as mulheres chegam a 57% do total de trabalhadores (SENAES, 2007).

Quanto à área de atuação dos empreendimentos, 48% são rurais, 35% urbanos e 17% rurais e urbanos. As atividades desenvolvidas de forma associada são em grande parte de produção e de comercialização e os produtos mais freqüentes são, além dos produtos brutos da agricultura, seus derivados, confecções e artesanatos.

A grande maioria dos insumos comprados pelos EES são oriundos de empresas privadas (52%), uma parte também significativa deles (19%) vem dos próprios associados e apenas uma parcela muito pequena é comprada de outros EES (3%). Quanto ao destino dos produtos e serviços, quase 80% não circula para além da esfera municipal. A principal forma de comercialização para 66% dos EES é a venda direta para ao consumidor final, 26% vendem para revendedores e atacadistas, e apenas 1% fornecem para outros EES. Do total de empreendimentos entrevistados, apenas 1.548 (7%) diz se articular em redes de produção e/ou comercialização. Esses dados mostram que a necessidade de articulação dos EES em torno da criação de mercados solidários, cadeias produtivas solidárias e redes solidárias, apontada

anteriormente como essencial para promoção de uma ambiência favorável às práticas solidárias, ainda carece de ser trabalhada e desenvolvida pelo conjunto dos empreendimentos.

Fica claro que a comercialização é um dos principais entraves, quando 62% dos EES dizem ter dificuldade neste aspecto. Falta recurso para divulgação dos produtos, faltam canais de distribuição adequados, faltam competências necessárias para a atividade de venda entre os trabalhadores da Economia Solidária, mas, por vezes, falta também rigor com a qualidade dos produtos. Para suprir essas e outras dificuldades, 73% dos EES tiveram algum tipo de assessoria<sup>15</sup>, em grande parte voltada para a qualificação profissional dos trabalhadores e para assistência técnica e/ou gerencial dos negócios<sup>16</sup>.

O mapeamento realizado pela SENAES tem grande valor para a identificação dos empreendimentos e suas demandas, podendo contribuir para a formulação de políticas públicas e para a própria organização do movimento. Entretanto, as informações geradas pouco contribuem para uma avaliação das transformações efetivas que estão ocorrendo (ou não) no bojo dessas experiências, seja no que tange as suas formas institucionais reais-materiais, seja no tocante a sua influência na formação do imaginário social.

Elas estão levando à “emancipação do trabalho desumanizado e desprovido de sentido, na restituição do trabalhador à condição de sujeito de sua existência” (GAIGER, 2004)? Elas representam, de fato, “uma luta cultural contra uma ideologia baseada no paradigma da dominação e da mera acumulação material” (ARRUDA, 2003)? Ou, ainda, elas estão contribuindo com a formação de indivíduos e coletividades autônomas? Essas perguntas permanecem sem respostas.

Sem pretender esgotar esse debate e ciente das limitações do estudo, nos propomos aqui a esboçar algumas idéias a esse respeito. Antes, porém, consideramos relevante resgatar apontamentos do trabalho de doutoramento de João Roberto Lopes Pinto, que, partindo de outros referenciais, desenvolveu uma interessante relação entre a idéia de autonomia e o atual movimento da Economia Solidária, fornecendo elementos para análise das relações sociais de produção em construção nos empreendimentos de beneficiamento de pescado.

---

<sup>15</sup> Para definição de assessoria ver Henriques (2007).

<sup>16</sup> A capacidade de mapeamento dos empreendimentos é proporcional à capilaridade da atuação das instituições que participaram da pesquisa. Certamente foi mais fácil encontrar as iniciativas que tinham alguma assessoria, às vezes prestadas pelas próprias instituições, do que outras que não recebem nenhum tipo de apoio. Isso influencia diretamente no número de 73% de EES atendidos por algum tipo de assessoria.

## 2.4. Associação Autonomista

Pinto (2006) parte da compreensão de que a crise do emprego (fruto da reestruturação do sistema produtivo global) se apresenta também, no campo subjetivo, como uma crise de enquadramentos coletivos que forneciam até então uma referência para o posicionamento do indivíduo no mundo.

Considerando as práticas e valores vinculados ao trabalho assalariado como uma espécie de tradição, o autor diz que a perda dessa referência provoca um ambiente de incertezas, onde os indivíduos não têm escolha, “a não ser a de fazer escolhas” (PINTO, 2006). Porém estas não são apenas pecuniárias ou materiais, elas são também existenciais e identitárias, e por isso elas definem o que eles são. Dito de outro modo, a revisão reflexiva das tradições e convenções, induzida pela perda da referência do trabalho assalariado, implica em um processo de individuação, ou de autofundação, que depende da interação dialógica com o outro, e que é responsável pela produção de novas identidades e solidariedades e de modos distintos de autopercepção.

As novas formas associativas que surgem a partir da década de 80, reconhecidas pelo movimento da Economia Solidária, são, para ele, espaços propícios a tal interação dialógica – o que Castoriadis (1974) chamou de “espaço público de pensamento aberto a interrogação”. Elas “representa[m] modernamente o espaço de intercompreensão, favorecendo a tomada de consciência da interdependência mútua”. Pelo processo de trabalho coletivo, os indivíduos “confrontam livremente seus interesses e valores, produzindo novos sentidos, identidades e normas sociais” (PINTO, 2006).

O autor diferencia essas formas associativas emergentes de outras formações atuais e anteriores<sup>17</sup> classificando-as como “associações autonomistas”, e contrapondo-a a outros tipos ideais que ele classifica como “associações comunitaristas” e “associações individualistas”. De um lado, o tipo *comunitarista* faz referência às organizações tradicionais da feudalidade, que têm como marco as tradições, a ordem do afetivo e sentimental, ou, nos termos de Hirschman (2000), a lógica da paixão. De outro lado, a “associação individualista” remete às formas de relações contratuais, marcadas por uma ordem racional abstrata, e movidas pelo cálculo de utilidade, ou ainda, nos termos de Hirschman (2000), pela lógica do interesse.

---

<sup>17</sup> Os termos “atuais” e “anteriores” aqui utilizados não remetem a um passado distante e nem a formações que deixaram de existir. Na perspectiva processual e dialética da história, eles expressa formas que constituem uma hegemonia em tempos diferentes, mas que permanecem no conjunto da sociedade em outras épocas.

Para os fins deste trabalho, não aprofundaremos a reflexão a respeito do que Pinto identifica como uma polaridade entre *comunitarismo* e *individualismo* por considerar que na perspectiva da autonomia esses ideais constituem dois lados da mesma moeda. Ambos podem ser entendidos como formas associativas heterônomas, isto é, geridas de acordo com regras externas, legisladas por outro. Onde o outro na *associação comunitarista* é atribuído a uma causa transcendente, a uma tradição ou semelhante, enquanto que na de tipo *individualista* o outro é a mentalidade do *homem econômico*, que impõem aos trabalhadores uma busca incessante pela maximização de ganhos privados.

Retomando, no entanto, o conceito de “*associação autonomista*” proposto por Pinto (2006), pretendemos resgatar alguns elementos por ele definidos para dar conta da identificação dessa forma social de produção.

Para caracterizá-lo o autor recorre a uma abordagem cultural que não se limita a considerar aspectos relativos ao comportamento humano diante de determinadas situações, questionando os valores e motivações que impulsionam tais comportamentos. Para ele importa investigar “o entendimento do indivíduo sobre si mesmo e sobre a relação que estabelece com o ‘outro’”. Ou, como os “indivíduos percebem e valoram suas relações interpessoais e sua própria pessoa” (PINTO, 2006).

Recorrendo à antropologia interpretativa de Geertz, Pinto considera a cultura como algo “dinâmico e contingente”, pois se trata de um ambiente, de um contexto.

“Como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis, a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade” (GEERTZ, 1979, p. 24).

Geertz (1979) sugere que esse contexto é composto por três dimensões que correspondem às necessidades existenciais genericamente humanas, quais sejam: *pessoa*, relativa à forma como o indivíduo se reconhece a si mesmo; *conduta*, sobre como ele percebe suas relações interpessoais; e *tempo*.

Valendo-se desses parâmetros, Pinto (2006) diz que na *associação autonomista* o indivíduo se reconhece a partir da interação com o outro. O conhecimento de si passa pela possibilidade de manifestação do outro. Ele experimenta “diferentes preferências e identidades possíveis a partir da interação social”, passando a se orientar por “objetivos e percepções construídos por ele [nesta] interação“. Assim reconhecido, o indivíduo pauta suas relações pela interdependência mútua, que, ao mesmo tempo em

que autofunda o sujeito, dá lugar à produção de novos sentidos e significados compartilhados.

Ao assumir essa forma de relação, explicita-se a “valorização da manifestação do outro, sem a qual, a própria consciência de si fica limitada em suas possibilidades de expressão” (PINTO, 2006), assim o autor reconhece nessa forma associativa a “apreciação positiva da diferença”. Disto decorre ainda a necessidade do próprio indivíduo se expressar, ampliando as possibilidades de posicionamento do outro.

Em relação à dimensão temporal, observa-se um resgate do tempo histórico, onde a dinâmica das relações interpessoais dita o ritmo e a duração. O tempo aqui é mediato.

Essa abordagem cultural deve, no entanto, ser complementada por uma abordagem institucional, no sentido das condições institucionais pertinentes à construção de outras relações sociais de produção. Ao pensar a institucionalidade das associações pretende-se observar “as regras e normas [explícitas ou implícitas] que estruturam a interação social em termos de uma ação coletiva” (PINTO, 2006).

Primeiro, Pinto (2006) sugere que na *associação autonomista* os “meios e fins encontram-se em uma relação de causalidade múltipla e recíproca”. Os objetivos não são claramente definidos, não estão dados a priori. Ou seja, a associação está permanentemente em construção. Poder-se-ia dizer ainda que ela é construída por meio do agir espontâneo dos trabalhadores. Para permitir essa atitude, o autor propõe que as regras e normas que orientam a organização *autonomista* se projetem com vistas à garantia da livre manifestação da diversidade de posicionamentos e preferências. Dessa forma, elas também proporcionariam o reconhecimento das relações de interdependência entre iguais, onde a igualdade tem sentido efetivo: igualdade de direitos, de deveres e de poder de participação.

Vale ressaltar que as idéias aqui apresentadas correspondem a um tipo ideal de associação, ao qual não se espera encontrar equivalência perfeita nas experiências concretas da Economia Solidária. Acredita-se, no entanto, que elas complementam a leitura de Castoriadis a respeito da autonomia e podem fornecer importantes elementos para análise das relações sociais de produção em construção no bojo dos empreendimentos econômicos solidários.

## **Capítulo 3**

### **A Organização Social da Pesca Artesanal**

Nesta dissertação pretendemos analisar as relações sociais de produção em construção em dois empreendimentos econômicos solidários de beneficiamento de pescado nos municípios de Macaé e São João da Barra, situados no litoral norte do Estado do Rio de Janeiro.

Esses empreendimentos têm em comum, além da natureza da atividade produtiva, o perfil de suas sócias. Ambos são formados exclusivamente por mulheres pertencentes, com maior ou menor vínculo, a uma comunidade pesqueira. Portanto, duas características chave para o entendimento dessas experiências e de seus limites e possibilidades de mudança se referem à organização econômica e social da pesca artesanal e ao papel que as mulheres desempenham nessa estrutura.

#### **3.1. A Organização Social da Pesca Artesanal**

A pesca artesanal atualmente representa a produção de cerca de 50% do volume de pescado consumido no Brasil, e tem apresentado tendência de crescimento, em relação à pesca industrial, a partir da década de 80. Tão importante quanto sua contribuição para o fornecimento de pescado nacional, é seu papel para segurança alimentar de cerca de 2 milhões de pessoas que hoje vivem direta ou indiretamente da atividade e cujo consumo não é contabilizado pelas estatísticas pesqueiras (VASCONCELLOS *et al*, 2007).

Especificamente na região estudada, a pesca aparece como uma das atividades econômicas de grande destaque, subsistindo com os ciclos de café e cana de açúcar nos séculos passados, e atualmente com a produção de petróleo em larga escala. Segundo a prefeitura de Macaé, a pesca hoje é responsável direta pelo sustento de 15.000 pessoas, o que representa 10% da população do município (SOLTEC, *et al*, 2005)<sup>18</sup>.

No entanto, apesar de sua relevância econômica, a pesca artesanal é historicamente carente de políticas públicas voltadas para seu desenvolvimento, seja no tocante à tecnologia, infra-estrutura, crédito ou formação profissional. As políticas voltadas para

---

<sup>18</sup> Não foram encontrados dados que revelassem a importância da atividade pesqueira no município de São João da Barra. No entanto, apenas a visita ao município, e especificamente à Atafona – localidade onde se instala o empreendimento estudado – é suficiente para afirmar sua relevância para a dinâmica econômica e social do município.

o setor frequentemente se limitam a políticas assistenciais, como a distribuição de seguros-desempregos e outros benefícios trabalhistas recente e paulatinamente conquistados, mas ainda insuficientes (VASCONCELLOS *et all*, 2007).

As colônias, federações estaduais e a confederação nacional de pescadores criadas no início do século XX pela marinha brasileira, com a função de organizar a categoria, têm papel limitado na busca pelo desenvolvimento ampliado da atividade. Segundo Vasconcellos (*et all*, 2007), esse sistema de representação, desde sua concepção, tem forte caráter assistencialista, autoritário e corporativista. Ainda hoje, a maioria das colônias “são entidades meramente assistencialistas e o último Estatuto das Colônias, aprovado em 1973, dificulta uma função produtiva, creditícia e de comercialização do pescado dessas entidades”.

Algumas experiências cooperativas foram postas em prática, principalmente ao longo da década de 80, para tentar suprir essa função produtiva, fomentadora e distributiva não exercida pelas colônias. Entretanto, como avalia Vasconcellos (*et all*, 2007), a falta de preocupação com as questões relativas à gestão democrática desses empreendimentos fez com que eles acabassem na mão de comerciantes e intermediários individuais, quando não falidos.

Além disso, em muitos casos, tanto colônias como cooperativas de pescadores sofrem forte influência de oligarquias locais e regionais, que impõem seus representantes atrelando os interesses dos pescadores completamente desassistidos ao clientelismo local. Essa situação generalizada coloca em questão a própria validade das atuais colônias e cooperativas, gerando um crescente movimento de criação de outras formas associativas em torno da atividade, que ainda lutam pelo reconhecimento garantido pela constituição de 1988 (VASCONCELLOS *et all*, 2007).

Esse cenário marcado, por um lado, pelo abandono do poder público e, por outro, pela fragilidade das organizações de base, dá lugar a uma situação de extrema pobreza e precariedade. A falta de estruturas adequadas para o desembarque, beneficiamento, armazenamento e comercialização do pescado, além de colocar em risco a qualidade do produto, submete a produção artesanal a uma longa cadeia de intermediações até o consumidor final. Nesta dinâmica, a renda obtida pela agregação de valor ao pescado fica cada vez mais distante do pescador e de suas famílias.

Não bastassem as dificuldades intrinsecamente ligadas à atividade, a categoria dos pescadores artesanais profissionais tem sido alvo de freqüentes e severos ataques a sua forma de vida, comprometendo-a não só em sua dimensão econômica, mas também nas dimensões sócio-cultural e ambiental (LOBO, 2007). As formas tomadas

por esses ataques são diversas, passando pela expansão industrial nas regiões litorâneas (com destaque para a indústria petroquímica), a crescente urbanização que leva à ocupação e poluição de grandes áreas de mangues e lagunas afetando drasticamente a capacidade de reprodução das espécies, o turismo e a especulação imobiliária provocando a venda e expropriação de terras e praias de pescadores artesanais, a exploração intensiva da pesca industrial, além da competição com a atividade de aquicultura<sup>19</sup> (VASCONCELLOS *et al*, 2007).

Esse conjunto de fatores tem levado à crescente urbanização das comunidades pesqueiras artesanais, sobretudo nas regiões sul e sudeste, trazendo graves prejuízos a sua cultura. Vivendo em condições precárias nas periferias urbanas, esses trabalhadores perdem paulatinamente a identidade e solidariedade comuns às comunidades tradicionais. As gerações mais recentes buscam outras formas de sobrevivência em atividades tipicamente urbanas como a construção civil e outros serviços. Assim se dispersam conhecimentos acumulados ao longo da história de um ofício milenar passado de pai para filho (VASCONCELLOS *et al*, *op. cit.*).

Observa-se que a luta dessas comunidades pela sobrevivência e dignidade envolve mais do que a garantia de usos diferenciados dos espaços costeiros e marinhos. Requer também o reconhecimento, manutenção e resgate de uma diversidade de modos de vida.

As comunidades pesqueiras artesanais vêm demonstrando uma capacidade de resistência diante do atual cenário que só pode ser explicada a partir do reconhecimento de uma dinâmica que extrapola os limites da análise puramente econômica. Manechsy (2000) afirma que para entender essa dinâmica é preciso contemplar o trabalho das mulheres na análise do sistema produtivo da pesca artesanal.

A reprodução social dessas comunidades se vale de diferentes práticas e estratégias, onde “o ato de pescar dos homens está inserido e é apoiado em relações sociais das quais a divisão de tarefas e responsabilidades no seio da família é, sem dúvida, a mais crucial” (NIEUWENHUYS, 1989, apud MANESCHY, 2000).

Em primeiro lugar, é preciso denotar a importância das atividades desempenhadas pelas mulheres no espaço doméstico, cuidando da saúde e educação dos filhos, da

---

<sup>19</sup> Embora algumas vezes praticada pelos próprios pescadores artesanais, gerando importantes complementos de renda para suas famílias, a aquicultura muitas vezes se apresenta como atividade que “compete” com a pesca artesanal na produção e comercialização de pescado. Sem falar dos impactos gerados sobre áreas de mangues e estuários e da poluição provocada pelo despejo de efluentes dos tanques de cultivos, principalmente na carcinicultura praticada no nordeste.

alimentação da família, muitas vezes plantando e pescando para o auto-consumo. Assim, mais do que os homens, são elas que enfrentam cotidianamente as dificuldades da vida em terra e buscam alternativas concretas para a sobrevivência (MANESCHY, 2000).

Porém, seu papel na organização social da pesca não se limita ao trabalho doméstico. Diversas atividades pré e pós-captura são realizadas pelas mulheres, como o reparo e a confecção de petrechos de pesca e o beneficiamento do pescado, além da preparação da comida que o marido, pai ou filho vai levar a bordo. Em alguns casos a mulher tem ainda a função de representar o homem nas colônias e outras formas associativas (MANESCHY, 2000).

Por isso, Maneschy (2000) diz que as atividades femininas são multidirecionadas.

“[...] muitos dos trabalhos assumidos por mulheres em comunidades pesqueiras apresentam como características a variabilidade no tempo e no espaço, a irregularidade na demanda, sua compatibilização com as tarefas domésticas e, por consequência, a dificuldade de contabilizar o tempo de trabalho. Esses fatores reforçam a visão corrente das mulheres mais como donas de casa, “ajudantes” do companheiro e não como sujeitos produtivos.”

“Ademais, muito do que fazem não se destina ao mercado [não assume a forma monetária] e não é visto, portanto, como trabalho, mesmo quando se trata de tarefas que permitem aos homens pescar.” (MANESCHY, 2000)

O trabalho das mulheres é obscurecido ainda do ponto de vista jurídico-político, onde prevalece uma concepção restrita do profissional da pesca, como sendo exclusivamente aquele que atua diretamente na captura o pescado. Um vasto conjunto de atividades pré e pós-captura fica excluído desta definição formal do pescador profissional (MANESCHY, 2000).

Segundo Maneschy (2000), essa visão tem reflexos nas colônias de pescadores, que apresentam baixo número de mulheres filiadas. O trabalho invisível da mulher não garante a ela os direitos sociais e previdenciários e ainda limita suas possibilidades de participação nas entidades representativas da categoria.

O reconhecimento do papel da mulher no complexo sistema de produção da pesca artesanal é condição própria da cidadania. Engajadas na luta por esse reconhecimento, diversas mulheres vêm buscando a formalização de suas atividades. Algumas encontram na forma de produção associada um caminho possível.

Nesse sentido, a proposta de criação de empreendimentos econômicos solidários de beneficiamento de pescado vem sendo amplamente difundida nas comunidades de pesca artesanal, motivada pela SENAES/MTE, pelo Ministério da Pesca e Aquicultura

(antiga Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca – SEAP) e diversas organizações do terceiro setor. Mas esses EES não são uma aposta apenas para as mulheres, são também para atividade da pesca artesanal como um todo. Se bem conduzidos, eles podem contribuir pelo menos em mais dos aspectos para o desenvolvimento integrado das comunidades pesqueiras.

Uma possibilidade vislumbrada a partir da criação desses EES diz respeito à construção de alternativas em relação à longa cadeia de intermediações, pela qual as comunidades pesqueiras artesanais hoje escoam sua produção. Por meio do beneficiamento local do pescado, as comunidades podem oferecer um produto com maior valor agregado, aumentando as possibilidades de acesso direto ao consumidor final.

Se, por um lado, a crescente e desordenada urbanização das regiões costeiras traz impactos negativos refletindo-se na diminuição dos estoques causada pela poluição e ocupação irregular de áreas de reprodução das espécies, além de interferir em uma dinâmica cultural estabelecida, por outro lado, esta urbanização aproxima os pescadores dos grandes mercados consumidores facilitando o escoamento da produção.

Outra contribuição gerada por essas iniciativas de beneficiamento de pescado se refere à possibilidade de organização dos trabalhadores para a autogestão de seus empreendimentos, sejam eles produtivos ou não. Como vimos, a proposta de criação de cooperativas difundida na década de 80 fracassou e uma possível justificativa para o fracasso está relacionada à baixa capacidade de gestão democrática das comunidades pesqueiras.

Certamente essa dificuldade é fruto de uma herança cultural clientelista. De uma estratégia de ação pública baseada na reivindicação de direitos econômico-sociais básicos que devem ser providos pelo Estado. A organização pautada nesta forma de ação toma uma forma centralizada e hierárquica, heterônoma e heterogestionária, de sorte a permitir a acumulação de forças para pressionar o Estado a atender as demandas daquele determinado grupo (RAZETO, 1993).

A essa estratégia de ação, que Razeto (1993) denomina como *reivindicativa tradicional*, se opõe a que o mesmo autor chama de *ação solidária alternativa*. Pretende-se incentivar uma estratégia que parte da existência de necessidades integrais, que vão além das necessidades básicas, incluindo a participação, o afeto, o conhecimento, a cultura, etc. Neste sentido, contribuindo com a construção de uma sociedade autônoma, a ação pública deve garantir o direito de participação de cada

cidadão na construção das soluções para seus problemas econômicos, sociais e ambientais.

Fala-se hoje de gestão compartilhada de recursos naturais. No contexto atual de degradação acelerada dos recursos, o reconhecimento dos fenômenos como parte de um sistema complexo favorece a compreensão de uma rede de interdependências, onde o social e o ambiental são vistos como dimensões indissociáveis da ciência e da vida (VIEIRA *et al*, 2005). Essa complexidade torna inadequada e impraticável a centralização do monitoramento e do manejo da pesca nas estruturas estatais. Busca-se o entendimento de que o sucesso das práticas e estratégias voltadas para a gestão dos recursos pesqueiros depende da participação engajada dos diversos atores implicados. Para isso é preciso construir uma cultura participativa, onde os atores se responsabilizem e se comprometam com a mudança.

Portanto, espera-se que as práticas autogestionárias nos empreendimentos de beneficiamento de pescado extrapolem os limites desta organização e sirvam como referência para a autogestão dos sistemas complexos de produção pesqueira. Essa extrapolação, por sua vez, fortalece as experiências dos empreendimentos, que, como vimos, tem sua sobrevivência em longo prazo condicionada pela construção de mercados solidários, cadeias produtivas solidárias e redes solidárias.

### **3.2. Metodologia de Pesquisa**

A pesquisa realizada busca contribuir com a construção de conhecimento a respeito da Economia Solidária no Brasil e de suas possibilidades de transformação. Apesar do crescimento do interesse pela temática nos diversos campos da ciência nos últimos anos, os estudos ainda não alcançaram um grau de maturidade suficiente para propor teorias substanciais sobre essas experiências recentes.

Strauss e Corbin (2008) sugerem para situações de pesquisa como esta a adoção da metodologia da teoria fundamentada (*grounded theory*), segundo a qual uma teoria pode ser construída a partir da análise sistemática de dados da realidade estudada. Por meio de métodos específicos, busca-se a identificação, o desenvolvimento e o relacionamento de conceitos que dizem respeito a um determinado fenômeno. Neste caso, o pesquisador não parte de hipóteses prévias, nem de conceitos específicos. O ponto de partida é uma área de estudos e a questão inicial deve garantir flexibilidade e liberdade, para que a partir dela emirjam conceitos que se possam relacionar com o fenômeno pesquisado. Ao longo do processo investigativo, essa questão, inicialmente ampla e flexível, progressivamente se estreita e define novas questões que irão

orientar a análise das relações entre os conceitos identificados. Estabelece-se um fluxo interpretativo bilateral entre a realidade estudada e os referenciais teóricos.

Inspirada nessa teoria, a pesquisa se desenvolveu a partir do trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Solidariedade Técnica (SOLTEC/UFRJ), em um projeto voltado para incubagem de um EES de beneficiamento de pescado no município de Macaé. Acompanhando o processo de incubagem do grupo desde 2007, algumas questões vêm gerando angústias que motivaram o desenvolvimento desta dissertação. Acreditando que a comparação dessa experiência com outras propostas similares poderia ampliar as possibilidades de entendimento da realidade estudada, encontramos no município de São João da Barra um empreendimento com características semelhantes ao de Macaé e buscamos aproximação com este<sup>20</sup>.

Com propósito exploratório (no sentido de explorar o significado sócio-histórico da ES) e descritivo (por descrever e analisar as relações sociais de produção em dois casos particulares), poder-se-ia ainda classificar a pesquisa segundo seus meios de investigação como um *estudo de caso* (VERGARA, 2007). Segundo Martins (2006), a estratégia de *estudo de caso* é aplicável quando se deseja pesquisar fenômenos dentro de seu contexto real, onde o pesquisador não tem controle sobre eventos e variáveis, buscando apreender a totalidade de uma situação e, criativamente, descrever, compreender e interpretar a complexidade de um caso concreto.

As contingências da pesquisa aqui descrita não permitiram a aplicação *stricto sensu* nem da teoria fundamentada, nem da estratégia de estudo de caso, no entanto ambas serviram de referência para a construção da metodologia adotada.

Primeiro definiu-se a área de estudos: a Economia Solidária e, particularmente, os empreendimentos econômicos solidários de beneficiamento de pescado. Mergulhados no processo de incubagem do empreendimento de Macaé, questionávamos a consistência da proposta da Economia Solidária e suas possibilidades de transformação efetiva, especificamente no que tange ao trabalho de grupos de mulheres no contexto da cadeia produtiva da pesca artesanal. Buscávamos compreender o sentido dessas experiências sócio-históricas e assim se formulou a primeira questão de pesquisa, ainda ampla e flexível:

---

<sup>20</sup> A idéia original era a comparação de três empreendimentos, no entanto, não foram encontradas outras iniciativas associativas de beneficiamento de pescado passíveis de comparação no estado do Rio de Janeiro.

### **Questão 1: Qual o sentido sócio-histórico da Economia Solidária?**

Com essa questão em mente, avançamos em duas direções complementares e dialogicamente relacionadas. De um lado, aprofundamos a leitura sobre a ES, seja no que tange à compreensão sócio-histórica do fenômeno, seja no que se refere às tentativas de formulação de um conceito que reflita uma proposta viável e, de fato, transformadora. De outro lado, fomos a campo e realizamos duas entrevistas, uma em cada EES.

As entrevistas foram orientadas por um roteiro semi-estruturado onde buscamos levantar aspectos da organização e da atividade de trabalho nos empreendimentos, além de percepções das trabalhadoras sobre a experiência vivida. Entre os elementos presentes estavam: perfil das trabalhadoras (idade, escolaridade, estrutura familiar, composição da renda familiar e história de vida); organização do trabalho (jornada de trabalho, condições de trabalho, tarefas realizadas, formas de divisão de tarefas, processos de tomada de decisão, relações interpessoais, principais dificuldades do processo de trabalho, etc.); os sentidos do trabalho nos EES (percepções sobre a ES, motivações para o trabalho, mudanças de olhares sobre o mundo e perspectivas futuras).

Da análise dessas duas primeiras entrevistas e a partir da revisão bibliográfica a respeito da ES emergiram com vigor os conceitos de *autonomia* e *relações sociais de produção*, dando origem à segunda questão de pesquisa:

### **Questão 2: Como a experimentação de novas relações sociais de produção pode (ou não) contribuir para a formação de indivíduos e coletivos autônomos?**

A explicitação do conceito de autonomia nos remeteu à leitura da obra de Cornelius Castoriadis. Essa leitura nos trouxe elementos importantes para a compreensão do sentido sócio-histórico da ES, e, conseqüentemente, valiosos para a interpretação do processo em curso nas experiências de beneficiamento de pescado estudadas, permitindo assim o estabelecimento de uma relação entre a proposta da Economia Solidária e a idéia de autonomia,

Mas essa relação já fora anteriormente esboçada por João Roberto Lopes Pinto (2006) em seu trabalho de doutoramento, onde ele formula a idéia de “*associação autonomista*” para caracterizar uma forma associativa ideal correspondente às possibilidades vislumbradas no momento sócio-histórico vivido. A partir dessa definição, o autor buscou verificar como se configuram a institucionalidade e a cultura (ou, as relações sociais de produção) na *associação autonomista*, assim nos dando

pistas para a reformulação das questões anteriores, chegando à questão central dessa dissertação.

**Questão Central: Como se caracterizam as relações sociais de produção nos EES de beneficiamento de pescado estudados?**

A formulação dessa questão orientou uma pequena adequação do roteiro de entrevistas anteriormente elaborado<sup>21</sup> e a definição de critérios para seleção dos próximos entrevistados em São João da Barra. Em Macaé, a proximidade com o grupo, bem como seu tamanho reduzido, permitiu que se entrevistassem quase todas as trabalhadoras. Do total de oito associadas, foram entrevistadas seis<sup>22</sup>. Em São João da Barra foram entrevistadas, além da presidente da cooperativa (primeira entrevista), duas pessoas que trabalham nas vendas e duas da produção. Havia a intenção de entrevistar ainda a vice-presidente, mais uma pessoa das vendas e uma assessora do empreendimento, o que não foi possível por conta da dificuldade de agenda comum. As entrevistas foram gravadas e transcritas e a análise dos seus resultados é apresentada no capítulo seguinte<sup>23</sup>.

Antes, porém, vale ressaltar algumas limitações da metodologia adotada. Em primeiro lugar, lembramos que a autora desta pesquisa participa ativamente do processo de incubagem do EES estudado no município de Macaé. Por um lado, isso indica maior possibilidade de compreensão dos processos de trabalho no interior do EES, seja pela observação participante no dia-a-dia da organização, seja pela criação de laços de afetividade e confiança que permitem maior abertura para o diálogo nas entrevistas. Por outro lado, no entanto, essa proximidade interferiu no depoimento das trabalhadoras, que recorrentemente repetem nas entrevistas falas como “isso você sabe como é, né?” partindo do pressuposto de que a pesquisadora já conhece a dinâmica de funcionamento do EES. Além disso, sua participação no processo de constituição do grupo a coloca na posição de atora do processo, podendo comprometer o movimento de afastamento da realidade para análise crítica.

Outra limitação que merece ser explicitada se refere à dificuldade de acesso e comunicação com o empreendimento de São João da Barra. Além da distância de 330 km entre o local de trabalho da pesquisadora e o EES, a limitação de acesso a telefone e internet na comunidade dificulta a comunicação com o grupo. Por isso, foram realizadas apenas três visitas ao local do EES e cinco entrevistas com as

---

<sup>21</sup> O roteiro de entrevistas em sua versão final encontra-se no anexo 1.

<sup>22</sup> Não foram entrevistadas duas pessoas que estavam temporariamente afastadas do grupo. Elas retornaram recentemente, após a conclusão das entrevistas da pesquisa.

<sup>23</sup> Uma única entrevista não foi transcrita por problemas na gravação. Neste caso foi feito relatório quente da entrevista a partir das anotações.

associadas. Em especial, a ausência do depoimento de representantes das entidades de assessoria ao grupo prejudica o entendimento da relação entre eles e da própria origem da proposta associativa, de grande relevância para análise da experiência.

Vale ressaltar, por fim, que as diferentes abordagens metodológicas, provocadas pela desigualdade de posicionamento da pesquisadora em relação aos dois empreendimentos, têm reflexos diretos na análise das relações sociais de produção. Em Macaé, essa análise comporta uma perspectiva histórica, que traz, além da situação atual, aspectos relativos ao processo de construção do EES. Em São João da Barra a análise se limita a um retrato do estado atual.

Dito isto, partimos para a descrição e análise das entrevistas realizadas, na intenção de contribuir com a compreensão das relações sociais de produção que estão em construção nas iniciativas solidárias de beneficiamento de pescado pesquisadas.

## **Capítulo 4**

### **A Análise das Relações Sociais de Produção nos Empreendimentos Econômicos Solidários de Beneficiamento de Pescado**

Pretendemos, neste capítulo, apresentar os resultados da análise das onze entrevistas realizadas nos dois empreendimentos econômico solidários de beneficiamento de pescado estudados na intenção de identificar aspectos relativos à sua cultura e institucionalidade. No caso de Macaé, a análise das entrevistas é complementada por percepções oriundas da nossa participação no processo de constituição do EES.

#### **4.1. Caracterização dos Empreendimentos Econômicos Solidários**

Para traçar elementos da sua cultura e institucionalidade, começamos com uma caracterização dessas organizações focada no processo que deu origem a elas. Vale ressaltar que a descrição do percurso de formação do empreendimento de Macaé é fundamentalmente baseada na versão da história contada pela assessoria, enquanto no caso de São João da Barra (SJB) essa descrição se baseia principalmente nos relatos da presidente da cooperativa.

Em Macaé, a idéia é fruto de um diagnóstico participativo realizado em 2004/2005 pelo Núcleo de Solidariedade Técnica (SOLTEC/UFRJ) com a participação de diversos atores sociais locais. Durante o processo de pesquisa foram identificados entraves e apontadas diretrizes de ação para a sustentabilidade da cadeia produtiva da pesca artesanal<sup>24</sup>.

A demanda pela criação de empreendimentos de beneficiamento de pescado surgiu da necessidade de agregar maior valor ao produto, hoje vendido direto para atravessadores que têm maior poder de barganha. Foi explicitado ainda o desejo de que a criação desses empreendimentos se revertesse em aumento de renda para as famílias de pescadores da comunidade, principalmente para as mulheres, que no

---

<sup>24</sup> Para mais informações sobre o diagnóstico participativo ver Relatório Técnico da PAPESCA no site [www.soltec.ufrj.br](http://www.soltec.ufrj.br).

período de defeso do camarão não tem outros rendimentos<sup>25</sup>, como conta uma associada.

*“[...] eu sempre comentei que eu tinha um sonho de fazer um beneficiamento, alguma coisa que pudesse ajudar as mulheres de pescadores. As mulheres envolvidas na pesca, inclusive as descascadeiras de camarão – na época do defeso elas não têm, aqui em Macaé não tem o que fazer e ficam sem dinheiro nenhum. Muitas ajudam os maridos e muitas é a única renda que tem. Então, a gente vê muita reclamação, muita coisa, e eu tinha vontade de fazer alguma coisa que ajudasse essas pessoas.” (M3)<sup>26</sup>*

Diante dessa demanda, partiu da equipe de pesquisadores da UFRJ, e teve ampla aceitação da comunidade e demais atores, a proposta de que esses empreendimentos se engajassem no ideário da Economia Solidária.

Mapeada a demanda, o projeto se concretizou com um financiamento da ordem de cento e cinquenta mil reais a fundo perdido provindos da Financiadora de Estudos e Projetos do Ministério de Ciências e Tecnologia (FINEP/MCT), a partir de uma chamada pública para criação de Empreendimentos Solidários Agroalimentares. Além do SOLTEC/UFRJ, participaram ainda da elaboração, planejamento e execução do projeto, com diferentes graus de envolvimento e comprometimento, a Colônia de Pescadores Z-3, o Colégio Municipal de Pescadores e a Secretaria Municipal de Trabalho e Renda, além de outras instituições com contribuições mais pontuais, com destaque para representantes do poder público municipal.

Vale ressaltar que existia na época um grupo de mulheres que vinha sendo mobilizado por iniciativa de colônia de pescadores, na perspectiva de diálogo com o poder público para reivindicação da ampliação dos direitos das mulheres trabalhadoras da pesca no sentido do reconhecimento do seu papel na dinâmica do sistema produtivo da pesca artesanal. Esse grupo constituiu a base do empreendimento futuramente criado.

O projeto teve início com um curso de “Administração de Empreendimentos Solidários”, ministrado em 70 horas-aula pela UFRJ no Colégio Municipal de Pescadores para as turmas de Educação de Jovens e Adultos<sup>27</sup>, abertas, na ocasião, para a comunidade. O curso, montado de acordo com as demandas identificadas pelo

---

<sup>25</sup> O período de defeso do camarão é quando a pesca desta espécie fica proibida. Determinado pelo IBAMA, ele é considerado o período em que as espécies se reproduzem. Neste período os pescadores (homens) têm direito a um seguro desemprego do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). No entanto, as mulheres que trabalham ao longo do ano descascando camarão, por não serem reconhecidas como pescadoras, não têm acesso a tal benefício.

<sup>26</sup> Definimos um conjunto de códigos para permitir a identificação dos depoimentos citados e a relação entre eles preservando os nomes das entrevistadas. Onde Mx se refere às associadas de Macaé e Sx às de São João da Barra. Ver anexo 2.

<sup>27</sup> Por se localizar perto do bairro de residência de grande parte da comunidade pesqueira, as turmas de Educação de Jovens e Adultos do Colégio Municipal de Pescadores têm forte presença de pessoas, principalmente mulheres, da comunidade.

processo de diagnóstico participativo e buscando desfazer significações sociais imaginárias herdadas e instituídas, abordou as seguintes temáticas: comunicação e expressão – buscando estimular a comunicação oral, corporal e escrita; estrutura e funcionamento da sociedade – visando o reconhecimento do caráter historicamente criado da instituição; Economia Solidária – apresentando este ideário como um caminho alternativo a ser construído no sentido de uma sociedade mais justa e igualitária; noções básicas de administração e técnicas de beneficiamento de pescado – oferecendo instrumentos e ferramentas de trabalho para a autogestão do empreendimento a ser constituído.

Cerca de cem pessoas participaram do curso e, entre elas, vinte e duas se mostraram interessadas e disponíveis para compor o EES. Observa-se na “livre” manifestação de interesse como único critério para formação do grupo em conformidade com os princípios da autonomia, entretanto, não há garantias de que essa manifestação estivesse livre de influências externas, de que ela tenha sido uma manifestação consciente, autônoma. Talvez por isso, o grupo tenha, logo nos primeiros meses de incubagem, se reduzido para apenas sete mulheres. Entre as justificativas levantadas para explicar as evasões estão: a falta de um local que permitisse que esse grupo trabalhasse junto<sup>28</sup>, a distância entre o local provisoriamente disponibilizado e a comunidade pesqueira (incorrendo em um custo adicional de passagem, não previsto no início do projeto, que inviabilizou a participação de algumas pessoas) e a falta de perspectiva de geração de renda a curto prazo<sup>29</sup>.

Essas sete mulheres, com mais uma que ingressou mais tarde, hoje produzem cerca de 40 kg de produto beneficiado por mês, gerando uma renda mensal média de R\$60 para cada integrante<sup>30</sup>. Destaca-se que a capacidade produtiva do EES é maior do que esta, estando limitada, no entanto, pela sua baixa capacidade de venda (a ser analisada mais adiante). Hoje elas produzem as segundas e terças-feiras pela manhã, e outros dias apenas diante de alguma demanda específica. É importante lembrar que o grupo ainda opera na informalidade.

Em São João da Barra, o empreendimento foi criado a partir de um programa do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), originalmente pensado para trabalhar com um grupo de produtores de coco no beneficiamento da fruta. Entretanto, a idéia não gerou o impacto esperado entre esses trabalhadores, levando à readequação da

---

<sup>28</sup> O local provisoriamente disponibilizado era uma guarita de segurança da Incubadora Municipal de Cooperativas, que fora anteriormente adaptada para produção de uma cooperativa de doces. O tamanho reduzido do local permitia que no máximo cinco pessoas trabalhassem ali simultaneamente.

<sup>29</sup> Caberia, certamente, uma investigação mais aprofundada sobre as causas das evasões no início do projeto, o que não foi possível graças às contingências da pesquisa.

<sup>30</sup> Valores – de renda e volume de produção – baseados no período de janeiro a setembro de 2008.

proposta para atender a um grupo de mulheres que atuava no beneficiamento do pescado. Essa readequação teve forte influência do secretário municipal de pesca, que é incentivador do projeto.

Cerca de vinte mulheres fizeram cursos de beneficiamento de pescado ministrados pela Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ) e pelo SENAI, além de um curso de cooperativismo do SEBRAE.

Após os cursos, a prefeitura cedeu uma unidade produtiva, onde o grupo começou a trabalhar com dezesseis mulheres e com acompanhamento de uma assessora do MDA, além da assessoria jurídica e contábil prestada pela Empresa Legal da Universidade Cândido Mendes.

Ao contrário do caso de Macaé, o grupo já é legalmente constituído como uma cooperativa, que a partir de seu estatuto define uma diretoria, composta por uma presidente, uma vice, uma secretária, uma tesoureira e um conselho fiscal.

Hoje são cerca de vinte e nove mulheres<sup>31</sup>, que produzem de segunda a sexta-feira em dois turnos de quatro horas, gerando em média 300 kg de pescado beneficiado por mês. O grupo optou por investir a renda gerada na compra de equipamentos, fazendo retiradas esporádicas a medida da necessidade e da vontade coletiva. Assim, ao longo desses dois anos, foram comprados dois freezers, uma seladora, uma balança digital e uma embudora de lingüiça, totalizando a cerca de três mil reais em equipamentos; e foram realizadas três retiradas no valor aproximado de R\$240 por associada<sup>32</sup>.

Observa-se nos dois casos que a criação dos EES é fruto de iniciativas externas ao grupo, apesar de baseadas em uma demanda real da comunidade. Como vimos, a falta de estruturas adequadas para o desembarque, beneficiamento, armazenamento e comercialização do pescado têm limitado a capacidade de agregação de valor ao produto da pesca artesanal, levando ao empobrecimento das comunidades pesqueiras. Em Macaé essa demanda foi explicitada pelos atores no processo de diagnóstico participativo, e em Atafona uma associada diz:

*“[...] eu acho que há tempo que eu queria isso e agora que eu encontrei. Por que a minha mãe já limpava peixe. E eu já nasci praticamente com ela, ali, limpando peixe.” (S2)*

Entretanto, vimos também que as experiências associativas anteriores no contexto da pesca artesanal fracassaram. Observa-se hoje um setor frágil no que diz respeito à

---

<sup>31</sup> A presidente da cooperativa diz que são vinte e nove, mas outras associadas dizem ser menos. Segundo elas, algumas pessoas entram e saem sem muito controle, ficando difícil dizer exatamente quantas hoje fazem parte da cooperativa.

<sup>32</sup> Relato de outubro de 2008.

organização de base, e desacreditado em relação ao modelo cooperativista. Não se espera uma postura autônoma de indivíduos formados em uma comunidade marcada pelo clientelismo e assistencialismo. Dificilmente partiria deles uma proposta autogestionária ou qualquer outra que rompesse com a cultura dominante que, por sua vez, é responsável pela situação atual de dependência extrema do Estado ou de outras iniciativas exógenas.

O engajamento das iniciativas de beneficiamento de pescado no ideário da Economia Solidária é claramente uma proposição exógena. Essa indução é um complicador no processo de formação de EES que se pretendem autônomos, pois eles não partem da vontade e da consciência dos trabalhadores. Nos momentos difíceis percebe-se a expressão de que “com um patrão seria mais fácil”, indicando a fragilidade da proposta associativa e a forte presença de um imaginário social oriundo da sociedade heterônoma, onde as trabalhadoras não se enxergam capazes de superar desafios complexos. Em outros momentos, no entanto, observam-se sinais de convencimento de que a auto-organização da produção é possível. Em um movimento de idas e vindas, pouco a pouco o grupo se apropria da proposta.

Como alertou Souza (2006), é preciso começar a construção do amanhã, é necessário investir no despertar de uma consciência crítica e propositiva. Pinto (2006) diz que na associação autonomista o indivíduo experimenta novas preferências e identidades, e a partir dela pode se desenrolar um processo de convencimento de que outras formas de organizar a produção são possíveis. Ou seja, a experimentação de novas relações sociais de produção pode proporcionar o rompimento com um conjunto de significações sociais imaginárias e a abertura para a construção do novo. Portanto, entendemos que, desde que esta proposta exógena não se apresente como lei universal e imutável, desde que ela esteja aberta a questionamentos e re-elaborações a partir da experiência, ela não deve impedir o desenvolvimento autônomo dos sujeitos envolvidos.

#### **4.2. Perfil das trabalhadoras**

O perfil das mulheres que constituem os empreendimentos se assemelha bastante no que diz respeito à idade, escolaridade, estrutura e renda familiar, experiências de trabalho anteriores e vínculo com uma comunidade pesqueira. As pequenas variações

desses aspectos se refletem claramente na posição que elas ocupam, formal ou informalmente, na organização associativa<sup>33</sup>.

A idade média das mulheres entrevistadas é de 49 anos, à exceção das duas que trabalham exclusivamente nas vendas no EES de São João da Barra (SJB), que têm 24 e 34 anos.

Quanto à escolaridade, essas mesmas duas vendedoras de SJB e uma associada de Macaé, que se dedica mais, apesar de não exclusivamente, às compras e vendas, têm o ensino fundamental concluído. A presidente da cooperativa de SJB e uma associada de Macaé que tem atribuições semelhantes a da presidente, apesar de não assumir formalmente essa função, têm, além do ensino fundamental, um curso técnico de nível médio. As demais entrevistadas, que trabalham quase exclusivamente na produção, não concluíram o ensino fundamental.

Esse recorte, que define funções diferentes pelo critério de escolaridade, é reforçado pelo critério das experiências de trabalho anteriores. Observa-se que as associadas que assumem, formal ou informalmente, as funções de presidência são as únicas que já trabalharam com carteira assinada e cujas experiências anteriores não estão vinculadas à atividade pesqueira. As associadas que trabalham quase exclusivamente na produção nunca tiveram carteira assinada e sempre viveram do beneficiamento do pescado, à exceção de uma que ao longo da vida trabalhou “em casa de família”<sup>34</sup> e hoje é aposentada. Em paralelo à atividade de beneficiamento, todas elas, com maior ou menor freqüência, já exerceram outras atividades, mas sempre na informalidade, entre elas o trabalho doméstico, o artesanato e a revenda de cosméticos. Das trabalhadoras que se dedicam às vendas, em SJB exclusivamente e em Macaé prioritariamente junto com as compras, apenas uma tem experiência anterior no beneficiamento do pescado.

Em suma, observa-se que os critérios de escolaridade e experiência têm forte influência na definição das funções. Se a adoção desses critérios é fruto de uma reflexão coletiva e consciente sobre as diferentes preferências e especialidades de cada trabalhadora, diz-se que há uma diferenciação *positiva* entre os sujeitos, levando ao reconhecimento das relações de interdependência e favorecendo a autogestão da produção. Se, ao contrário, os critérios repetem automática e inconscientemente os modos de fazer da organização heterônoma, diz-se então que existe uma diferenciação *negativa* entre sujeitos, que irá, necessariamente, mais cedo ou mais

---

<sup>33</sup> Ver quadro completo com o levantamento do perfil das trabalhadoras no anexo 2.

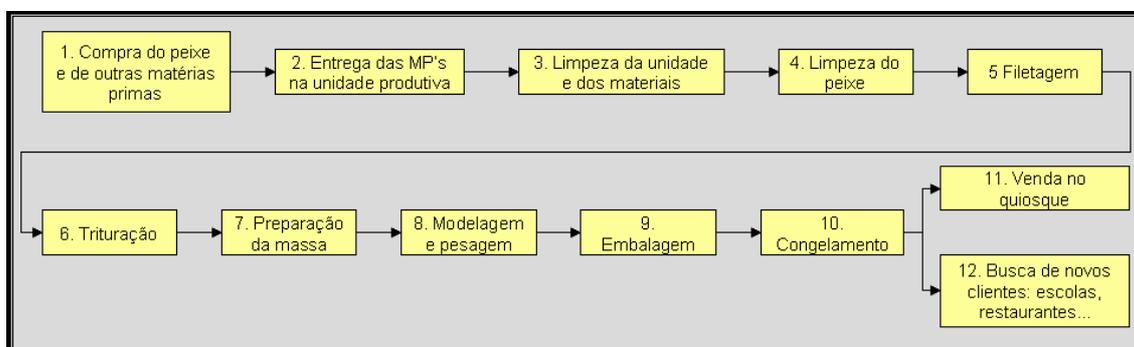
<sup>34</sup> Expressão muito usada pelas entrevistadas.

tarde, implicar em uma divisão entre dirigentes e dirigidos e favorecer a persistência ou o retorno à heterogestão na produção.

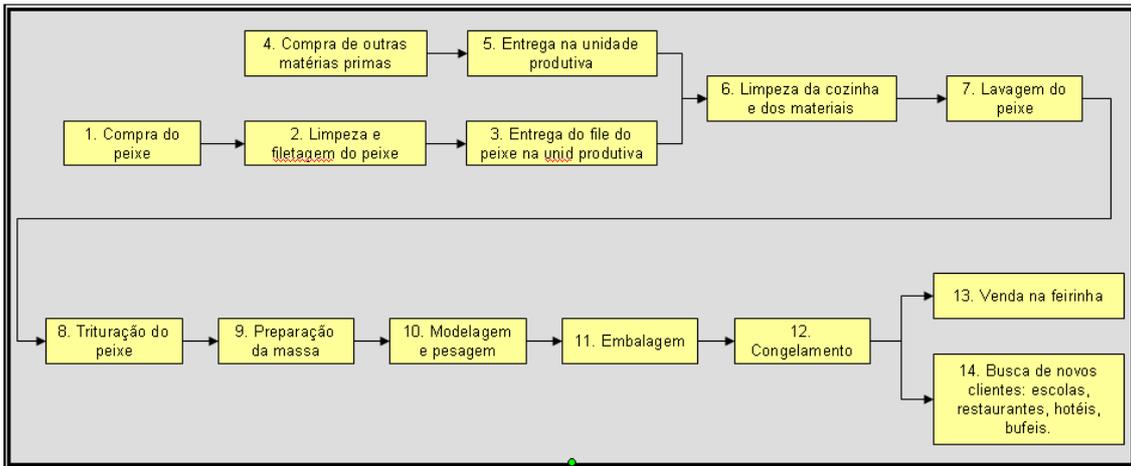
Por fim, quanto à estrutura e renda familiar e ao vínculo com a pesca observa-se pouca variação e pouca relação com as funções assumidas. São quase todas casadas (uma viúva e duas solteiras), todas têm filhos, sendo que os filhos das mais novas ainda não trabalham e, portanto, não contribuem com a renda familiar. Esta varia entre quinhentos e mil reais, fugindo desse padrão apenas uma associada de Macaé, cujo esposo tem rendimentos instáveis da ordem de três mil reais. A exceção de uma pessoa de Macaé e uma de SJB, todas tem forte relação com a pesca e com a comunidade pesqueira.

### 4.3. Organização do Trabalho

Os processos produtivos dos dois empreendimentos estudados têm diversos aspectos semelhantes, se diferenciando principalmente pelo fato de em Macaé a unidade produtiva não ser adequada para o descarte de resíduos, obrigando a realização das primeiras etapas do processo no mercado municipal de peixes, na banca de uma associada.



Fluxo de processos do EES de São João da Barra



Fluxo de processos do EES de Macaé

Os EES têm ainda formas e critérios semelhantes de divisão do trabalho, apesar dessas não serem tão explícitas em Macaé quanto em SJB. Isso se explica, entre outros fatores, por que em Macaé o grupo é menor, ficando mais difícil definir dedicções exclusivas para determinadas funções, mas também por que este empreendimento, ao contrário do de SJB, ainda não é legalizado e não possui um estatuto.

Os dois casos também se assemelham quanto aos critérios de divisão da renda gerada pela atividade: ambos os grupos optaram por retiradas proporcionais aos dias trabalhados sem diferenciação por função. No entanto, no caso de Macaé, essa definição não é seguida à risca, ou seja, considerando que as faltas têm sempre uma justificativa razoável, quando não em excesso – caracterizando um afastamento temporário –, elas são desconsideradas.

Quanto a isso, em primeiro lugar, se considerarmos, conforme sugeriu Castoriadis (1955), que a produtividade e o ritmo de trabalho não decorrem das atitudes individuais, e sim de uma imposição do coletivo de trabalhadores, não faz sentido a remuneração por rendimento individual. Em segundo lugar, se tratamos de uma organização autônoma, acreditamos que o trabalho é fonte de prazer e realização, e não castigo ou pesar, não havendo, neste caso, razões para uma pessoa se furtar ao trabalho e por isso ser penalizada.

A seguir optamos por descrever e analisar os principais aspectos da organização do trabalho em cada uma das experiências separadamente. Essa opção nos permitiu uma análise mais clara e profunda de cada caso. Mais uma vez, cabe ressaltar que no caso de Macaé a compreensão da organização é fundamentalmente baseada na observação da pesquisadora enquanto assessora do grupo, por isso pode-se notar

diferentes abordagens no relato das experiências. Enquanto no caso de SJB esse relato apresenta um retrato da situação atual, em Macaé ele tem uma perspectiva histórica, contando o processo de constituição do EES.

#### 4.3.1. A Organização do Trabalho em São João da Barra

Em São João da Barra a cooperativa tem uma associada dedicada exclusivamente à limpeza do local de produção. Segundo a presidente, essa foi uma solução encontrada pelo grupo para atender a uma especificidade dessa pessoa, que tem um compromisso fixo a partir de determinado horário, preferindo, então, chegar à cooperativa mais cedo que as demais, para também sair mais cedo. Apesar da divisão, nota-se nas demais entrevistas que outras trabalhadoras também participam e se responsabilizam pela limpeza da cozinha. Uma delas diz que na limpeza faz-se um “mutirão” diariamente pela manhã antes de se iniciar a produção.

As demais cooperadas, inclusive as que compõem a diretoria, se dividem em duas equipes: uma de vendas e outra de produção. Essa divisão é recente. Até pouco tempo<sup>35</sup>, quando não havia um ponto de venda fixo, os compradores se dirigiam diretamente ao local de produção e qualquer associada que estivesse lá vendia e fazia as anotações necessárias para os controles.

Porém, a partir do momento em que a cooperativa conseguiu um quiosque localizado em uma praça próxima à unidade de produção, quatro pessoas se revezam em turnos de três horas para atender ao público nesse local. Essas associadas hoje trabalham exclusivamente no quiosque vendendo, controlando e repondo os estoques.

Segundo a presidente, essas quatro pessoas assumem essa função por morar mais perto do local, mas como vimos anteriormente, essas pessoas tem um perfil diferenciado que parece influenciar nessa forma divisão. Uma delas (S4) diz que foi trabalhar no quiosque por que “*elas*<sup>36</sup> *viram que eu era muito boa na venda, [...] eu atendia muito bem o pessoal*” (ainda quando as vendas eram junto com a produção).

Ela se sente reconhecida e valorizada pelo seu trabalho e, a partir desse reconhecimento, se descobre boa vendedora. Ou, nos termos de Pinto (2006), a partir de uma interação dialógica ela experimenta novas preferências e possibilidades identitárias que redefinem sua forma de posicionamento no mundo. Sem nenhuma experiência anterior como vendedora, ela afirma:

---

<sup>35</sup> Não foi possível medir com precisão esse tempo.

<sup>36</sup> “elas” aqui, como em outras situações mais adiante, tem sentido ambíguo. Hora parecendo se referir à diretoria, hora dando a impressão de tratar do coletivo como um todo.

*“Eu me acho boa vendedora.”*

*“Eu me sinto bem. [...] quando eu tô atendendo alguém aqui [...] eu faço o freguês levar várias coisas. Ele vem comprar uma coisa, mas eu faço ele levar mais. Por que eu converso muito, eu falo sobre os produtos.”*  
(S4)

Essa mesma pessoa diz que sabe fazer as atividades da produção, mas não tão bem quanto as que lá estão. Ela diz ainda que o trabalho na produção é difícil e penoso, ao contrário da venda que *“quase não faz nada, só fica sentada”* (S4). Ela reconhece, no entanto, que para trabalhar na sua função é preciso ter habilidades comunicativas e saber fazer operações matemáticas. A outra vendedora entrevistada (S5) completa dizendo que na sua função a responsabilidade é maior, porque tem a preocupação de lidar com dinheiro e prestar conta. Opinião que tem a concordância das trabalhadoras da produção, apesar de não ter sentido a distinção de diferentes níveis de responsabilidade quando a atividade tem um fim comum e igualmente desejado por todas<sup>37</sup>.

A equipe de produção também se divide em turnos, porém de quatro horas, com uma liderança eleita em cada turno. Sobre as características e o papel da líder uma cooperada diz:

*“[...] a própria advogada sugeriu assim, que tivesse um líder na parte da manhã e um na parte da tarde. Pra poder administrar um pouquinho a coisa. Por que se deixar assim, todo mundo faz tudo [...], fica meio tumultuado. Então não é questão de dizer assim que é mais, ou que ganha mais. Não. Ganha igual. É só mesmo a questão de organizar um pouco.”* (S2)

*“Eu me considero uma líder, por que já é de mim falar mesmo. Mesmo que não fosse nomeada líder... por que foi por elas mesmo que nomearam, senão eu tava na minha casa. ‘Ah Fulana’<sup>38</sup> que tem que ser líder, por que ela é faladeira, ela fala, ela não tem medo de falar’. E não tenho mesmo. Ta errado eu vou falar.”* (S2)

Ora, se ela é líder por que “ela fala, ela não tem medo de falar”, pode-se supor que nem todas falam, ou, que algumas têm medo de falar. Nota-se então que, apesar do discurso de “liberdade” (do qual trataremos mais adiante) não há igualdade efetiva de participação. Como diria Castoriadis (1976), as regras e normas que permitem a participação, não a garantem de fato se as pessoas não forem educadas para isso.

Se analisarmos com cuidado o real papel da líder, vemos que sua função é inspecionar, controlar, disciplinar – função esta que só tem sentido quando os fins a que serve a disciplina são estranhos às necessidades e aos desejos daqueles que

---

<sup>37</sup> Voltaremos a discutir a questão da responsabilidade mais adiante na análise dos processos decisórios.

<sup>38</sup> Nome fictício.

devem realizá-los (CASTORIADIS, 1974), ou seja, na organização heterônoma. Ao contrário, na organização autônoma, a função da líder deveria caber a todas, com cada uma desempenhando seu papel no exercício do controle mútuo.

A divisão por turnos, no entanto, tem gerado conflitos, para os quais o grupo vem buscando soluções. Recentemente o grupo optou por juntar os turnos a título de experiência, como relata uma associada:

*“Por que sempre tem uns ti-ti-ti-zinho, que... né? Sempre tem. É que grupo da manhã não tá fazendo isso, o grupo da tarde às vezes faz mais um pouquinho. Ai a gente: não! Então vamos fazer isso. Vamos trabalhar junto. [...] Por que problema a gente vai ter sempre, mas em cima do problema a gente vai procurando, arranjando solução.” (S2)*

Se a decisão de dividir em dois turnos tinha o mérito de considerar e respeitar as diferentes disponibilidades – “umas não podiam de manhã, outras de tarde” (S2) –, o fim dessa divisão pode indicar uma limitação que tende a favorecer um grupo em detrimento de outro, implicando na restrição à liberdade do segundo. Destaca-se, no entanto, que essa foi uma decisão coletiva, tirada em reunião, de caráter provisório e experimental, observando-se semelhanças com o que denominamos no primeiro capítulo como agir espontâneo, ou processo de auto-organização. É evidente que se há uma avaliação negativa da divisão por turnos, cabe ao coletivo encontrar uma solução para o problema. Mas antes, caberia entender a origem do problema, refletir sobre o que está por trás do suposto “baixo rendimento do turno da tarde”.

As atividades da produção são a limpeza do pescado e o processamento, que compreende fazer a massa e modelar. Uma delas assim descreve o cotidiano de trabalho:

*“[...] a gente trabalha assim, sempre em união. A gente decide na hora [...], em grupo. [...] A etapa de limpar o peixe, junta todo mundo e limpa o peixe. Ai no outro dia a gente já faz a filetagem, todo mundo. Todas fazem a mesma coisa. Mas assim, quando tem uma encomenda a gente já divide o pessoal. Bota umas pra filetar, já separa o grupo... depende se tiver muita encomenda.” (S2)*

Faz parte da história de vida dessas pessoas o trabalho no beneficiamento do pescado, por isso elas não vêem dificuldade na atividade de produção, ao contrário do que pensam as vendedoras. Mas, se apesar da dificuldade, as vendedoras se sentem aptas a produzir, as trabalhadoras da produção já não se sentem capazes de vender. Quando perguntada sobre o porquê de trabalhar na produção e não nas vendas, uma associada responde:

*“É o que eu me dedico mais, o que eu me saio melhor. Por que se eu for pegar uma coisa assim pra fazer esses tipos de anotações, eu não*

*vou saber. Entendeu? Eu estudei pouco, não tive muito estudo, então são coisas que eu não tive muita sabedoria. E já essas coisas de processamento de peixe, modelar as coisas, limpar o peixe e o camarão é uma coisa que eu já sei fazer.” (S3)*

Apesar disso, essa mesma cooperada tem dificuldade de perceber e valorizar uma diversidade de preferências e habilidades que faz parte da composição do grupo.

*“[...] todo mundo que tá ali na cooperativa, todo mundo sabe fazer as mesmas coisas. Não tem diferença nenhuma.” (S3)*

Contrariamente a esse discurso, nota-se que mesmo entre as atividades de produção há espaço para diferenças:

*“[...] tem umas que não sabem fazer, aí bota pra quem sabe, mas também não quer aprender a fazer.” (S5)*

Segundo a presidente da cooperativa, falta interesse das pessoas em crescer, em aprender – ela diz que falta ambição. As mais velhas sentem-se incapazes de aprender coisas que nunca fizeram parte de suas atividades, como a comercialização e a administração. Apesar de reconhecerem que aprenderam coisas novas na cooperativa, o aprendizado se refere principalmente à elaboração de novos produtos a base de pescado.

Não que todas devessem saber e gostar de fazer as mesmas coisas. Como vimos, as competências e saberes especializados, desde que não impliquem em divisões de poder, não precisam necessariamente ser eliminados. No entanto, para entender a organização do empreendimento, cabe questionar sobre as razões da falta de interesse por determinadas atividades, para as quais podem ser levantadas pelo menos duas hipóteses.

Primeiramente, supomos que ela se justifique por uma percepção de que tal atividade é menos importante do que as demais. Essa percepção frequentemente é herdada de um imaginário social da sociedade heterônoma, que valoriza mais, remunerando melhor, determinadas atividades. Mas se essa percepção permanece é por que não se compreende a totalidade e a complexidade do processo produtivo, negligenciando-se a igual importância de cada atividade que o compõe, pois sem qualquer uma delas não seria possível chegar ao resultado esperado.

A segunda hipótese é que a atividade é menos interessante, ou mais difícil, mais árdua, do que as demais. Ora, o que é mais interessante e mais fácil para um, não necessariamente o é para todos (como o caso das vendedoras que acham a venda fácil e a produção difícil, enquanto as produtoras acham o contrário). Se alguém se dispõe por livre e espontânea vontade a realizar essa tarefa não há por que tê-la como

pena, e nem, de outro lado, sentir-se beneficiado por deixar de tê-la. Ao contrário, se ninguém, por livre e espontânea vontade, se oferece a realizá-la, aí sim se tem um problema a ser solucionado pelo coletivo, que deve assumir a responsabilidade por sua execução coletivamente, sem implicar em benefícios para uns e castigos para outros.

Ou seja, a falta de interesse em si não é um problema. Não há nada de errado em gostar mais de algumas coisas e menos de outras. O problema está em aceitar as diferentes preferências e habilidades sem criar divisões de saber e poder, e em assumir coletivamente as responsabilidades pela totalidade dos processos.

Retomando a descrição da organização da produção, observamos que ao longo do processo, três pessoas – a presidente, a vice e uma integrante do conselho fiscal – fazem a inspeção da qualidade e da higiene na produção. Segundo a presidente, são observados o tamanho dos produtos e a utilização das toucas e máscaras. Os produtos que estão fora dos padrões são separados para degustação.

A integrante do conselho fiscal descreve sua atividade, denotando um caráter educativo do trabalho de inspeção. Ela mostra preocupação em estabelecer o exercício do controle mútuo, estimulando o posicionamento das demais, o que, como sugeriu Pinto (2006), ampliaria suas próprias possibilidades como indivíduo.

*“Ai o conselho fiscal, às vezes com a vice e a presidente, entra em um consenso ali, e vamos chamar Fulana e fala: ‘oh, a gente aprendeu desse jeito, vamos tentar fazer do jeito que a gente aprendeu. Botar em prática o que a gente aprendeu’. Ai elas fica lá meio bicuda um pouquinho, mas depois acaba fazendo o certo. A gente fala: ‘errar é humano, permanecer no erro é burrice’. Eu também posso e vou errar, mas vocês estão aqui também pra me consertar. [...] Eu sou chamada de faladeira ali, mas todo mundo acaba gostando de eu ser faladeira, por que é muito difícil ser líder, você chamar atenção de alguém. Mas se é pro bem de todos, ai eu falo: ‘gente, eu to chamando atenção, não é chamando atenção, mas eu to falando, eu to só lembrando’. [...] Isso daqui não é só meu. Vocês têm até que agradecer de eu ser enjoada. Por que isso aqui é de todas.” (S2)*

Ressalta-se que a necessidade de estar lembrando que “isso aqui é de todas” pode ser uma tentativa de resgate de um sentido que está em risco, ou que já se perdeu.

*“Eu quero que a cooperativa cresça. Quando eu fico chamando atenção, quando eu falo que tá errado... que na minha casa errado eu faço, o problema é meu. Mas aqui a nossa responsabilidade é muito grande. A gente tá fazendo produto comestível, pra outras pessoas comer. A preocupação é muito grande. Tem que ter muito cuidado.” (S2)*

Verificamos aqui semelhança com o caso da vendedora que descobriu sua competência a partir do reconhecimento coletivo. O reconhecimento da aptidão dessa associada tanto para inspeção da qualidade como para embutir nessa atividade um caráter pedagógico (que não deve se confundir com a imposição de uma disciplina exterior) faz com que ela se sinta valorizada pelo seu trabalho.

*“O pessoal fala assim: ‘ela é faladeira, mas é muito caprichosa’. É sinal que deu valor ao que eu falei.” (S2)*

E mais: ele constitui um importante critério para definição das funções de cada uma na organização da produção. Critério este, mais uma vez verificado na indicação de quem faz as compras, descrita a seguir:

*“Geralmente é a vice-presidente, por que ela tá sempre aqui mesmo a tarde e compra o peixe. Ela já sabe. A gente assim... no começo uma comprava... ai aos pouquinhos a gente foi aprendendo quem... assim uma já serve pra isso, outra já... a gente já foi identificando quem tinha capacidade de mais um pouquinho de... Com o tempo, com o dia-a-dia, a gente foi cada um... Mas isso não quer dizer que só a pessoa possa fazer. Por que a gente aprendeu assim: quando... todas podem, né? Por exemplo, comprar peixe, não tá presente, outra compra também. Não é ficar esperando só por ela não. Não pode acontecer. Todas tem que saber, por que se faltar uma, a gente não para.” (S2)*

Destaca-se neste relato a preocupação anteriormente assinalada, pelo menos de uma associada, mas certamente não de todas, com a responsabilidade coletiva pelas compras. Apesar da preocupação, a omissão de algumas diante de determinadas atividades se repete no caso da contabilidade e administração.

*“Essa parte já não é comigo. Essa parte já é tesoureira, já é secretária, a presidente, a vice-presidente. Eu só trabalho mesmo processando as coisas [...]” (S3)*

Em suma, observa-se que todas as atividades que extrapolam a produção e a venda no quiosque são de responsabilidade exclusiva da diretoria. Além da inspeção da qualidade e das compras, já citadas, esse grupo também se encarrega de: buscar outros canais de comercialização para além do quiosque; juntar as informações dos cadernos de compras, vendas e demais controles e apresentar uma prestação de contas ao coletivo em reunião; resolver questões “externas”, que envolvem contato com a prefeitura, assessorias e outros diálogos institucionais, proporcionando a criação e o fortalecimento de parcerias; e convocar reuniões. Talvez por isso, a

presidente tenha sido a única entrevistada que considera seu trabalho difícil<sup>39</sup> – “por que você tem que ver muita coisa dentro da cooperativa” (S1).

Nesses dois anos de experiência essa diretoria nunca mudou, mas uma associada diz que “elas estão falando que vai ter eleição esse ano” (S4). Perguntei o que ela acha da mudança, se realmente tem que acontecer, e ela respondeu:

*“Não sei. O que elas<sup>40</sup> decidirem lá, né? [...] Eu acho que nem vai mudar, por que elas até acostumaram. Elas fazem o trabalho delas bem.”* (S4)

A resistência à transição da diretoria é demonstrada de diferentes formas pelas trabalhadoras entrevistadas. Apesar de reconhecerem a importância das atividades desenvolvidas por esse grupo, poucas se sentem capazes e/ou motivadas para assumir as responsabilidades de gestão do empreendimento<sup>41</sup>. A situação atual é cômoda, e, por isso mesmo, pode por em xeque a autogestão – como auto-instituição permanente da organização.

Em primeiro lugar, alertamos para o risco de desnivelamento de informação a respeito dos rumos do EES. Nota-se que as pessoas que participam das atividades da diretoria estão mais bem informadas tanto em relação ao ambiente externo (oportunidades e ameaças) quanto no que tange ao ambiente interno (forças e fraquezas), estando, portanto, mais bem preparadas para tomar decisões e, inclusive, para manipular as demais de acordo com interesses próprios.

Em segundo lugar, consideramos que a falta de rotatividade em algumas funções pode interferir na “capacidade do indivíduo de ‘assumir o papel do outro’” (PINTO, 2006), comprometendo a percepção das relações de interdependência mútua, fundamental para a autonomia individual e coletiva. Por fim, não seria absurdo supor uma tendência de afastamento entre as atividades de planejamento e execução, ou entre um grupo de dirigentes e outro de dirigidos. Esta hipótese é reforçada pelo diálogo abaixo relatado.

S4: *“Mas a advogada falou que vai chegar um dia que esse pessoal [diretoria] vai ter que se afastar. Vai ser um trabalho diferente, né?”*

Pesquisadora: *“E o que você acha disso?”*

S4: *“Acho que deve ser assim mesmo, não é? Por que depois vai entrar o pessoal novo, não é? Vai ficar mais gente ali. Tem que ter isso mesmo.”* (S4)

---

<sup>39</sup> Em citação anterior S3 diz que o trabalho da líder é difícil, mas, especificamente, quando indagadas sobre se o trabalho é fácil ou difícil, a única que respondeu “difícil” foi a presidente.

<sup>40</sup> Mais uma vez o sentido ambíguo da expressão “elas”, hora se referindo à diretoria, hora a todo coletivo.

<sup>41</sup> Voltaremos a discutir a origem dessa desmotivação e omissão na gestão do EES mais adiante quando tratarmos dos processos de decisão.

#### 4.3.2. A Organização do Trabalho em Macaé

No empreendimento econômico solidário de Macaé as oito associadas se organizam da seguinte forma:

- ✓ Uma pessoa é responsável pela contabilidade e administração do empreendimento, além de ajudar na compra das matérias primas (a exceção do pescado) e intermediar os diálogos institucionais;
- ✓ Outra divide a responsabilidade pela compra das matérias primas (a exceção do pescado) com a primeira e cuida das vendas em uma feira na praça central da cidade onde o EES tem uma barraca fixa todas as quintas-feiras. Essa associada também ajuda na produção, porém com menor responsabilidade sobre essa atividade;
- ✓ Uma terceira pessoa é responsável pela compra, limpeza e filetagem do peixe, tarefa que realiza em sua banca localizada no mercado municipal de peixes. Como dito anteriormente, essas atividades não podem ser realizadas na unidade de produção, pois esta não dispõe de condições adequadas para o descarte do resíduo de limpeza do pescado. Essa trabalhadora também tem importante papel nos diálogos institucionais;
- ✓ As outras cinco associadas se dedicam às atividades de produção, que compreendem a preparação da massa, a modelagem e pesagem dos produtos, a embalagem e congelamento, além da limpeza do local de produção e dos materiais e equipamentos.

Apesar da divisão de funções, destaca-se que, com diferentes níveis de experiência e agilidade, todas as oito associadas estão aptas a realizar as atividades produtivas – desde a limpeza e filetagem do pescado até a modelagem, pesagem e embalagem do produto final – e nenhuma delas diz ter dificuldade com essas atividades. Observa-se ainda que, com maior ou menor ênfase, todas se preocupam com a qualidade e higiene na produção. Apesar de no cotidiano ser possível identificar aquelas que têm maior zelo pela qualidade, aqui não há uma “líder”, ou uma pessoa responsável pelo controle e disciplina.

Uma associada diz que para trabalhar no EES a pessoa tem que saber “*de tudo um pouco*” (M2). Porém, analisando a organização do trabalho notamos que não é assim que a cooperativa funciona. As trabalhadoras que estão na produção têm grandes limitações para exercer as atividades contábeis e administrativas, além da comercialização, restringindo sua colaboração às atividades produtivas. Nas palavras de uma delas: “[*eu*] *vim fazer o duro*” (M5).

Assim como em SJB, essa forma de organização não foi pré-determinada. A experiência acumulada no processo de formação do empreendimento permitiu o reconhecimento das competências e habilidades individuais de cada uma e, a partir daí, a definição dos papéis e funções.

Originalmente definiu-se apenas uma pessoa responsável pela compra, limpeza e filetagem do pescado no mercado municipal de peixes e outra responsável pela compra das matérias primas complementares. A primeira seria, inevitavelmente e por motivos óbvios, a associada que tem uma banca no mercado, e a segunda foi escolhida pelo critério da experiência na atividade. Havia, no entanto, a perspectiva de que as demais trabalhadoras se revezassem no acompanhamento dessas atividades, a fim de evitar a criação de dependências e especialidades personificadas.

A princípio, a responsabilidade pela administração e contabilidade seria partilhada por todas. A cada período de tempo uma dupla assumiria as contas, e ao final deste período passaria para a próxima dupla. Entretanto, diante de muita resistência, essas atividades acabaram ficando sob a responsabilidade de apenas uma pessoa, que tem experiências anteriores em administração de empresas.

A comercialização também seria feita por todas. Na ocasião da criação do EES havia uma pessoa do grupo interessada em buscar o público consumidor e realizar as atividades de divulgação e venda. Mas essa pessoa deixou o grupo logo no início do trabalho, e ficou combinado que cada uma divulgaria o produto e seria uma representante de venda em sua comunidade. Observa-se, no entanto, que nenhuma delas assumiu de fato essa tarefa. Os principais espaços de venda do EES sempre foram feiras e eventos organizados pela prefeitura, pela UFRJ e outros parceiros locais, que convidam o empreendimento a participar comercializando seus produtos. A busca por novos clientes sempre dependeu da iniciativa da assessoria.

Uma associada justifica a dificuldade de comercialização dizendo que *“aqui em Macaé é difícil vender o nosso produto”* (M3). Uma outra diz que *“a pessoa tem que ter dom pra venda”* (M6), dom este que ela não identifica em nenhuma das trabalhadoras desse grupo. O baixo grau de escolaridade e a dificuldade de comunicação criam uma barreira que limita a capacidade de venda em cada uma delas. Além disso, pode-se indagar sobre a confiança que elas têm no próprio trabalho. A dificuldade de venda pode estar associada a uma imagem negativa da auto-produção. Como vender um produto que você mesmo não acredita na qualidade?

Por fim, as atividades relacionadas à articulação institucional, que proporcionam o diálogo do EES com o poder público e outros parceiros, e que também se previam

rotativas, acabam ficando sob a responsabilidade de apenas duas pessoas. Das oito associadas, apenas três são naturais de Macaé, e essas duas estão entre elas. Por isso, elas têm relações, mesmo que instáveis e pouco influentes, com políticos e lideranças locais. Além disso, elas tiveram papel de destaque na criação do EES, sendo proponentes do projeto no momento de diagnóstico participativo, e até hoje assumindo uma função de motivação e incentivo ao grupo.

*“As pessoas dizem assim, que eu sou guerreira, né? Que eu to sempre dando um empurrão, eu não desisto com pouca coisa.” (M3)*

A trabalhadora que, no final das contas, ficou encarregada das atividades extra produção – administração, contabilidade, compras e articulação institucional – acumula o que em SJB são as funções da diretoria. Diante dessa situação, ela reclama da cobrança das demais e da falta de compromisso coletivo pelo EES. Relembrando uma situação ocorrida no início do processo de formação do grupo, ela diz que as companheiras a confundiam com o “patrão” da empresa tradicional, percepção que parece estar sendo alterada pouco a pouco, mas que ainda mostra a prevalência do imaginário da sociedade heterônoma.

*“Tem horas que elas achava, assim, que eu era a dona do beneficiamento. Então isso me incomodava. Me incomodava por que, tipo assim, nós não estamos trabalhando para ter patrão. [...] Não é mais como antes. Mudou um pouquinho.” (M1)*

Em suma, as dificuldades observadas aqui se assemelham bastante com o caso de SJB. Em ambos os empreendimentos, muitas trabalhadoras não se sentem motivadas e/ou capazes de assumir as responsabilidades de gestão do empreendimento, se limitando às atividades de produção e às vendas de rotina, enquanto poucas se encarregam das principais atividades gerenciais. Os riscos, portanto, são os mesmos: acomodação em relação a instituição dada, desigualdade de informações, enfraquecimento da percepção das relações de interdependência mútua e divisão entre dirigentes e executantes.

#### **4.4. Processos de decisão**

Nos dois empreendimentos estudados o principal espaço de decisão é a reunião. Em SJB ela é realizada ordinariamente com frequência bimestral, e extraordinariamente a partir da convocação da diretoria. Participam da reunião as cooperadas e, quando solicitada, a assessoria. Em Macaé a reunião acontece com frequência variada, geralmente convocada pela associada responsável pela contabilidade e administração

do EES ou pela assessoria, que também participa das reuniões convocadas pelas associadas quando solicitada.

Nesse espaço decide-se sobre as retiradas, sobre a entrada e saída de membros da cooperativa e sobre questões oriundas do cotidiano do EES, como a divisão por turnos (anteriormente citada no caso de SJB), a participação em feiras e eventos, a qualidade da produção etc. Por seu tamanho reduzido, o grupo de Macaé consegue tomar muitas dessas decisões ouvindo a todas mesmo sem fazer reuniões.

Para além de um espaço deliberativo, a reunião é também um momento de nivelamento de informações, pois no cotidiano as trabalhadoras se afastam da visão global do empreendimento, parecem não saber o quanto estão vendendo, qual a perspectiva de retirada etc. Em Macaé, abordam-se ainda questões mais gerais relacionadas ao contexto da cadeia produtiva da pesca artesanal e à política municipal.

Seguem alguns relatos sobre as percepções a respeito das reuniões e do processo de tomada de decisão:

*“A gente ta sempre fazendo reunião, pra poder... ir melhorando as coisas, né?” (S2)*

*“Problema a gente sempre vai ter. Ou numa empresa, ou numa cooperativa, a gente vai ter problema. Por que a cabeça das pessoas são diferentes, entendeu? Então a gente vai procurando, a gente reúne, quando tem um problema a gente vai na presidente. Ai junta o grupo: vamos fazer uma reunião. Ai vamos decidir. A maioria vence, né?” (S2)*

*“[...] a cooperativa não é só de uma, é de todas, então é fundamental que todas participem da reunião.” (S2)*

*“Lá [na reunião] decide muita coisa.” (S5)*

*“Sempre tem que ter uma reunião pra gente ficar por dentro das coisas, a gente discutir o que tem que ser discutido, conversar o que tem que ser conversado.” (S3)*

*“A gente decide tudo lá. Nada é decidido sem falar com as outras.” (M4)*

*“As decisões são sempre jogadas ali pra todo mundo e todo mundo... é a decisão de todo mundo que é feito, né? Até hoje foi assim. Sempre assim. [...] Tem que pensar como um todo, e todo mundo concordar com aquilo que ta sendo feito – ser uma coisa unânime que seja concordada por todos.” (M3)*

*“É sempre junto, né? [...] quando tem alguma coisa que é pra ser discutida, que é falado antes [da reunião], a gente mesmo, cada um, já tem aquela cobrança: ‘não no dia de reunião a gente leva isso para reunião e fala na reunião’. Por que quando fala uma coisa aqui agora, que a pessoa não ta aqui, Fulana não ta aqui... então é bom todo*

*... mundo junto, por que resolve, decide qualquer que seja a questão, o problema.” (M1)*

Mas a realização das reuniões, por si só, não garante a efetiva participação e o compartilhamento da gestão. Percebe-se que, apesar do reconhecimento da importância desse espaço, algumas preferem não colocar suas posições, por não se sentirem aptas ou à vontade para isso.

*“[...] tem umas que são assim. O que resolver ta bom.” (S2)*

Entre as entrevistas realizadas, observa-se essa postura com bastante clareza apenas em uma associada de SJB<sup>42</sup>. Destaca-se que essa associada estava na cooperativa há apenas três meses na ocasião da entrevista. Apesar dos riscos de uma inferência a partir de uma amostra limitada, pode-se supor que o fato de estar há pouco tempo no empreendimento justifique percepções a respeito da cooperativa e sua forma de gestão significativamente divergente dos demais depoimentos. As trabalhadoras que estão lá há mais tempo construíram percepções que ainda estão sendo processadas para essa mais nova. Como ressaltamos ao longo deste trabalho, entendemos a Economia Solidária como uma práxis pedagógica, como um percurso formativo visando à constituição de sujeitos autônomos, o que demanda tempo e vivência. Portanto, era de se esperar que a associada com menos tempo de vivência no empreendimento demonstrasse uma percepção sobre as relações de produção diferente das demais.

Para ela, e somente para ela, existe uma relação diferenciada entre a diretoria e as demais associadas. Ela é a única também que diz não se sentir dona da cooperativa, como mostra o diálogo abaixo:

Pesquisadora: *“A relação com a diretoria é diferente?”*

S5: *“É.”*

Pesquisadora: *“Por quê? O tratamento é diferente? Por exemplo, se está todo mundo trabalhando lá na produção ai chega a presidente, o comportamento muda?”*

S5: *“Tem umas que sim. Mas tem umas que enfrentam. Tem umas que falam: ‘todo mundo é dono, não é só a presidente não’. Mas tem umas que não, que respeitam o que a presidente fala. [...] Eu respeito o que ela fala.”*

Pesquisadora: *“Você acha que de alguma maneira ela acaba decidindo mais as coisas?”*

---

<sup>42</sup> As demais entrevistadas, como se pode observar em outras citações, apesar de algumas vezes demonstrarem postura semelhante, tem posições ambíguas, hora se colocando mais ativas, hora mais passivas nos processos.

S5: *“É. Também ali ela faz muita reunião sobre isso, né? Ela decide. Ai vai bota a reunião pra ver quem... né? Mas a maioria vai com ela. É uma ou duas que discorda, mas é a maioria que ganha ali.”*

Pesquisadora: *“Você acha que ela se sente um pouco dona da cooperativa?”*

S5: *“Acho.”*

Pesquisadora: *“Você se sente dona também?”*

S5: *“Eu não.”*

As demais entrevistadas, tanto em SJB como em Macaé, se colocam como donas da cooperativa e demonstram uma postura, se não de participação efetiva, pelo menos de fiscalização do trabalho da diretoria.

Pesquisadora: *“Você acha que de alguma forma a presidente acaba “mandando” mais?”*

S4: *“Teve um tempo que ela ficou assim. Ai o pessoal tava até reclamando. Mas agora deu uma melhorada de novo. [...] Teve um tempo que ela estava muito autoritária. Reclamaram muito. Por que não pode ser assim. Ali é de todo mundo.”*

Esse sentimento de pertencimento se reflete na percepção de liberdade. Mais uma vez, a associada que não se sente dona do EES é a única que diz não ter “liberdade” no trabalho.

Pesquisadora: *“Você tem liberdade no seu trabalho?”*

S5: *“Muito não. Por que são vinte e tantas mulheres, então uma vigia a outra.”*

O que para ela é tido como “vigilância” pode ser o que denominamos de exercício do controle mútuo. Ou seja, a responsabilização coletiva pela disciplina necessária para a auto-organização da produção, que não deve implicar na restrição a liberdade efetiva, pois a liberdade não se resume a uma “liberdade” privada – “como um mero atributo da vontade individual, sobre a base do individualismo egoísta e ensimesmado” (SOUZA, 2006).

*“A liberdade é, também, liberdade para estar com outros e fazer com os outros, levando em consideração as necessidades coletivas, que não se reduzem a um simples agregado de vontades e preferências individuais.” (SOUZA, 2006)*

Mas ela não é a única a fazer essa “confusão”. Apesar de todas as demais declararem ter total “liberdade”, seja no tocante à atividade de trabalho, seja no que diz respeito ao comportamento e às relações interpessoais, ou ainda à possibilidade de posicionamento nos processos de tomada de decisão, cabe refletir sobre o entendimento a respeito da liberdade.

*“Se eu quiser sair daqui [das vendas] eu saio, tranquilo. Aqui a gente tem liberdade sim.” (S4)*

*“[...] se eu tiver, por exemplo, gripada. Ai eu falo, não posso colocar a mão na massa. Ai eu fico lá na limpeza. Então lá eu tenho liberdade.” (S3)*

*“Sempre tem as reuniões pra gente discutir, quem quer falar alguma coisa, o que acha que tem que ser mudado, sempre... tem liberdade.” (S3)*

*“Eu tenho. Total liberdade. Me sinto como se fosse a minha casa.” (S2)*

*“[...] quando eu não acho que a coisa ta boa eu falo, eu boto pra fora. Por que a gente não tem que se calar não. E nem engolir sapo. A gente tem que falar: ‘não ta bom, e vão bora’. Entendeu? Eu acho que todo mundo tem o direito de falar. A gente tem o livre arbítrio para falar o que pensa.” (S2)*

*“A liberdade que eu tenho aqui é que gosto de estudar, chego aqui já sei o que eu tenho que fazer, e... já chego e já pego o que eu tenho que fazer, não fica ninguém mandando.” (M5)*

*“Tem. Tem liberdade de falar uma com a outra... tem liberdade de falar o que a gente sente, né? Como eu falei com a menina, né? É uma liberdade para fazer as coisas.” (M2)*

Enquanto a mais nova acha que o “*ruim da cooperativa é isso - que tem muita gente, um não concorda com uma coisa, o outro não concorda*” (S5), para as demais, essa possibilidade de definição de objetivos, regras e normas e de solução dos problemas a partir do diálogo aberto entre iguais é justamente o diferencial positivo em relação à empresa tradicional.

*“A gente conversa, a gente se entende. Quando uma não pode fazer, a outra cobre. É assim. [...] De vez em quando tem um probleminha por causa de horário, mas nada de mais não.” (S4)*

*“[...] por que ali a gente não tem patrão. Todo mundo é igual. Acho que é isso. Ali ninguém pode mandar mais que ninguém. Mas também todo mundo tem que obedecer as regras, por que tem o livro da ata, tem que seguir.” (S4)*

*“Acho que pior com patrão. Por que aqui quando precisar faltar, é só conversar que elas entendem. E lá a gente não sabe se eles vão entender.” (S4)*

*“É porque a gente trabalha de acordo com o que a gente pode. [...] É tudo conversado.” (S4)*

*“A gente vai todo dia quando é uma coisa [...] que tem patrão, mas aqui a gente faz de acordo com a gente, com a necessidade.” (S2)*

*“Eu acho que tem diferença [em relação à empresa] por que na cooperativa, lá, por exemplo, a gente não tem patrão, a gente não é mandado. E já no serviço a gente é mandado: ‘Fulano, você vai fazer isso aqui!’ Já lá, não tem patrão. Lá nós somos donas. Nós mesmo que governamos nós mesmo. Entendeu? Eu acho diferença.” (S3)*

*“Eu faço o que eu acho que ta dentro do que eu tenho que fazer. Na casa de família não. Você tem que fazer, por que você tem o horário de chegar [...] Aqui não é isso [...] Não tem ninguém que fica mandando. [...] A gente ajuda uma à outra...” (M6)*

*“Você toma conta de você mesmo. Tem mais liberdade. Trabalhar por conta própria é melhor.” (M4)*

*“[...] é como se tivesse trabalhando numa empresa, porém a gente não tem aquela cobrança. Aquela cobrança de patrão que é bem diferente. Você cumprir horário, o patrão ta em cima, é bem diferente. Por que ali você trabalha, e assim, trabalha com aquilo que quer, ta satisfeito com que ta fazendo, por mais que não seja assim um... mas você tem aquele... sei lá, uma liberdade, né? De fazer a coisa com mais amor. [...] A cobrança parte da gente mesmo. A gente precisa daquilo. A gente quer que aquilo vai pra frente. Então a gente acaba cobrando da gente mesmo.” (M1)*

A questão do “auto-governo” ou da “auto-organização” aparece em muitas dessas falas, porém, por vezes, com sentido ambíguo. Como no caso da liberdade, é difícil identificar a distinção entre o “auto-governo” referido ao sujeito absoluto, reificado, isento de relações, e o auto-governo em sentido efetivo – referido na compreensão do sujeito em relação de interdependência mútua com um coletivo do qual ele faz parte. Essa confusão implica em discrepâncias quanto ao nível de comprometimento. Apesar de todas (a exceção já citada) se sentirem donas do empreendimento, nem sempre a responsabilidade é assumida com igualdade. Uma associada de Macaé diz que por vezes a liberdade é confundida com falta de compromisso.

*“A gente tem liberdade de fazer o nosso horário, de chegar e terminar na hora que a gente quer. Não tem aquele negócio de tal hora eu tenho que ta lá, e tal hora eu tenho que voltar tal dia. Ainda ta assim muita liberdade. É bom, mas ao mesmo tempo tá atrapalhando, essa liberdade de não ter aquele compromisso ainda com horário.” (M1)*

*“[...] tem muita idéia, mas na hora de botar em prática, de agir mesmo, botar o negócio pra funcionar, fica meio a desejar. [...] aquela responsabilidade parece que é só ali no momento, [...] quando ta junto todo mundo é unido. [...] mas na hora que se separa, cada um vai pra um canto, ai já tem aquela cobrança. Não tem aquela responsabilidade ainda. Eu sinto até hoje que não tem aquele compromisso. Você tem que ta falando, tem que ta cobrando, tem que ta ligando.” (M1)*

Uma outra associada, também de Macaé, diz que a responsabilidade e a participação são limitadas ainda pela falta de perspectiva de retirada.

Pesquisadora: *“Você acha que a responsabilidade é igual? Você acha que as pessoas assumem a responsabilidade da mesma forma?”*

M3: *“Acho que não. Nem sempre. Acho que isso tudo também é mais motivado pelo fato de não ter assim, por exemplo, chegou no fim do mês você tem um dinheirinho da retirada.”*

Essa reflexão nos remete à leitura de Castoriadis (1976), segundo a qual a participação efetiva no exercício do poder, bem como a responsabilidade pelos atos coletivos, requer o reconhecimento, por cada um, a partir de suas experiências concretas, de que sua existência cotidiana depende dessa esfera de ação e decisão. Dito de outro modo, o desenvolvimento da atividade autônoma dos trabalhadores depende “da relação entre as questões discutidas e a existência concreta das pessoas e da diferença que as decisões tomadas trazem ou não às suas vidas” (CASTORIADIS, 1976).

Um terceiro fator limitante da participação e responsabilização pelo EES, sugerido por essa mesma associada de Macaé, diz respeito à percepção que cada uma tem de si e de suas capacidades. As trabalhadoras historicamente mais oprimidas têm dificuldade de influir nas decisões do EES. Uma delas, por exemplo, utiliza com frequência em sua entrevista a expressão “passaram pra gente” (M4), se colocando a parte das decisões.

*“[...] hoje eu acho que elas estão mais assim... falam mais. [...] acho que às vezes elas se travam um pouco, ou às vezes pensam e não falam, entendeu? Não sei. [...] Eu acho que às vezes elas ficam assim muito... a [Fulana]<sup>43</sup>, por exemplo, a [Fulana] é uma pessoa assim meio indecisa. [...] elas [...] sempre me perguntam opinião, até por eu ser assim mais... sei lá... eu sou mais impulsiva, mais decidida, não sei.”*  
(M3)

Conforme vimos no primeiro capítulo, a percepção que cada uma tem de si e de sua relação com os outros é determinada pelo imaginário social instituído, que faz prevalecer as significações imaginárias da sociedade heterônoma, segundo as quais “as pessoas são definidas, concebidas e ‘tratadas’, reciprocamente e por si mesmas como ‘superiores’ e ‘inferiores’ segundo uma ou várias relações de ordem socialmente instituídas” (CASTORIADIS, 1976). A proposta da Economia Solidária busca justamente romper com esse imaginário. Quando a associada diz que elas estão falando mais, nota-se que, em alguma medida, a experiência no EES está provocando transformações.

---

<sup>43</sup> Nome fictício.

Em suma, a análise dos processos de tomada de decisão nos empreendimentos mostra que, apesar da forma organizacional ser permissiva à autogestão, algumas trabalhadoras têm maior influência sobre os rumos da experiência enquanto outras ainda têm participação limitada no exercício do poder. Vale ressaltar, no entanto, que, apesar das limitações, a decisão é garantida por um processo de argumentação e convencimento, e não por imposição, como conta a presidente de SJB no caso abaixo relatado:

*“Quando falamos que ia entrar gente nova, elas falaram: ‘mas esse pessoal vai ficar quanto tempo sem receber? E a gente ficou quanto tempo sem ver dinheiro?’<sup>44</sup> Elas disseram: ‘Ah! Mas eu não concordo!’ Foi um bate-boca daqui, um bate-boca dali. E ficou assim muitos dias. Até que eu e [a vice presidente] conseguimos colocar na cabeça delas.” (S1)*

E a associada responsável pelas atividades administrativas em Macaé:

*“[...] não é a minha opinião, a minha decisão, que vai decidir tudo. Eu posso levar minha opinião, minhas idéias, mas as minhas idéias têm que ter força, [...] ter aceitação. [...] já aconteceu também de não ter aceitação: ‘assim não tá bom não, eu acho que não vai dar certo não’. E a gente não fazer.” (M1)*

#### **4.5. Relações interpessoais**

Os empreendimentos econômicos solidários em análise foram criados no bojo de duas comunidades pesqueiras artesanais. Em Macaé, o crescimento acelerado da cidade nas últimas décadas, tem levado ao enfraquecimento dos laços comunitários, diferente de São João da Barra, especificamente no distrito de Atafona – onde se localiza a cooperativa –, que ainda mantém relações comunitárias bastante preservadas.

Isso explica o fato de em Macaé as associadas morarem mais distante umas das outras, também mais distante do local de trabalho, e terem menos relações de parentesco ou de amizade anteriores à criação do EES. Observa-se entre elas a formação de dois pequenos grupos com maior afinidade, definidos com forte influência desses dois fatores – local de moradia e relações anteriores –, mas não somente por eles. Esses dois pequenos grupos também são determinados por uma unidade objetiva, dada pela condição de vida e de trabalho na qual o sistema social coloca essas pessoas.

Analisando o grupo maior (as 8 mulheres), também notamos uma unidade objetiva, apesar de em menor grau do que nos pequenos grupos. Mas o que é determinante na

---

<sup>44</sup> Esse caso será retomado mais a frente para análise.

sua formação ainda está em construção: é o processo de construção coletiva de um empreendimento, é a busca de um objetivo comum. E essa unidade é formada pelo processo de trabalho, como unidade de criação sócio-histórica.

*“[...] eu acho que nós só vivemos até hoje, sobrevivemos, o grupo ainda existe mesmo com poucas pessoas, por que a gente tem uma história – uma história profunda, não é qualquer coisa, qualquer história, entendeu? É uma história de amizade mesmo. A gente ta ali por que quer que aquilo funcione. Eu acho que o tanto que a gente já se conhece, o pessoal ali, a gente até sabe quando um ta mais ou menos, ta bem, ta mal. Por que é uma história de amor mesmo que tem um pelos outros – muito diferenciado. Por isso a gente ta ainda sobrevivendo a todo esse sacrifício.” (M1)*

O grupo de São João da Barra também tem uma história de luta comum, portanto, uma unidade sócio-histórica. No entanto, as relações comunitárias ainda são mais fortes e marcantes na formação do coletivo do que essa nova relação, dada pelo processo de construção conjunta do EES. Lá todas moram no mesmo bairro e muitas têm relações de parentesco e amizade anteriores à criação da cooperativa. São fortes, portanto, os laços afetivos, por vezes chegando a caracterizar uma relação de obrigação para com o coletivo que escapa à perspectiva autonomista.

*“Olha, eu gosto muito das meninas. Das minhas colegas aqui mesmo do quiosque. E a minha mãe trabalha lá [na produção], tenho vizinhas que trabalham lá. Ai eu gosto de ficar com elas.” (S4)*

*[Como você pode ajudar a cooperativa?] “É tendo muito compromisso. Quando elas precisarem a gente ta ali pra servi elas. Por que elas precisam muito de gente pra trabalhar.” (S4)*

Destoa desse “padrão” apenas a relação com a presidente. Apesar de todas (a exceção do caso já citado da associada que está a apenas três meses na cooperativa) declararem que a relação com a diretoria é igual à relação com as demais, observa-se que elas se referem à presidente como “a presidente”, e não pelo nome, como fazem com todas as outras. Como vimos, a presidente tem um perfil bastante diferenciado das demais, assim como uma história de vida diferente. Ela mora em Atafona há apenas dez anos, e não tem vínculos anteriores com a pesca. Mesmo assim, a declaração de uma associada mostra que também existe entre elas identidade e afinidade.

*“Por que minhas irmãs moram longe, eu não tenho mais mãe, é só eu, meu marido e meu filho, minha netinha. Minha família é muito pequena. Então aqui [na cooperativa] eu me encontro<sup>45</sup>. E da mesma forma a presidente também. Nós já conversamos sobre isso, e ela também.” (S2)*

---

<sup>45</sup> Retornaremos a esse ponto mais a frente para análise.

Seja pela unidade objetiva, seja pela unidade de criação sócio-histórica, pode-se afirmar que os dois grupos “*tem uma relação já boa e forte*” (M1).

*“É muito agradável. Somos todas amigas. Uma procura sempre entender uma a outra. Sempre tem uma coisinha, mas em todo lugar tem. Mas no final a gente passa a se entender. Se a gente acha que falou de mais um pouquinho, a gente vai e conversa com a pessoa, desculpa. Mas acaba tudo bem e fica tudo legal. A gente trabalha bem.”*  
(S3)

Essa relação, no entanto, está sujeita a oscilações. Em Macaé, os principais conflitos giram em torno da divisão de tarefas e responsabilidades, que como vimos não são assumidas em igualdade por todas.

*“[...] é na hora mesmo, quando ta assim na produção, e se falta alguma coisa, ai sempre a culpa é de alguém.”* (M1)

O método de trabalho também é motivo de discussão. A idéia de que existe uma, e apenas uma, forma certa de fazer é observada no relato a seguir:

*“É o jeito de trabalhar [...]. A gente fala uma coisa, mas elas [não] querem fazer. Tem que fazer é o gosto do freguês, não é o gosto da gente.”* (M2)

Essa postura tende a inibir a capacidade criativa e propositiva das pessoas, incorrendo no risco de criação de uma forma organizacional rígida e imutável e, conseqüentemente, restrita no que tange às possibilidades de pensamentos e formulações autônomas.

Uma terceira fonte de conflitos identificada no EES de Macaé denota a “falta de compreensão” entre os indivíduos.

*“Ah, a gente tem as intenções boas, né? Tem hora que mata é assim, a incompreensão. Acho que todo mundo tem que ser compreensivo, entender a situação. A gente tem nossos momentos bons como tem ruim também, né?”* (M2)

*“Eu acho que ela poderia melhorar mais. Se aquela pessoa que tem a mente mais aberta. Ficaria mais fácil. Às vezes não anda pra frente por causa disso.”* (M6)

Isso pode ser um reflexo da falta de rotatividade em algumas funções, que, como vimos, pode interferir na “capacidade do indivíduo de ‘assumir o papel do outro’” (PINTO, 2006), gerando a dificuldade de compreensão dos problemas relacionados à determinada atividade.

No caso de SJB, os principais problemas de relacionamento explicitados nas entrevistas são oriundos da percepção de que umas trabalham mais do que outras, o

que também ocorre em Macaé. O caso do conflito entre os turnos da manhã e da tarde é exemplo disso, e pode ser reforçado pelos relatos abaixo:

*“[...] se precisar passar do horário, todas chegam junto. Mas tem sempre umas que chega atrasadinha, que às vezes não faz as 4 horas. Mas aí a outra fica reclamando...”* (S2)

*“É uma falar que a outra trabalha mais do que a outra. ‘Olha ela ali fazendo hora!’”* (S1)

*“[...] quando a pessoa não chega junto lá com a gente.”* (M5)

Essa postura também remete à situação anteriormente citada, onde a presidente da cooperativa de SJB conta que a proposta de entrada de novos membros teve grande resistência, com o argumento de que as novas integrantes se apropriariam do trabalho anteriormente construído pelas fundadoras do EES. Essa resistência, bem como a “disputa” por quem trabalha mais ou menos, não tem sentido se entendermos que a produtividade não decorre das atitudes individuais, e sim do coletivo de trabalhadores. Além disso, vale repetir que o trabalho na organização autônoma deveria ser fonte de prazer e realização, não havendo razões para furtar-se ao trabalho.

Destaca-se que o conflito em si, independente de suas razões, não é um problema. Pelo contrário. O conflito reflete a explicitação e confrontação de desejos, por vezes opostos, necessárias para a auto-instituição permanente da organização produtiva. Desde que sua solução parta de um processo democrático, o conflito até favorece a autonomia do empreendimento. O problema estaria justamente na não explicitação dos conflitos, e no forjamento de um falso consenso que justificaria a adoção de leis e regras eternas e universais.

Por fim, ainda no âmbito da análise das relações, destaca-se um aspecto da relação com as entidades de assessoria: nos dois casos a assessoria foi a principal motivadora para a criação do EES e, portanto, tem grande responsabilidade sobre as conseqüências do projeto. Talvez por isso, algumas associadas se refiram à assessoria como a “coordenação” ou a “chefia” do empreendimento, mostrando, mais uma vez, que a autonomia das pessoas e do grupo ainda está em processo de construção, e que ainda há forte presença do imaginário social da sociedade heterônoma. Assim, reafirmamos a necessidade de buscar respostas para a questão levantada no segundo capítulo deste trabalho: como apoiar, fortalecer e difundir esse conjunto de experiências de auto-organização da produção sem criar relações de dependência com o poder estatal ou com grupos exógenos?

#### 4.6. Família e Gênero

Como vimos, a criação desses empreendimentos econômicos solidários de beneficiamento de pescado é um possível caminho para o reconhecimento do papel da mulher na cadeia produtiva da pesca artesanal. Eles apresentam uma alternativa para a formalização e a valorização do trabalho que as mulheres sempre exerceram, mas que nunca proporcionou a elas o devido reconhecimento, moral ou financeiro.

Nas comunidades pesqueiras, mais do que em outros espaços da sociedade, o homem ainda é o único trabalhador assim reconhecido. Por isso, eles resistem a acreditar que um empreendimento feminino possa “dar certo”. A presidente da cooperativa de SJB diz que a principal dificuldade enfrentada no início do trabalho era a desconfiança dos homens, que se recusavam a vender sua produção para a cooperativa por não acreditarem na sua capacidade de pagamento. Outros relatos também mostram essa desconfiança:

*“Bom a minha família, ela implica bastante. Meu marido, também. E meu marido ele viveu a vida inteira de pesca, e ele nunca viu muito resultado no poder público que vai ajudar o pescador. Sempre muita promessa e nada se fez, né? Então ele não acredita muito. Ele fica falando pra mim: ‘Ah, para com isso. Você anda pra lá, anda pra cá, e não arruma nada, não resolve nada, que não vai mudar’.” (M1)*

*“Meu marido e minha filha mais velha nunca gostaram, sempre diziam para eu sair que não ia chegar a lugar algum.” (M4)*

*“O marido às vezes reclama um pouquinho, por que... é aquele caso: dinheiro, né? Não sai. Tá demorando. Quando vai sair? Ai quando sai, diz que é mixaria.” (S3)*

*“Meu marido às vezes fica achando assim: ‘será que vai dar certo esse negócio de cooperativa?’” (S2)*

*“Ah, fala, mais assim, eles fala, ficam implicando, e você trabalha e não vê dinheiro, e não sei o que, trabalha direto e não vê pagamento.” (M5)*

Observa-se com frequência no relato das mulheres em relação à postura dos maridos e filhos a expressão “implicância”. Por traz desse discurso de descrença nas possibilidades de sucesso do EES, encontra-se a tradicional divisão sexual do trabalho: o homem é quem busca o sustento fora de casa e a mulher é responsável pela manutenção do lar. E nessa estrutura a mulher é inferior ao homem, submissa a ele.

*“Meu marido mandou eu desistir disso, que isso aqui não vai dar certo. Por que eu já estou muito tempo trabalhando. Até meu filho fala: mamãe você trabalha muito. Ai me chama pra ir pra praia eu não posso, por que de manhã, né? [...] Reclamam muito.” (S4)*

*“[Reclamam] muito. Meu marido então... meu Deus! Fica com criança quando não tem aula a tarde. Fala muito.” (S5)*

Mas se acreditamos que a autonomia deve ser conquistada, ao mesmo tempo e inseparavelmente, nas diversas esferas da vida, é necessário questionar a heteronomia do espaço doméstico. Neste sentido, é importante constatar que algumas mulheres dos EES já vêm demonstrando certa emancipação nas suas relações conjugais.

*“Isso já me atrapalhou muito. Antigamente eu ficava assim, né? Que tinha uma... por exemplo, uma viagem pra eu ir pra Brasília. Eu ficava naquela coisa, ele não vai deixar. Mas eu nunca desisti. Ele um dia, na primeira vez que eu fui pra Brasília, ele brigou comigo e tal, ai, que eu não ia, que eu não ia, que eu não ia. Mas ai eu arrumei minha bolsa e deixei lá. Na última hora ele foi pro barco e me largou lá sozinha, e eu fui assim mesmo. Quando eu voltei ele tava bonzinho que era uma maravilha. Então eu acho que a gente não pode desistir, né? Por que eu não estava fazendo nada de errado, tudo que eu faço é muito transparente, e eu to lutando por uma causa que eu acredito. Então eu acho que não atrapalha não. Já até tive assim algum receio, mas hoje não tenho não. Se eu tiver que ir eu vou mesmo.” (M3)*

Vale observar, que a questão do gênero, ou do trabalho da mulher, apesar de extremamente relevante, tanto para a Economia Solidária como um todo, como para a compreensão das experiências pesquisadas, não foi suficientemente aprofundada dada às condições disponíveis para a pesquisa e as limitações teórico-conceituais da pesquisadora.

#### **4.7. Motivações para o trabalho**

Quando perguntamos, bastante objetivamente, para as trabalhadoras por que elas estão na cooperativa, a primeira resposta revela uma esperança de que o negócio cresça, que gere rendimentos, que garanta um futuro melhor para suas famílias.

*“São meus filhos. Eu quero dar um futuro melhor para eles. Estou acreditando que a cooperativa cresça. Por isso que eu estou fazendo isso daqui.” (S5)*

*“Por que eu tenho muita esperança que a cooperativa ainda vai nos dar muitos frutos. Por que é a esperança que alimenta a alma, e eu vivo nessa esperança.” (S2)*

*“O sonho é que ela venha a dar condições para gente ter uma casa boa, crescer muito, vender muitos produtos, pra gente ter condições melhor na vida, financeira. Esse é meu sonho.” (S4)*

*“Eu acho que o que motiva a gente é por que a gente tem esperança que na frente isso vá dá certo. Por que a gente não nadou pra morrer*

*na praia, como o pessoal diz. A gente hoje... de onde a gente veio e aonde a gente está hoje a gente andou bastante, né? Eu acho que andou pra melhor.” (M3)*

*“[...] eu ainda to acreditando, e a gente vai [...] ter a nossa vitória ainda, se Deus quiser. Com tudo que vocês estão ajudando a gente, orientando... Então isso aí a gente tem que ter força, que vai, vai à frente. Tem que ter fé [...]” (M5)*

*“[...] todo mundo ainda tem aquela esperança, né? Aquela esperança que sabe que o negócio vai dar certo. Que vai pra frente.” (M1)*

Na expectativa dos resultados elas permanecem no empreendimento. Entendendo que no médio-longo prazo serão colhidos os frutos do trabalho passado, sair seria abrir mão deles e deixá-los para um próximo. Imaginar o sucesso da cooperativa no futuro sem elas, as faz persistir diante das adversidades.

*“Ai eu me preocupo em sair daqui por que eu já estou desde o começo. Então sair daqui agora fica chato, né? Muita gente saiu já, por que não agüentaram. Muita esfrega, muito peixe limpando, muito camarão, depois...” [Fica chato por quê?] “Por que eu estou desde o começo. E se depois dá certo? Fico com medo de sair por isso.” (S4)*

*“E eu penso pra mim: se eu sair eu vou perder. [...] eu acredito [...] que um dia nós vamos subir na vida através da cooperativa.” (S3)*

O Mapeamento dos Empreendimentos Econômicos Solidários realizado pela SENAES nos mostrou que essa é a principal motivação das pessoas que participam dessas iniciativas no Brasil. Mas se a expectativa de rendimentos é a primeira motivação, a frustração dessa expectativa é também a primeira desmotivação.

*“Ah tem várias preocupações. [...] Por que aqui eu não tenho outro salário. Eu penso em arrumar um emprego pra mim, né? Pra mim ganhar o salário certinho. Por que eu tenho filho pequeno, meu marido não ganha certinho, todo mês.” (S4)*

*“É por que muitas já desistiram, por que não tava dando lucro. Você vai trabalhar quer receber, né? E precisa.” (S4)*

*“Por que existe uma certa dificuldade de pessoas entrar pra cooperativa, por que eles, assim... dá... mas o dinheiro não é rápido. Mas é aquela coisa que a gente sabe que não é assim. Por enquanto a gente divide o que vende.” (S2)*

*“[...] eu acho que as pessoas já tiveram bem mais motivadas, com mais vontade. E eu acho que à medida que a coisa vai demorando muito e vai... e não vê assim uma retirada no fim do mês, cada uma com sua dificuldade, né? As pessoas vão perdendo o estímulo [...]” (M3)*

*“Chato só porque não tem aquele lucro todo mês, entende? O problema todo é esse, mas não é chato não. Eu gosto até.” (M5)*

Ainda assim, elas persistem. O que nos leva a refletir sobre outras possíveis motivações. Se a expectativa de ganhos materiais é a primeira resposta para a questão da motivação, não necessariamente é a principal. Analisando as motivações presentes na *associação autonomista*, Pinto (2006) dizia que há uma tendência de fusão entre meios e fins, ou seja, o objetivo perseguido é confundido com a própria busca, gerando uma satisfação antecipada no decorrer do processo de construção do empreendimento. Se a primeira vista essa satisfação antecipada não foi explicitada, investigando mais a fundo as justificativas para a persistência na proposta associativa vemos que, a princípio, elas entraram sem saber exatamente do que se tratava e ao longo do processo foram tomando gosto pela proposta, o que se mistura com uma espécie de curiosidade.

*“Vou entrar pra ver, né?” (S5)*

*“Achei interessante, ai fui gostando dos cursos. Ai eu fui e fiquei, não quis sair mais não, [...] por que eu gostei. Não liguei não de não receber.” (S4)*

*“Por que eu entrei? Eu fui convidada pra fazer o curso. Eu achei que fosse ser interessante. Eu gostei. E acreditei que ia crescer, conforme está crescendo. E to lá até hoje.” (S3)*

*“Ah, por que eu comecei a fazer isso ai, continuei, e eu tô gostando. Eu não pretendo sair não. Vamos ver até onde vai.” (M5)*

*“Daí surgiu esse projeto lá no colégio, era uma coisa que eu não conhecia, eu fui ficando... E estou lá até hoje.” (M6)*

Por um lado, essa expressão do “fui ficando” denota uma tendência à acomodação, uma passividade diante das situações da vida.

*“Já até acostumei. Já tô dois anos, já me acostumei.” (S4)*

*“Já tô acostumada já com tudo. Três, já vai para quatro anos, to bem acostumada já.” (M5)*

Por outro, mostra que trabalhando junto esse grupo constrói uma história, que, como contou anteriormente uma associada, é uma história coletiva, que gera uma unidade sócio-histórica entre elas e que dá sentido à luta. Originalmente, cada uma entra com um objetivo, e também com uma expectativa...

*“A primeira retirada. Foi legal. [...] Então a gente ficou comentando. Cada um tem um objetivo naquele dinheiro ali. O meu objetivo era comprar cimento. [...] Foi um momento muito gostoso. Ai todo mundo ficou feliz. Dali que viu que estava começando um trabalho, uma coisa mais séria.” (M6)*

... mas ao longo do processo vão se construindo objetivos comuns. Percebe-se que as conquistas vão além do cimento de uma, ou do tijolo da outra. Materializam-se, com muito trabalho e dedicação, conquistas coletivas e originais.

*“[...] quando nós chegamos na cooperativa, eu às vezes pensava assim: isso aqui não vai pra frente. Por que a gente não tinha... eu até, por exemplo, levei daqui da minha casa bancos pra gente sentar, por que não tinha. Era tudo ali fora ali cheio de capim. Pra gente tomar uma água a gente tinha que reunir, cada um dá um trocado pra gente comprar um galão d’água. Muita das vezes até pra comprar o peixe, nos já reunimos pra comprar o peixe. Entendeu? Então eu vejo quanto mudou. Hoje a gente não precisa mais se preocupar em comprar uma água, em comprar o peixe. Nos fizemos uma obra maravilhosa lá que ficou tudo bonito, tudo calçado, banheiros são nossos, [...] temos ar condicionado. Acho que mudou muito, muito mesmo. Melhorou muito.”* (S3)

*“A primeira retirada do beneficiamento, foi um momento que eu não vou esquecer nunca. [...] Que eu falei lá, que eu falei chorando: ‘não foi o maior dinheiro que eu recebi na minha vida, mas foi o melhor’. Melhor por que foi o primeiro dinheiro que a gente conseguiu tirar da vida que é luta, daquele sacrifício todo. E a gente conseguiu tirar, foi trinta e alguma coisa [...]. Mas foi uma coisa que marcou muito, foi muito significativa pra mim.”* (M3)

Existe a consciência de que essas conquistas não são resultados imediatos do trabalho. Trata-se de uma construção em relação com outros, que por isso tem um tempo próprio – como colocou Pinto (2006), o tempo é histórico, mediato.

*“a gente tem que andar de acordo com as próprias pernas, né?”* (S2)

*“Tem que esperar um pouquinho. Por que as coisas também não pode ser da noite pro dia assim, né? A coisa tem que ser devagar. Então vamos dar um tempo pra ver.”* (S2)

Um outro aspecto observado que exerce forte influência na decisão de permanecer no EES diz respeito a um convívio social proporcionado pela experiência de trabalho coletivo. As filetadoras de peixe e descascadeiras de camarão costumam trabalhar sozinhas, beneficiando a produção dos maridos, pais e filhos pescadores em suas casas, ou em serviços temporários em frigoríficos. O encontro com pessoas com histórias de vidas semelhantes, mesmo que antigas conhecidas, vizinhas por vezes, proporciona um conforto, um bem-estar. O espaço de trabalho é, ao mesmo tempo, um espaço de lazer e de troca. É, ainda, um espaço de libertação, uma possibilidade de fuga das obrigações e limitações do lar, não raro violento lar.

*“É que eu sou muito caseira. E aqui é como se eu tivesse saindo. Aqui é minha diversão. Eu junto o útil ao agradável. Pra mim, é assim. É uma forma de eu sair de casa. [...] Então pra mim não é só o dinheiro. É o fato de eu estar com outras pessoas, e dar risada, e falar abobrinha.*

*Que pra outros talvez não tenha tanto valor, mas pra mim tem. [...] A convivência.” (S2)*

*“Às vezes eu fico sabendo de coisas aqui mesmo na cooperativa, por que as próprias meninas já passa o que sabe pra gente, é isso... o social, né? É muito bom isso.” (S2)*

*“Eu acho que eu mudei muito, por que eu me sentia assim muito presa dentro de casa. Acabava de almoçar, de tarde ia dormir, ai aquele desanimo. Agora não. Trabalho de manhã sabendo que a tarde eu tenho que ir para cooperativa. Então isso mudou muito meu astral também.” (S3)*

*“Ah, por que eu gosto. Eu fico em casa sem fazer nada, eu vou pra lá.” (M2)*

*“A gente faz nossas festinhas lá.” (M4)*

*“Quando não vem pra aqui a gente até apanha em casa.” (M5)*

*“É por que a gente se distrai também [...], a gente troca idéia, a gente conversa, então é legal.” (M6)*

O espaço de trabalho nos EES torna-se ainda um espaço aprendido, em sentido amplo, que diz respeito não só às técnicas de beneficiamento de pescado e às práticas de gestão da produção, mas também à convivência social e à relação com outros.

*“Eu gosto de estar lá. A gente se distrai, né? Por que a gente passa a ter novas amizades ali dentro, as amigas. Eu gosto do trabalho, muito. E aprendi coisas novas ali, né? A gente cada vez vai aprendendo coisas melhores, vai conhecer pessoas diferentes. Por exemplo, eu fui assim ter mais um contatozinho, conhecer melhor prefeita Carla Machado através da cooperativa.” (S3)*

*“Ah, [aprendi] muita coisa, né? Inclusive nos curso, que eu já fazia, mas passei a fazer melhor ainda, depois desses cursos. A gente vai melhorando. Inclusive a gente ainda ta fazendo curso ainda. Tem outro curso. Curso do SEBRAE – Mulheres Empreendedoras. Isso tudo é muito bom. A gente ta aí... ta aprendendo coisas novas. Se eu tivesse em casa, você vê, a cooperativa abriu espaço pra mim sair.” (S2)*

*”Aprendi a ser mais tolerante. Sempre foi muito exigente e ansiosa com as coisas. Não sabia esperar. Aprendi a ouvir. Melhorei a comunicação. To lendo outros tipos de livros. Voltei a estudar – estou fazendo um curso de ‘Mulheres Empreendedoras’.” (S1)*

*“Aprendi a dividir. Eu não sabia o que era uma cooperativa. A gente vai aprendendo. Nas reuniões, seminários da pesca... Já aprendi muita coisa e ainda tem muito o que aprender.” (M4)*

*“Eu nem sabia o que era um grupo. E hoje a gente ta nesse grupo, que começou lá no colégio. Esse negócio de ta esse tempo todo tentando descobrir...” (M6)*

*“[Aprendi] a conviver, com as diferenças também. Por que cada um é um ser diferente. Que nem a [Fulana] fala assim pra mim: ‘tem que saber conviver’. Por que se a gente... se a pessoa fala alguma coisa e a gente ‘ah não isso tá errado, que não quero isso’, ou vou ficar com raiva por que ela falou aquilo... aí a gente não vive. Então tem que aprender a conviver com a diferença do outro, né?” (M6)*

*“Pelo conhecimento, por tudo, por tudo isso que nós passamos, né? Esses cursos, treinamentos, as pessoas que a gente conhece, a própria experiência, me ajudou muito. Por que teve um ganho, né? Pelas trocas de conhecimento, conhecer pessoas novas, conhecer esse trabalho, saber que tem gente, mais pessoas que trabalham nessa forma, né? Em economia solidária. Então abriu um mundo assim diferente, que eu não conhecia, né?” (M1)*

As novas relações sociais de produção dão lugar à transformação do sujeito e de sua relação com o mundo. Rompendo, mesmo que parcialmente, com as significações imaginárias instituídas elas alterarão sua percepção sobre si mesmas e sobre o outro. Observa-se a elevação da auto-estima e da auto-confiança, como diz uma delas, ampliam-se os horizontes.

*“[...] a gente vê o mundo diferente. [...] Quando a gente trabalha em grupo já é um pouquinho diferente. A gente aprende muita coisa.” (M6)*

*“Ah mudei. Eu nem me esforçava pra falar. [Agora] falo mais ou menos. Mas melhorei mais um pouco, do que eu era melhorei bastante.” (M5)*

*“Muito. Mudou sim. Por que eu era uma pessoa que eu não falava, né? Falava assim, dentro de casa, né? Mas assim de... falar, por exemplo, numa reunião, num seminário, numa coisa, eu sempre ouvia e nunca falava. Hoje não. Hoje eu falo por que já não tenho mais vergonha de falar. Sei que tenho direito a muita coisa que eu não sabia antes. Procuro sempre estar lendo, me informando, buscando saber das coisas, coisa que eu também não fazia. Hoje com certeza se eu pudesse eu faria uma faculdade que envolvesse a pesca. Não sei, acho que não dá mais. Mas... a minha visão é outra hoje. Hoje eu tenho novos horizontes, vejo mais longe.” (M3)*

*“Me soltei mais. Antes eu tinha medo de falar errado, agora não. Olha como eu tô.” (M4)*

Essa nova condição do trabalho – como criação sócio-histórica, como espaço de socialização e aprendizado e como experiência que eleva a auto-estima e a auto-confiança e auto-funda o sujeito – agencia o prazer em trabalhar.

*“Eu trabalho por que eu gosto. Por que eu quero.” / “É um trabalho que toda a vida eu tive vontade de fazer.” (S1)*

*“Ah por que eu gosto de trabalhar aqui, gosto do meio.” (M5)*

*“[por que você acha que elas ainda estão ali?] Por que na verdade, elas gostam, elas reclamam, reclamam, mas elas gostam de tá sempre em*

*união, sempre unida com a gente. A gente sonha, elas gosta de ta sonhando junta. Acho que é isso também. Isso também mexe um pouquinho com a auto-estima. Daquele mundo que vivia, ali isolada, sem conhecimento nenhum, hoje a gente vê que elas têm um conhecimento melhor. Até mesmo elas se expressar, né?” (M1)*

Observa-se ainda, especialmente no caso de São João da Barra, que os resultados do trabalho geram reconhecimento externo, que, por sua vez, se reverte em nova motivação para o trabalho.

*“Sinto que as pessoas elogiam muito a gente. No jornal, na TV.” (S3)*

*“Eu acho legal. Por que é um produto novo no mercado. As pessoas gostam, e parabeniza a gente. É gratificante, a gente fazer uma coisa que as pessoas ta parabenizando. E isso para mim é fundamental.” (S2)*

Por fim, mapeamos ainda, mesmo que isso tenha se expressado explicitamente em apenas uma entrevista, a consciência de que a transformação não pode se dar apenas em um espaço limitado. De que os empreendimentos econômicos solidários de beneficiamento de pescado representam, mais do que uma solução para esse pequeno grupo de mulheres, um outro caminho possível para a re-construção das relações sociais de produção na cadeia produtiva da pesca.

*“Então eu acho que a gente tem que lutar pra que isso aconteça, que isso se realize. Por que não é só a gente que precisa. Tem muita gente que precisa disso daí, muita mulher ali na Nova Holanda, na Brasília [...] Não é só ficar com grupo pequeno.” (M3)*

*“Eu acho que a gente só deixa de lutar quando a gente deixa de sonhar, e deixa de ter esperança. E isso eu acho que nunca vai morrer em mim. Eu vou lutar sempre, vou ter sempre esperança que... Talvez não pra mim, nem pros meus filhos, mas pros meus netos, pros meus amigos, pros filhos dos meus amigos, um dia a pesca vai mudar.” (M3)*

É claro que essa perspectiva de transformação não é fruto somente do trabalho no EES nesses últimos três anos. A mulher que faz essa declaração é também a historicamente mais engajada na atividade pesqueira artesanal e na luta pela construção de relações mais humanas na cadeia produtiva da pesca. Ela foi, inclusive, a principal proponente do projeto e motivadora do trabalho desde o momento do diagnóstico participativo. Uma análise mais aprofundadas das histórias de vidas dessas trabalhadoras poderiam proporcionar melhor compreensão das condições iniciais de engajamento.

A consciência dessa necessidade de transformação mais ampliada ainda está em construção para as demais trabalhadoras em um movimento que intercala avanços e retrocessos em diferentes momentos e situações. Essa construção se dá pelo

processo de trabalho coletivo, nas efetivas relações sociais de produção, e deve passar pelo questionamento dos sentidos atribuídos a igualdade e liberdade e pelo convencimento da possibilidade de definição de objetivos, regras e normas e de solução dos problemas a partir do diálogo aberto entre iguais, já observado em alguns momentos.

## Conclusão

Para responder às perguntas propostas por essa dissertação percorreremos o caminho inverso ao que levou à formulação das três questões de pesquisa aqui apresentadas. Ou seja, partiremos da caracterização das relações sociais de produção nos empreendimentos econômicos solidários estudados, para compreender suas implicações para formação (ou não) de sujeitos autônomos e, por fim, levantar apontamentos que alimentem o debate acerca do sentido sócio-histórico da Economia Solidária.

Começamos por lembrar que a criação dos dois EES teve forte influência de atores externos. Apesar da demanda endógena, real e explícita pelo desenvolvimento da atividade de beneficiamento de pescado nessas comunidades, o engajamento da proposta no ideário da ES é claramente uma proposição exógena, o que, para nós, não deve constituir um empecilho para autonomia dos indivíduos e das organizações. Desde que a proposição inicial tenha aceitação consciente dos trabalhadores e não se apresente como uma lei universal e abstrata, ela está aberta a questionamentos e reelaborações que podem dar origem a uma construção autônoma a partir da experiência concreta do grupo. Cabe, no entanto, aos agentes externos, aprofundar a reflexão metodológica no sentido de criar e re-criar formas de apoiar, fortalecer e difundir as iniciativas de Economia Solidária sem criar relações de dependência, ainda presentes em ambos os casos estudados.

Prosseguimos observando que na análise das relações sociais de produção em construção nos EES encontramos aspectos que favorecem o ganho de autonomia e outros que vão no sentido contrário, reforçando a heteronomia.

Entre os que favorecem, destacamos a ausência de uma forma pré-determinada de organização do trabalho. Vimos que as experiências acumuladas nos processos de formação dos empreendimentos permitiram o reconhecimento de competências e habilidades individuais e, a partir daí, a definição de papéis e funções, denotando um caráter auto-organizativo dos grupos – um agir espontâneo.

Por outro lado, vimos também que o grau de escolaridade e as experiências de trabalhos anteriores constituem critérios que, mesmo não explicitados, influenciam na definição de papéis e funções. Uma investigação mais aprofundada poderia esclarecer em que medida a adoção desses critérios é fruto de uma reflexão coletiva e consciente sobre as diferentes preferências e especialidades, levando ao reconhecimento das

relações de interdependência e favorecendo a autogestão da produção, ou, do contrário, em que medida ela repete automática e inconscientemente os modos de fazer da organização heterônoma, favorecendo a divisão entre dirigentes e dirigidos e a heterogestão da produção.

Observamos nos dois EES estudados a presença de muitas trabalhadoras interessadas e disponíveis para as atividades produtivas e poucas motivadas a realizar as atividades administrativas e gerenciais. Lembramos que as diferenças de preferências e habilidades específicas não constituem necessariamente um impedimento para a criação de relações autônomas entre sujeitos iguais. No entanto, há que se garantir que essas diferenças não impliquem em divisões de saber e poder, nem em diferentes níveis de responsabilidade e compromisso pela totalidade dos processos e nem mesmo na redução da capacidade de se pôr no lugar do outro, enfraquecendo a percepção das relações de interdependência.

O risco de divisões de saber e poder é de certa forma gerenciado pelo estabelecimento da assembléia geral como instância máxima de decisão e ainda como espaço de nivelamento de informações. Todavia, sabemos que a realização das reuniões, por si só, não garante a efetiva participação e o compartilhamento das responsabilidades e compromissos na gestão dos empreendimentos, assim como não garante o reconhecimento das relações de interdependência. Verificamos nas entrevistas realizadas elementos que apontam para fragilidades nesse sentido, denotando principalmente desigualdades nas responsabilidades e compromissos.

Foram identificados pelo menos três fatores que limitam a participação e o compartilhamento da gestão. O primeiro está relacionado à falta de perspectiva de retirada (ou de retirada significativa para a complementação da renda familiar), ou seja, à noção de que a participação neste espaço não traz conseqüências para a existência cotidiana do sujeito. O segundo diz respeito à percepção que cada uma tem de si e de suas capacidades, colocando as trabalhadoras historicamente mais oprimidas em posição desfavorável à participação. Por fim, o terceiro fator explicita certa confusão entre a idéia de “auto-governo” referida ao sujeito absoluto, reificado, isento de relações, e o auto-governo em sentido efetivo – referido na compreensão do sujeito em relação de interdependência com um coletivo do qual ele faz parte. Confusão semelhante é observada a respeito do significado da liberdade.

Distorções dessa natureza se refletem ainda em um tipo de “disputa” por produtividade. Observamos em diversos momentos uma cobrança direcionada àquelas que “trabalham menos”, “que ficam fazendo hora”, “que não chegam junto”.

Enquanto que, se entendermos que a produtividade não decorre das atitudes individuais, e sim do coletivo de trabalhadores, essa disputa e cobrança não fazem sentido.

Mas se esses fatores reforçam o caráter heterogerido da organização, por outro lado, há que se destacar também que esteve presente nos relatos de todas as trabalhadoras (à exceção de um único caso já citado) o reconhecimento das vantagens da proposta da autogestão. A possibilidade de definição de objetivos, regras e normas e de solução dos problemas a partir do diálogo aberto entre iguais foi amplamente ressaltada como o diferencial positivo em relação à empresa tradicional, e já mostra certo grau de convencimento de que outras formas de (auto)organização da produção são possíveis.

O reconhecimento dessa possibilidade só se torna real e efetivo quando parte da experiência concreta do trabalhador e é justamente o ponto de partida que pode dar origem ao percurso político-pedagógico que levará ao questionamento e à transformação do conjunto de significações sociais imaginárias instituídas. Esse conjunto determina a percepção que cada um tem de si, de suas possibilidades e de sua relação com o coletivo e com o mundo. Portanto, a partir da contestação desse conjunto, pode-se constatar o caráter historicamente criados das instituições (das leis), abrindo-se um espaço de liberdade para pensar outras formas de organização da sociedade e da produção.

A análise dos empreendimentos estudados já mostra sinais de rompimento com o imaginário social instituído, que podem estar relacionados com a experiência de auto-organização da produção em curso, ainda que incipientes e insuficientes para eliminação da cultura heterônoma. Estes sinais são verificados quando denota-se aspectos como: elevação de auto-estima e auto-confiança; perda do medo e da vergonha de falar; consciência de direitos; mudança na relação com o outro; novos horizontes de aprendizado; reconhecimento do empreendimento como criação sócio-histórica; e prazer em trabalhar. Todos estes constituem fatores motivacionais importantes para as trabalhadoras dos EES, que ainda não perderam de vista o objetivo inicial que as fez aceitar o desafio – a perspectiva de retornos financeiros e de “crescer na vida”.

Além disso, no caso estudado, merecem destaque as transformações nas relações de gênero. Como vimos, as mulheres pescadoras sofrem pela ausência de uma identidade social e profissional que as coloca em posição extremamente submissa e dependente do homem. Se acreditamos que a autonomia deve ser conquistada, ao

mesmo tempo e inseparavelmente, nas diversas esferas da vida, se faz mister questionar, especialmente no caso das comunidades pesqueiras, a heteronomia do espaço doméstico. Neste sentido, é importante constatar que algumas mulheres dos EES já vêm demonstrando certa emancipação nas suas relações conjugais. Entretanto, cabe apontar para a necessidade de estudos mais aprofundados abordando essa questão.

Por fim, mapeamos ainda, mesmo que isso tenha se expressado explicitamente em apenas uma entrevista, a consciência de que a transformação não pode se dar apenas em um espaço limitado. De que os empreendimentos econômicos solidários de beneficiamento de pescado representam, mais do que uma solução para esse pequeno grupo de mulheres, um outro caminho possível para a reconstrução das relações sociais de produção na cadeia produtiva da pesca.

Em suma, a análise das relações sociais de produção em construção nos EES mostra ambigüidades que apontam, de um lado, para a possibilidade de contribuição para a formação de indivíduos e coletivos autônomos, e, de outro lado, para necessidade de ampliação dos espaços e de intensificação da experimentação da auto-organização. Essas experiências devem buscar uma posição de maior relevância para a vida cotidiana das pessoas, que são influenciadas permanentemente por outras referências, geralmente heterônomas, presentes no bairro, na família, no trabalho, no ambiente político local, nas relações sócio-econômicas etc. Por meio da formação de redes solidárias, cadeias produtivas solidárias e mercados solidários, todos atuando, para além da esfera econômica, nas mais diversas esferas da vida, deve-se criar uma ambiência favorável às relações de autonomia.

Essas conclusões nos fazem reafirmar o sentido sócio-histórico da Economia Solidária como um percurso político-pedagógico que, a partir da experimentação, cada vez mais intensa, de novas relações sociais de produção, cada vez em espaços mais ampliados, pode contribuir com a formação de indivíduos e coletividades autônomas; capazes de construir suas formas de vida próprias na interação com o mundo ao seu redor. Sabemos, no entanto, que o sentido do termo é dinâmico e está sujeito a alterações oriundas das experiências reais e concretas. Só elas poderão dizer o que significará “Economia Solidária” nas próximas décadas ou séculos.

## **Bibliografia**

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARRUDA, Marcos. Situando a socioeconomia solidária. In: **Economia solidária: desafios para um novo tempo**. Cadernos FLEM n.5. Salvador: Fundação Luís Eduardo Magalhães, 2003, p.19-32.

CASTORIADIS, Cornelius. **Introdução: socialismo e sociedade autônoma**. In: Socialismo ou barbárie. O conteúdo do socialismo. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 1983 (1979).

CASTORIADIS, Cornelius. **Autogestão e hierarquia**. In: Socialismo ou barbárie. O conteúdo do socialismo. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 1983 (1974).

CASTORIADIS, Cornelius. **A fonte húngara**. In: Socialismo ou barbárie. O conteúdo do socialismo. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 1983 (1976).

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTORIADIS, Cornelius. **Sobre o conteúdo do socialismo**. 1 ed. Rio de Janeiro: Achiamé, s.d. (1955).

CATTANI, Antonio David (org.). **A outra economia**. 1 ed. Porto Alegre: Veraz Editores / UNITRABALHO, 2003.

CHAUÍ, Marilena. **Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CORAGGIO, José Luis. **Sustentabilidade e luta contra-hegemônica no campo da economia solidária**. In: Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação. 1 ed. São Leopoldo: Oikos, 2007, p.67-89.

FURTADO, Celso. **O Capitalismo Global**. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GADOTTI, M. **A Economia Solidária como Práxis Pedagógica**. 1 ed. São Paulo: Editora Paulo Freire, 2009.

GAIGER, Luiz Inácio. **As emancipações no presente e no futuro**. In: Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil. 1 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p.371-402.

GAIGER, Luiz Inácio. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista.** Palestra proferida no II SEMINÁRIO DE INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES. Campinas: UNICAMP, 2002.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

GUILLERM, A.; BOURDET, Y. **Autogestão: uma mudança radical.** 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

HENRIQUES, F. C., 2007. **Assessoria a Empreendimentos de Autogestão.** Dissertação de M.Sc., Programa de Engenharia de Produção do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (PEP/COPPE/UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

HIRSCHMANN, A. **As paixões e os interesses: argumentos políticos para o capitalismo antes do seu triunfo.** Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2000.

ITCP/USP. **Balanco Geral das Ações da SENAES 2003 – 2006.** São Paulo: 2007. Disponível em <http://www.itcp.usp.br/drupal/files/itcp.usp.br/Balanco%20geral%20da%20SENAES.doc>, acesso em 08/04/2009.

KRAYCHETE, Gabriel. **Economia popular solidária: sustentabilidade e transformação social.** In: Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação. 1 ed. São Leopoldo: Oikos, 2007, p.32-60.

LECHAT, N.M.P. **As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil.** Palestra proferida no II SEMINÁRIO DE INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES. Campinas: UNICAMP, 2002.

LOBO, Adriane. **A Constituição Social dos Pescadores Artesanais do Lago Paranoá: exclusão, organização e resistência.** In: Cadernos de Textos de Conclusão do Curso de Realidade Brasileira. Distrito Federal: Consulta Popular, 2007.

MANESCHY, M.C. **Da Casa ao Mar: papéis das mulheres na construção da pesca responsável.** Seminário Internacional da Pesca Responsável: Beberibe/CE, 1997.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de Caso: uma estratégia de pesquisa.** 1 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

NASCIMENTO, Cláudio. **Autogestão e economia solidária.** Outros valores. Cadernos da Cidade do Futuro. Florianópolis, v. 1, n. 2, 2000.

PINTO, J. R. L., 2004, **Economia Solidária: um elogio à associação em tempos de crise**. Tese de D.Sc., Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

POCHMANN, Márcio. **Economia Solidária no Brasil: possibilidades e limites**. IPEA, 2004. Disponível em < [http://desafios2.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt\\_24g.pdf](http://desafios2.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_24g.pdf) > acesso em 25/03/2009.

RAZETO, Luis. **Economia de Solidariedade e Organização Popular**. In: Educação Comunitária e Economia Popular. 1 ed. São Paulo: Cortez, 1993.

SINGER, Paul; SOUZA, André R. (orgs.) **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOLTEC/POLO NÁUTICO/NUPEM/UFRJ, 2005. **Relatório de Pesquisa I - Pesquisa Ação na Cadeia Produtiva da Pesca em Macaé**. Rio de Janeiro. Disponível em < <http://www.soltec.ufrj.br/docs/projetos/publicacoes/papesca/relatorioFINEP.pdf> > acesso em 13/07/2009.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Pesquisa Qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TIRIBA, Lia. **Cultura do trabalho, produção associada e produção de saberes**. Palestra proferida na I Jornada de Estudos sobre Produção e Legitimação de Saberes para e no Trabalho. UNISINOS, 2006.

VASCONCELLOS, M.; DIEGUES, A.; SALES, R. **Limites e Possibilidades na Gestão da Pesca Artesanal Costeira**. In: Nas Redes da Pesca Artesanal. 1 ed. Brasília: IBAMA; PNUD, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VIEIRA, Paulo Freire; Berkes, Fikret; Seixas, Cristiana S. **Gestão Integrada e Participativa de Recursos Naturais: conceitos, métodos e experiências**. 1 ed. Florianópolis: Secco/APED, 2005.

# Anexo 1

## **Roteiro semi-estruturado de entrevistas**

### **Parte I: Dados Pessoais**

Nome:  
Sexo:  
Idade:  
Naturalidade:  
Escolaridade:  
Religião:

### **Parte II: Situação Familiar**

Estado civil:  
Número de filhos e idade:  
Moradia (própria quitada, própria não quitada, alugada ou de parentes):  
Renda familiar:  
Principal fonte de renda:  
Outras fontes:

### **Parte III: Histórico**

Fale sobre sua história de vida e de sua família: você nasceu aqui? Veio pra cá com que idade? Como chegou?  
Experiências de trabalho anteriores.  
Média de renda nas experiências anteriores.

### **Parte IV: Cooperativa e Trabalho**

#### **4.1. Atividade de trabalho**

Descreva seu trabalho.  
Que tarefas você realiza? Como? Com quem?  
Quais as rotinas e procedimentos?  
Como é a jornada de trabalho?  
Você tem alguma dificuldade para realizar o seu trabalho? Quais?  
Que conhecimentos/habilidades são necessário para realizar essas atividades?  
Você considera seu trabalho: fácil? Difícil? Leve? Pesado? Chato? Legal?  
Interessante? Por quê?  
Você tem liberdade no seu trabalho (para definir que horas trabalhar, que atividades realizar, como realiza-las)?  
Que tipo de preocupações você tem no seu trabalho?

#### **4.2. Cooperativa e sua organização**

Como surgiu a cooperativa?  
Há quanto tempo você trabalha na cooperativa?  
Como a cooperativa funciona?  
Como as decisões são tomadas?  
Como são feitos os controles de produção, compras e vendas?  
Tem uma diretoria? Tem reuniões?  
Em sua opinião, quais são as principais dificuldades/problemas da cooperativa?  
Como você acha que pode contribuir para a melhoria da cooperativa?  
Em sua opinião, o que difere uma cooperativa de uma empresa qualquer?

### **4.3. Relações entre cooperados**

Como é a relação com as colegas de trabalho?

Como é a relação com a diretoria?

Que tipos de problemas/discussões são mais freqüentes?

### **4.4. Motivações**

Por que você entrou na cooperativa? E por que você continua?

Você gosta de trabalhar na cooperativa?

Você acha que o seu trabalho é valorizado na cooperativa?

Você considera seu trabalho importante para o funcionamento da cooperativa? Por quê?

Qual a importância do trabalho na cooperativa para sua vida?

Qual a importância da retirada para você?

Você acha que aprendeu alguma coisa trabalhando na cooperativa? O que?

### **4.5. Mudanças na vida**

Alguma coisa mudou na sua vida depois da cooperativa?

A relação com sua família mudou depois que você entrou na cooperativa?

Como sua família vê o trabalho na cooperativa?

### **Parte V: Final**

Você lembra de algum momento/situação mais difícil que você já passou na cooperativa?

Você lembra de algum(ns) melhor(es) momento vivido na cooperativa?

O que você espera da cooperativa?

O que você achou da entrevista?

## Anexo 2

### Perfil das trabalhadoras

Id.	EES	Idade	Escolaridade	Estrutura e renda familiar <sup>46/47</sup>	Principal experiência de trabalho anterior	Vínculo com a comunidade pesqueira		Principal função no EES
						Família de pescadores	Mora em comunidade pesqueira	
M1	Macaé	41	Técnica de nível médio	Mora com marido e 2 filhos – R\$ 4.000,00	15 anos de experiência com CLT como técnica em administração de empresas	Sim	Não	Administração, contabilidade, compras e articulação institucional
M2	Macaé	47	Fundamental concluído	Mora com marido e 2 filhos – R\$ 1.000,00	Nenhuma	Sim	Sim – sempre morou	Compras e vendas
M3	Macaé	54	Fundamental incompleto	Mora com marido e 2 filhos – R\$ 1.000,00	Pesca e beneficiamento de pescado “por conta própria” <sup>48</sup>	Sim	Sim – sempre morou	Compra e limpeza do peixe e articulação institucional
M4	Macaé	47	Fundamental incompleto	Mora com 2 filhas – R\$ 800,00	Beneficiamento de pescado “por conta própria”	Sim	Sim – sempre morou	Produção
M5	Macaé	52	Fundamental incompleto	Mora com marido e 2 filhos – R\$ 1.000,00	Beneficiamento de pescado para terceiros <sup>49</sup>	Não	Sim – há cerca de 30 anos	Produção
M6	Macaé	52	Fundamental incompleto	Mora com 1 filha – R\$ 1.000,00	Empregada doméstica	Não	Não	Produção

<sup>46</sup> As rendas informadas estão sujeitas a grandes variações por conta da sazonalidade da atividade pesqueira.

<sup>47</sup> Mesmo desconsiderando a renda de M1, observa-se que a renda média das trabalhadoras de Macaé é um pouco superior a das trabalhadoras de SJB. Vale ressaltar, no entanto, que o custo de vida em Macaé é bastante superior ao de SJB.

<sup>48</sup> Beneficiamento de pescado “por conta própria” significa que a pessoa compra o peixe, beneficia e revende.

<sup>49</sup> Beneficiamento de pescado para terceiros significa que a pessoa trabalha para alguém que a remunera por quilo beneficiado.

Id.	EES	Idade	Escolaridade	Estrutura e renda familiar <sup>50/51</sup>	Principal experiência de trabalho anterior	Vínculo com a comunidade pesqueira		Principal função no EES
						Família de pescadores	Mora em comunidade pesqueira	
S1	SJB	55	Técnica de nível médio	Mora com 1 filha e dois netos – R\$ 650,00	Experiência de 35 anos com CLT como auxiliar de enfermagem	Não	Sim – há cerca de 10 anos	Presidente – gestão, inspeção da qualidade, comercialização e articulação institucional
S2	SJB	43	Fundamental incompleto	Mora com marido e 1 filho – R\$ 600,00	Beneficiamento de pescado para terceiros	Sim	Sim – sempre morou	Conselho fiscal – produção e inspeção da qualidade
S3	SJB	47	Fundamental incompleto	Mora com marido, 2 filhos e 2 netos – R\$ 1.200,00	Empregada doméstica e beneficiamento de pescado para terceiros	Sim	Sim – há cerca de 30 anos	Produção
S4	SJB	24	Fundamental concluído	Mora com marido e 1 filho – R\$ 600,00	Nenhuma	Sim	Sim – sempre morou	Venda no quiosque
S5	SJB	34	Fundamental concluído	Mora com marido, tio e 2 filhos – R\$ 600,00	Beneficiamento de pescado para terceiros	Sim	Sim – sempre morou	Venda no quiosque

<sup>50</sup> As rendas informadas estão sujeitas a grandes variações por conta da sazonalidade da atividade pesqueira.

<sup>51</sup> Mesmo desconsiderando a renda de M1, observa-se que a renda média das trabalhadoras de Macaé é um pouco superior a das trabalhadoras de SJB. Vale ressaltar, no entanto, que o custo de vida em Macaé é bastante superior ao de SJB.